



Universidade Federal
de Campina Grande



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

IZABELE DO NASCIMENTO ARRUDA

**OS IMPACTOS DO “NOVO” ENSINO MÉDIO NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA
NA ECI SERVELIANO DE CARAÚBAS – PB: UM PROCESSO DE LUTA E
RESISTÊNCIA EM TEMPO DE CRISE DO CAPITALISMO**

SUMÉ – PB

2025

IZABELE DO NASCIMENTO ARRUDA

**OS IMPACTOS DO “NOVO” ENSINO MÉDIO NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA
NA ECI SERVELIANO DE CARAÚBAS – PB: UM PROCESSO DE LUTA E
RESISTÊNCIA EM TEMPO DE CRISE DO CAPITALISMO**

**Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional de Sociologia em
Rede Nacional – Profsocio, ministrado
no Centro de Desenvolvimento
Sustentável do Semiárido da
Universidade Federal de Campina
Grande, Campus Sumé como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestra.**

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

**SUMÉ – PB
2025**



A779i Arruda, Izabele do Nascimento.

Os impactos do "Novo" Ensino Médio na disciplina de Sociologia na ECI Serveliano de Caraúbas - PB: um processo de luta e resistência em tempo de crise do capitalismo. / Izabele do Nascimento. - 2025.

113 f.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

Dissertação - Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional - PROFSOCIO; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Universidade Federal de Campina Grande.

1. Ensino de Sociologia. 2. Reforma do Novo Ensino Médio. 3. Crise do capitalismo. 4. Educação em tempo integral - Cariri Paraibano. 5. Escola Serveliano - Caraúbas-PB. 6. Escolas estaduais de tempo integral - Paraíba. 7. Sociologia - ensino médio. I. Cavalcante Neto, Faustino Teatino. II. Título.

CDU: 316:37(043.2)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

IZABELE DO NASCIMENTO ARRUDA

**OS IMPACTOS DO “NOVO” ENSINO MÉDIO NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA
NA ECI SERVELIANO DE CARAÚBAS – PB: UM PROCESSO DE LUTA E
RESISTÊNCIA EM TEMPO DE CRISE DO CAPITALISMO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Profsocio, ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé como requisito parcial para obtenção do título de Mestra.

BANCA EXAMINADORA

**Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto
Orientador - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professora Dr^a Sônia Maria Lira Ferreira
Examonadora I - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Isaac Alexandre da Silva
Examinador II - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Filipe Gervásio Pinto da Silva
Examinador III - UAEDUC/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 21 de março de 2025.

SUMÉ – PB

Aos meus Pais, José Cordeiro Arruda (em memória), e Francileide Maria do Nascimento Arruda, sempre acreditaram no poder da educação e durante toda a minha trajetória acadêmica sempre foram minha maior fonte de inspiração e fortaleza. Devo tudo conquistado até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter proporcionado saúde física e mental nesses últimos dois anos, lidar com os desafios das emoções neste período não foi fácil, principalmente na reta final da pesquisa, com bastante esforço e abdicção de tantos momentos chegamos no nosso objetivo.

Quero agradecer de forma muito especial ao meu orientador, Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto, por toda essa jornada com sabedoria e discernimento oportunizou grandes momentos de aprendizagem e incentivo não só ao trabalho mais na minha profissão, sempre acreditou na grandeza dessa pesquisa.

A minha família, em especial a minha mãe Francileide Maria do Nascimento Arruda, mulher de fibra que sempre acreditou no potencial da educação e me incentivou nos estudos. Ao meu Pai José Cordeiro Arruda, que mesmo não estando presente sempre foi meu refúgio nos momentos difíceis, Pai, o senhor sempre está vivo nos pensamentos e no meu coração. Aos meus irmãos; Renata, Thiago e Maria Eduarda por cada palavra de incentivo e apoio.

A Escola Cidadã Integral Serveliano de Farias Castro, de forma muito especial aos meus alunos, eles foram um dos carro-chefe para desenvolver este trabalho, cada indagação, questionamento por estar vivenciado as mudanças do Ensino Médio cativou-me a buscar o Mestrado e mostrar como essa reforma afetou as suas vidas.

Quero agradecer ao meu amigo que me acolheu em Sumé durante a minha estadia na cidade, Padre José Marcondes Neves, minha gratidão por cada palavra de apoio.

Quero agradecer a todos os meus professores do Programa ProfSocio. Durante toda essa trajetória foram momentos de aprendizagem constantes, a minha eterna admiração/gratidão e respeitos por todos.

Aos meus amigos acadêmicos Wilton, Paulo, Ismael e Mercês, a minha gratidão a todos vocês por partilhar da amizade em diversos momentos durante a realização dessa formação.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para realização deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles.

Lênin

RESUMO

A dissertação tem como foco: os impactos do “Novo” Ensino Médio na disciplina de Sociologia em um processo de luta e resistência em tempo de crise do capitalismo, considerando as experiências vivenciadas em uma escola do município de Caraúbas - município da microrregião do Cariri Oriental da Paraíba. Trata-se de uma pesquisa que faz um recorte histórico desde a Bolha Imobiliária nos Estados Unidos até as reformas do “Novo” Ensino Médio em 2017, incluindo as reformas Trabalhistas, Previdenciária e a Emenda Constitucional nº 95. Nas discussões da pesquisa, abordamos o processo de intermitência da disciplina de Sociologia no Brasil, fazendo um resgate histórico dos últimos dois séculos, e com isso compreender o cenário atual após a reforma NEM. Problematisa-se a luz dessa pesquisa o processo de expansão de Ensino em Tempo Integral no Estado da Paraíba, com um olhar mais voltado ao Cariri paraibano, fazendo um levantamento de quantas escolas são Escolas Cidadãs Integrais e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas atualmente. Quanto aos encaminhamentos metodológicos, optou-se pela abordagem qualitativa, por ser a mais adequada para compreender o problema em sua complexidade e responder a partir de um conjunto de relações dinâmicas possíveis óbices. Essa abordagem permite o uso de instrumentos capazes de captar a profundidade e a riqueza dos fenômenos sociais, adotando análises interpretativas com caráter exploratório. Esta pesquisa contempla uma análise bibliográfica e caracteriza-se como um estudo de campo documental. Com o foco em fornecer informações aos estudantes sobre os motivos da reforma, buscou-se traçar estratégias para enfrentar essa medida como um ato de resistência. Como resultado, foi possível observar o processo de precarização do ensino associado à reforma, bem como os desafios enfrentados por milhões de jovens, incluindo a evasão escolar. Dados do IBGE demonstram que a maioria (53,6%) dos jovens de 15 a 17 anos que abandonaram a escola não chegaram a concluir o ensino fundamental. Já entre os jovens de 18 a 24 anos, 59,6% deixaram os estudos antes de finalizar o ensino médio. Por fim, ressaltamos a importância desse trabalho enquanto contribuição acadêmica, e nesse âmbito, que possamos lutar pela revogação do Ensino Médio e por uma educação pública e gratuita e de qualidade para todos.

Palavras-Chave: Ensino de Sociologia; Reforma do “Novo” Ensino Médio; Luta e Resistência no Ensino Médio.

ABSTRACT

The dissertation focuses on: the impacts of the “New” High School Reform (*Novo Ensino Médio*) on the Sociology subject as part of a process of struggle and resistance in times of capitalist crisis, considering the lived experiences within a school located in the municipality of Caraúbas — a town in the eastern Cariri microregion of Paraíba, Brazil. This research presents a historical overview starting from the U.S. Housing Bubble to the implementation of the “New” High School Reform in 2017, including the Labor Reform, Pension Reform, and Constitutional Amendment No. 95. In the discussions, we address the intermittent history of Sociology as a school subject in Brazil, tracing it over the past two centuries to better understand the current scenario after the NEM reform. This study critically examines the expansion process of Full-Time Education in the state of Paraíba, with a particular focus on the Cariri region, mapping how many schools are currently classified as “Escolas Cidadãs Integrais” (Citizen Integral Schools) and “Escolas Cidadãs Integrais Técnicas” (Technical Citizen Integral Schools). Regarding methodological approaches, we opted for a qualitative approach, as it is the most suitable for understanding the complexity of the issue and responding through a set of dynamic relational perspectives and potential obstacles. This approach enables the use of tools capable of capturing the depth and richness of social phenomena, adopting interpretive and exploratory analyses. The research involves a bibliographic review and is characterized as a documentary field study. With a focus on informing students about the motives behind the reform, the study aims to outline strategies to confront this measure as an act of resistance. As a result, it was possible to observe the process of deterioration in education associated with the reform, as well as the challenges faced by millions of young people, including school dropout. Data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) show that the majority (53.6%) of youths aged 15 to 17 who dropped out of school did not complete elementary education. Among those aged 18 to 24, 59.6% left school before finishing high school. In conclusion, we emphasize the importance of this work as an academic contribution, and within this scope, advocate for the repeal of the reform of the High School Reform and for a free, public, and quality education for all.

Keywords: Teaching Sociology in High School; Reform of the “New” High School; Fight and Resistance in High School.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio no Cariri paraibano de acordo com último Censo do IBGE.....	67
Quadro 2 – Levantamento das Escolas de Tempo Integral (ECI) no Cariri Paraibano.....	68
Quadro 3 – Levantamento das Escolas de Tempo Integral Técnicas (ECIT) no Cariri Paraibano.....	69
Quadro 4 – Levamento dos professores que lecionaram a disciplina de Sociologia na ECI Serveliano entre os anos de 2011 até 2024	80

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 – L. D. da disciplina de Sociologia no Ensino Médio.....	81
Imagem 2 – L. D. da disciplina de Sociologia no Ensino Médio.....	82
Imagem 3 – L. D. da disciplina de Sociologia no Novo Ensino Médio.....	83
Imagem 4 - XI Semana da Lecampo.....	88
Imagem 5 - Roda de Conversa com o 3º Ano do Ensino Médio da ECI Serveliano.....	89
Imagem 6 - Professor Dr. Faustino Neto do CDSA/UFCG e os alunos da ECI.....	90
Imagem 7 - Apresentação de trabalho científico no 42º ENEPe na UEM – Maringá – PR.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BD – Base Diversificada

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BNC – Base Nacional Curricular

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CA – Centro Acadêmico

CDSA – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

CECR – Centro Educacional Carneiro Ribeiro

CHS – Ciências Humanas e Sociais

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNEC – Companhia Nacional de Escolas de Comunidade

CRAS – Centro de Referência Assistência Social

EC – Emenda Constitucional

ECI – Escola Cidadã Integral

ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EUA – Estado Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPM – Fundo de Participação do Município

FTP – Formação Técnica Profissional

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF – Itinerário Formativo

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LD – Livro Didático

LDB – Lei de Diretrizes Base da Educação

MEC – Ministério da Educação

NEM – Novo Ensino Médio

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PNE – Plano Nacional da Educação

PROFSOCIO – Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional

PROUNI – Programa de Universidade para Todos

PT – Partido dos Trabalhadores

SUS – Sistema Único de Saúde

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

VALE – Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A ÚLTIMA GRANDE CRISE DO CAPITALISMO E SEUS AJUSTES AOS PAÍSES COLONIAIS E SEMICOLONIAIS	34
2.1 A “BOLHA” IMOBILIÁRIA DE 2008 E AS CONSEQUÊNCIAS SOBRE OS PAÍSES COLONIAIS E SEMICOLONIAIS: AS REFORMAS DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS (2016), TRABALHISTA (2017) E DA PREVIDÊNCIA (2019)	34
3 O “NOVO” ENSINO MÉDIO NO ESTADO DA PARAÍBA: O CASO DO CARIRI PARAIBANO.....	58
3.1 A IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE TEMPO INTEGRAL NO CARIRI DA PARAÍBA.	58
3.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO “NOVO” ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE TEMPO INTEGRAL NA PARAÍBA: O CASO DO CARIRI PARAIBANO	70
4 O “NOVO” ENSINO MÉDIO E SEUS IMPACTOS SOBRE A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA: O CASO DE CARAÚBAS.....	73
4.1 A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA AO LONGO DOS ANOS NO BRASIL.....	73
4.2 O NEM E SEUS IMPACTOS NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NA ECI SERVELIANO DE CARAÚBAS-PB.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIA.....	93

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, Dissertação do curso de pós-graduação do Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é intitulado de *Os impactos do “Novo” Ensino Médio na disciplina de Sociologia na ECI Serveliano de Caraúbas – PB: um processo de luta e resistência em tempo de crise do capitalismo.*

No ano de 2017, 1º período ingressei na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo na UFCG, tendo obtido o certificado de conclusão em dezembro de 2021. Na minha trajetória acadêmica, durante minha passagem pela universidade na graduação, algumas questões valem a pena ser destacadas. Em 2017, participei do processo seletivo do Programa de Iniciação à Docência - PIBID. O respectivo programa me encantou pela profissão que escolhi; antes, eu almejava apenas a conclusão de um curso superior, mas ao participar do programa, me encantei pela docência. Quero destacar como uma Política Pública de enorme relevância na vida acadêmica dos licenciados de qualquer curso de Ensino Superior.

No decorrer da minha estadia na Universidade, tive o privilégio e a grata satisfação de participar do Centro Acadêmico - CA e perceber a importância do Movimento Estudantil, além de participar e reivindicar algumas ações, nas quais vale destacar a inclusão do perfil do licenciado em Educação do Campo no edital de 2019 para o concurso público do magistério no Estado da Paraíba uma luta protagonizada pelo Centro Acadêmico da qual fui membro.

Atualmente, sou professora na rede Estadual, no município de Caraúbas, Estado da Paraíba, atuando nos anos finais do Ensino Médio. O cenário atual vivenciado com o “Novo” Ensino Médio¹ impactou diretamente os currículos das escolas públicas brasileiras, ocasionando muitas lacunas, que vão desde o ensino

¹ Compreende-se como Ensino Médio a etapa final da Educação Básica. No Brasil, suas finalidades, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), em seu artigo 35º, são: I. consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. Cf. Brasil, 1996).

(exigindo mais dos profissionais), até a nova rotina (mais horas na escola). Nesse sentido, não seria distinto para com a Escola Cidadã Integral Serveliano de Farias Castro no município de Caraúbas – PB, uma vez que, a implementação foi para todos.

A Escola Coronel “Serveliano de Farias Castro” foi criada em 1968, a partir de um curso Colégio Comercial Cariris da cidade de São João do Cariri, foi posteriormente vinculada a Companhia Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) e, em 1986, estadualizada como Escola Estadual de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio “Coronel Serveliano de Farias Castro”. No ano de 2020, a Escola Estadual passou a fazer parte da expansão das ECIs do Estado da Paraíba. Esse processo se deu no contexto do crescimento do ensino em tempo integral no Estado da Paraíba, iniciado em 2016, quando começou a expansão desse modelo. Hodiernamente, abrange aproximadamente 306 Escolas Cidadãs Integrais (ECI) e 157 Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT). De acordo com a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, o Programa de Escola Cidadã Integral representa um novo “paradigma de escola pública”, implementado em 2016, cuja proposta envolve a organização e funcionamento em tempo integral único.

Neste sentido, ao longo do texto, utilizaremos aspas para a palavra “NOVO”, como uma forma de reflexão crítica e desafiadora em relação a essa contrarreforma. Apesar de ser uma palavra do léxico previsto na nossa língua, a ironia se faz presente, pois, embora seja algo existente o “novo”, na prática, não há inovação alguma, e isso merece uma reflexão mais profunda dentro deste contexto. Por se tratar de uma lei criada em 2017, mas por entendermos que a sua proposta surgiu em 2013, portanto há 12 anos, não a consideramos como nova e, por isso, resolvemos usar aspas sempre que nos referirmos ao “Novo” Ensino Médio para tratá-lo como um projeto de Estado ajustados aos interesses econômicos internacionais das últimas décadas.

O “Novo” Ensino Médio é uma reforma educacional que busca promover mudanças significativas no currículo e na estrutura do Ensino Médio. Essa implementação da proposta da reformulação é de 2013, no governo de Dilma Rousseff, porém, foi aprovado no Brasil em 2017 pelo então presidente Michel Temer, por meio da Lei Nº 13.415, e propõe uma série de transformações para tornar o currículo mais flexível, voltado para a suposta formação integral dos estudantes e alinhado com as demandas de mercado do século XXI.

As disputas pela hegemonia entre as grandes potências mundiais exercem um papel significativo nos países coloniais e semicoloniais, moldando suas políticas econômicas e sociais. Sob apoio do imperialismo que se alinha às demandas do sistema global, ocorrem, pois, tais reformas não remexeram na estrutura econômica e social do capitalismo, apenas intensificaram e radicalizaram o sistema de exploração do capital já existente. Em geral, “transformações estruturais” é o que se necessita, e as contrarreformas das últimas décadas são o oposto de tais mudanças. No Brasil, o país tem sido afetado por essa crise sistêmica, que se reflete em sua economia e na vida de seus cidadãos. Sob pressão do imperialismo² e das instituições financeiras internacionais, o país se vê compelido a adotar contrarreformas, muitas vezes sacrificando políticas sociais em prol de uma agenda econômica.

A primeira delas a inserção do “Novo” Ensino Médio com sua grade curricular. Antes dessa reforma, a formação dos estudantes era composta por disciplinas obrigatórias e com carga horária definida. No campo teórico da proposta os estudantes têm a possibilidade de escolherem os chamados *itinerários formativos*³ que sejam mais adequados aos seus interesses, aptidões e “projetos de vida”. Os *Itinerários Formativos* podem se aprofundar nos conhecimentos de uma das áreas do conhecimento, como Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e da Formação Técnica e Profissional (FTP) ou mesmo, em tese, nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP.

Essa flexibilização diz permitir que os estudantes aprofundem seus conhecimentos em áreas específicas, desenvolvendo *competências e habilidades*⁴ mais alinhadas com suas vocações e necessidades futuras. Além disso, o “Novo” Ensino Médio também prevê a ampliação da carga horária, dizendo ser o objetivo de oferecer uma formação mais completa e integral aos estudantes. Portanto, o impacto do “Novo” Ensino Médio ainda está em processo de consolidação e passando por

² Lenin define o *Imperialismo* como uma nova era econômica do metabolismo do capital, uma política de dominação e exploração de países. f. Vladimir, Lenin, 1916.

³ Os *Itinerários Formativos* são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no Ensino Médio. De acordo com o proposto, as redes de ensino terão autonomia para definir quais os *Itinerários Formativos* irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar. Cf. Brasil, 2018.

⁴ A *pedagogia das competências* apresenta-se como outra face da “pedagogia do aprender a aprender”, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, segundo a raiz epistemológica dessa palavra, se encontram subjugados à “mão invisível do mercado”. Cf. Zajac, Cássio, 2024.

avaliações, sendo necessário acompanhar de perto os desdobramentos e resistências a sua implementação.

Em fevereiro de 2017, entrou em vigor a Lei Federal 13.415, que institui nova grade curricular do Ensino Médio, uma grande reforma foi posta em prática. Tais reformas não remexeram na estrutura econômica e social do capitalismo, apenas intensificaram e radicalizaram o sistema de exploração do capital já existente. Em geral, “transformações estruturais” é o que necessita, e as contrarreformas das últimas décadas são o oposto de tais mudanças instituiu uma nova grade curricular no Ensino Médio, uma formatação diversificada com disciplinas da Base Nacional Comum Curricular e a Base Diversificada. Essas novas disciplinas iriam flexibilizar o currículo, com isso alterou as Leis Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Está nova e radical alteração impactou diretamente milhões de estudantes em todo o Brasil. Essa mudança trouxe consigo uma série de consequências para o cotidiano escolar. Entre elas, pode-se destacar a evasão escolar. Segundo a *Carta Capital* (2024), “(...) a maioria, 41,7% dos jovens entre 14 e 29 anos abandonaram a escola pela necessidade de trabalhar. O número representa um aumento de 1,5 ponto percentual em comparação com 2022”.

O “Novo” Ensino Médio revela-se como uma expressão das contradições, sustentada em pilares como a falsa liberdade de escolha que se tem com os *Itinerários Formativos*, a expansão da jornada escolar, que em muitos casos não é acompanhada pela progressão da carga horária, e, por fim, lógica do ensino profissional direcionado para o mercado de trabalho com o ensino técnico, que não é uma proposta para a educação pública. Ao reduzir a formação geral básica em prol da criação de *Itinerários Formativos*, a política educacional aprofunda as disparidades sociais, reproduzindo a lógica de uma sociedade dividida em *classes*⁵. Nesse contexto, a ampliação do modelo de escola em tempo integral se mostra como uma tentativa de atender às

⁵ Para Marx, a sociedade capitalista é dividida fundamentalmente em duas grandes classes sociais. O que difere uma classe da outra é a posse dos *meios de produção*. Resumidamente, os meios de produção são as fábricas, as indústrias, as máquinas, fazendas e ferramentas presentes nelas, ou seja, tudo aquilo que serve para produzir algo. Essas duas grandes classes são chamadas de *burguesia* e *proletariado*. A burguesia é a classe que possui os meios de produção e o proletariado é a classe que não possui, essa classe só detém sua própria força de trabalho. A burguesia pode ser entendida como os proprietários das fábricas, fazendas e indústrias, já o *proletariado* como os trabalhadores desses espaços. Cf. Politize, 2024.

demandas do mercado de trabalho em constante transformação, porém, sem o devido investimento para garantir condições adequadas dos estudantes.

A fragmentação do currículo reflete não apenas a precarização do ensino, mas, também, a fragmentação da própria base educacional, gerando uma força de trabalho desqualificada e submetida às exigências do capital. Dessa maneira, o “Novo” Ensino Médio não apenas falha em promover uma educação de qualidade para todos, mas serve como um instrumento de reprodução das desigualdades socioeconômicas evidenciando as contradições fundamentais do sistema capitalista. Rocha (2005, p. 144) destaca algumas características que a escola na sociedade contemporânea precisa apresentar:

As escolas precisam estar afinadas com um modelo de aprendizagem mais integrado, no qual os sujeitos participem ativamente na construção e reconstrução do conhecimento, abandonando os velhos esquemas reducionistas nos quais se valorizam o ensino por memorização e a fragmentação nas disciplinas.

Pois o que fez o NOVO ENSINO MÉDIO (NEM), foi substituir a fragmentação das disciplinas científicas pela superficialidade dos itinerários formativos, supostamente “integrados” em “áreas de conhecimento”.

O modelo educacional brasileiro necessita de mudanças significativas que compreendam as reais necessidades dos alunos, uma vez que, mas parece que a escola, professores e alunos não andam no mesmo compasso do acompanhar dos séculos e, com isso, mais se parece que a escola está no século XIX, os professores no século XX e os alunos no século XXI.

Essa dissertação tem enfoque no materialismo histórico-dialético de Karl Marx e Friederich Engels, analisando os impactos da crise do capitalismo sob a perspectiva da disciplina de Sociologia. Esse estudo examina a realidade dos alunos inseridos na ECI “Servaliano” a partir de uma concepção do “Novo” Ensino Médio, sendo de relevância a viabilidade do estudo.

Assim, temos como objetivo geral analisar a reforma do “Novo” Ensino Médio, instituída pela Lei 13.415/2017, no que diz respeito aos impactos na disciplina de Sociologia no contexto de crise do capitalismo e as suas possíveis contradições no chão da escola “Servaliano” de Caraúbas-PB. E como objetivos específicos:

- Analisar a crise do capitalismo de 2008, destacando as políticas educacionais

no país com as reformas do Teto dos Gastos Públicos (2016), Trabalhista (2017), do Ensino Médio (2017) e da Previdência (2019) e com isso observar o conjunto que permite uma visão abrangente das transformações socioeconômicas e educacionais em curso no país, destacando a importância de considerar esses aspectos de forma integrada, uma vez que abrangem políticas públicas, mercado de trabalho e sistema educacional;

- Observar a implementação das Escolas Estaduais de Tempo Integral e do “Novo” Ensino Médio no Estado da Paraíba, especialmente, no Cariri paraibano e no município de Caraúbas, compreendendo as mudanças ocorridas na transição e, por conseguinte, os impactos e desafios enfrentados no chão da escola.
- Investigar a intermitência da disciplina de Sociologia ao longo dos anos no Brasil e as mudanças introduzidas pelo “Novo” Ensino Médio, buscando compreender como a redução da carga horária impactou o ensino dessa disciplina.

As políticas educacionais brasileiras são marcadas por conta-reformas que refletem as medidas antipovo e socioeconômicas que moldam a sociedade atual. Nesse contexto, alinhado com as demandas do cenário, amplia-se o processo de expansão das escolas em tempo integral na Paraíba, uma vez que a grande massa dos jovens brasileiros está inserida nesse processo.

O processo de evolução do sistema capitalista envolve estruturas e formações culturais e ideológicas que moldam as classes trabalhadoras, levando-as a aceitarem as condições impostas pelo *modo de produção* como algo intrínseco e inquestionável. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para uma análise mais profunda das estruturas sociais e econômicas presentes na sociedade contemporânea. Nesse sentido, faz-se jus ao entendimento de Marx (2013):

No envolver da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. (p. 808).

Em suma, isso acontece porque o sistema não apenas organiza a produção e o trabalho, mas também molda a consciência e a percepção dos indivíduos através

da educação, cultura e rotina diária. Logo, Marx chama atenção que os trabalhadores são condicionados às exigências do capitalismo.

Durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), tem-se dado continuidade ao processo de privatizações e reformas. Segundo Bezerra (2023) “A gestão de Dilma Rousseff (2011-2016) deu continuidade à estratégia de Lula e manteve a política de concessões do transporte rodoviário, linhas de transmissão e aeroportos, além da privatização da IRB-Brasil Resseguros”. No seu segundo mandato de presidenta da República, foi iniciado o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento que determina as competências e habilidades da educação básica (Brasil, 2018).

Diante da disseminação da crise econômica global, que também atingiu o Brasil, o governo de Michel Temer (2016-2018), implementou diversas medidas para mitigar os impactos econômicos e sociais, uma série de medidas foram implantadas para tentar estabilizar a economia, como reformas trabalhista e previdenciária, e um ajuste fiscal rigoroso. No entanto, essas mudanças não só agravaram a desigualdade social como também precarizaram as condições de vida e trabalho da população. Nesse cenário, o governo implementou o "Novo" Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como parte de um movimento de contrarreformas, alinhado a uma agenda neoliberal, que visava adaptar a educação às exigências do mercado de trabalho. No entanto, essas reformas priorizaram uma formação técnica e fragmentada. O que se observou, portanto, é que, enquanto as contrarreformas pretendiam atender aos interesses econômicos globais, elas falharam em resolver problemas estruturais da educação, aprofundando ainda mais as desigualdades para as camadas mais vulneráveis da sociedade.

Essas medidas abrangeram desde estímulos econômicos até políticas sociais, visando preservar a estabilidade interna. Paralelamente, esse período crítico coincidiu com as contrarreformas⁶ impostas por os países imperialistas⁷ em diversos setores, incluindo a educação, resultando na introdução do “Novo” Ensino Médio e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, em 2017.

⁶ Utiliza-se o termo contrarreforma para expressar o retrocesso na regulação social do trabalho provocado pelas mudanças institucionais aprovadas pelo governo. Cf. Ramos e Frigotto, 2017.

A partir da presidência do governo de Michel Temer (2016-2019) uma série de agendas reformistas passou a ser implementada no Brasil. Essas contrarreformas abrangeram áreas como o teto de gastos, a reforma trabalhista e a “novo” política de educação que pelo “Novo” Ensino Médio até a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. A primeira medida a ser implantada foi entreguista mesmo, ao sistema bancário, financeiro, do então governo do presidente Michel Temer foi a Emenda à Constituição de Nº 95 de dezembro de 2016, que limitou os gastos primários “Saúde, Educação, Assistência Social e Ciência e Tecnologia” do Governo Federal por um período de 20 anos. Essa medida foi o *ponta pé* inicial para a concretização de uma série de reformas que ferem os direitos da classe trabalhadora. Vale ressaltar que gastos primários, na verdade, são investimentos estratégicos para o país.

Essa medida estipulou os gastos fiscais em limites a partir do ano de 2017, as despesas primárias dos órgãos por vinte exercícios financeiros, com a justificativa de fazer o governo economizar gastos, cortando de áreas estratégicas como Saúde, Educação, além de políticas públicas ligadas às classes trabalhadoras de acordo com a PEC 241/2016.

A Reforma Trabalhista, parte de um amplo pacote, foi aprovada ao longo do ano de 2017, marcando um retrocesso significativo nos direitos trabalhistas e no bem-estar dos trabalhadores na história recente do Brasil. Ao invés de promover melhorias, como alegado pelos defensores da reforma, ela teve o efeito oposto, exacerbando a precarização e o sucateamento das condições de trabalho. Durante os últimos 70 anos de existência da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, foi um dos grandes golpes sofridos à classe trabalhadora. A proposta de criação da reforma era de novos postos de trabalho, frequentemente utilizado para justificativa, porém mostrou-se uma falácia, pois, na prática, observa-se fechamento de muitas empresas e na redução de postos de trabalho já existentes, BRASIL DE FATO (2018).

A Lei de nº 13.467/2017 (reforma trabalhista), promoveu a retirada de uma série de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores ao longo de décadas de lutas sindicais e movimentos sociais, tais como esses direitos, que antes proporcionavam uma certa segurança e proteção aos trabalhadores, foram substituídos por uma legislação que favorece os interesses das empresas e precariza as relações de trabalho, além de liberar e ampliar a terceirização e o contrato temporário.

Do mesmo modo, a aplicação da reforma do Novo Ensino Médio - NEM visa fragmentar o currículo científico através da implantação da Base Diversificada. Na medida em que se altera as disciplinas obrigatórias e se substituir novo modelo, amplia-se a disparidade já existente na formação geral dos estudantes, seguindo a lógica simplista de que o trabalhador só precisa saber ler para assinar a carteira de trabalho e realizar operações básicas de Matemática para efetuar compras.

Essa abordagem negligencia a importância das disciplinas amplas para o desenvolvimento intelectual e crítico dos alunos. Além disso, a inclusão de itinerários formativos, fragmentam ainda mais o currículo. Por isso, a fragmentação da formação científica ocasiona diversos impactos na aprendizagem dos alunos uma vez que a porta de entrada para a Universidade é o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

As desigualdades sociais têm relação diretamente com fatores socioeconômicos que refletem significativamente na aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, essas desigualdades se perpetuam ao longo do tempo.

Uma abordagem teórica inspirada no materialismo histórico-dialético de Karl Marx e Friederich Engels no contexto do “novo” Ensino Médio as classes dominantes, como a burguesia, moldam as instituições sociais para perpetuar sua hegemonia. Nesse sentido, cabe expor a premissa de Marx (2008), apontando que:

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. (p. 47).

Até a generalização dessa contradição, as classes trabalhadoras servem como massa de manobra para as classes dominantes. Quando se implementam as políticas educacionais no país expõem-se as contradições do sistema capitalista. Nesse sentido, a educação é frequentemente moldada para servir como um mecanismo de reprodução das relações de poder existentes, onde os trabalhadores são treinados para se ajustarem aos papéis que o sistema capitalista lhes reserva.

Os modos e os *meios de produção* determinam as características específicas da sociedade, com a classe dominante detendo os meios de produção e as classes

trabalhadoras vendendo sua *força de trabalho*⁸. Além disso, são alienados do produto do trabalho, uma vez que este pertence aos capitalistas, não aos trabalhadores que o produzem (MARX, 1867).

O que marca o sistema de produção capitalista e os modos de produção é a Revolução Industrial que muda a dinâmica totalmente da sociedade. Com isso dá-se início a duas classes em ascensão a “Burguesia o Proletariado”.

As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. (MARX, 1985, p. 90).

As contradições do sistema capitalista impulsionam as tensões e conflitos que permeiam não apenas a estrutura econômica, mas, também, a estrutura social desse sistema. Essas contradições não estão apenas presentes nas *relações de produção*⁹, mas, também, se manifestam em diversas esferas da sociedade, incluindo o sistema educacional. No contexto da implantação da Reforma do NEM (“Novo” Ensino Médio), as contradições do capitalismo se tornam evidentes. A dinâmica de exploração inerente ao capitalismo muitas vezes se reflete na educação, onde os interesses da classe dominante, a burguesia, frequentemente entram em conflito com os interesses das classes trabalhadoras.

E desse modo a proposta de educação do Materialismo histórico-dialético formulado por Marx e Engels, é uma educação transformadora e emancipatória, a qual a população se entenda enquanto classe trabalhadora a partir da materialização do seu trabalho, e nesta concepção entende que o processo educativo deve estar intrinsecamente ligado à realidade concreta dos sujeitos, à sua inserção no mundo do trabalho e às contradições que permeiam essa vivência.

⁸ Baseado nas ideias de Karl Marx *força de trabalho*, é aquele que não detém os meios de produção na sociedade. Se vende sua mão de obra pertence a mesma classe que é classe trabalhadora. Cf. Mundo Educação, 2025.

⁹ *Relações de produção* baseada nas contradições da sociedade entre o desenvolvimento das forças de trabalho, a exemplo, do sistema capitalista na qual o trabalhador é subserviente desse sistema. Cf. Marx, 2010.

Ao reconhecer-se como força produtiva, como agente fundamental na materialização da riqueza social, o trabalhador é convidado a questionar as condições de exploração e alienação impostas pelo sistema. Assim, a educação, sob essa ótica, não é neutra nem descolada da luta de classes, mas um instrumento político de conscientização e mobilização, que visa à superação das desigualdades estruturais e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual os meios de produção sejam coletivamente apropriados e a liberdade humana se concretize por meio da prática social.

A precarização da educação pública do Brasil está alinhada com as demandas do sistema capitalista, uma vez que, quanto mais a classe trabalhadora se afasta da escola, mais se torna massa de manobra do referido sistema. E, quando ela não se afasta, recebe uma educação que unicamente a prepara para o trabalho precarizado e, na ausência da oferta deste, como vem ocorrendo na atual crise, a escola propõe uma lógica pautada no “empreendedorismo” individual.

De acordo com a proposta do MEC, a criação dos itinerários formativos era para que contemplasse o aprofundamento dos estudantes em cada área de conhecimento que eles escolhessem trilhar, porém, quando se deu no chão da escola, pouco se aplicou do mundo das teorias para a prática. Nesse sentido, alerta-nos Penna (2017) que

[...] os estudantes oriundos de famílias com melhor condição econômica poderão se formar em quaisquer dos itinerários formativos, já que poderão pagar pelas escolas que realizam essa oferta, enquanto os estudantes de escolas públicas terão de se contentar com o que for oferecido pela unidade que frequentam.

Portanto, alunos de famílias com melhor condição financeira têm a vantagem de escolherem entre escolas particulares que oferecem um ensino especializado com um currículo mais científico e menos fragmentado ou escolas públicas, onde a gama de itinerários formativos sequestra o currículo científico do Ensino Médio. Ao mesmo tempo, diversos alunos de escolas públicas não têm essa opção devido ao fator socioeconômico e enfrentam limitações que contribuem para a disparidade educacional. Dentro da perspectiva de evasão e repetência escolar apontada pelo governo, o chamado "Novo Ensino Médio" foi concebido como uma transição que deveria sanar lacunas existentes no sistema educacional. No entanto, sua

implementação acabou contribuindo de forma significativa para o aumento dos índices de evasão e repetência escolar.

A pesquisa estatística mostra que os indicadores de repetência e evasão da educação básica referentes a 2020 - 2021 atingem, com maior vigor, as populações mais vulneráveis. No ensino médio, em relação à repetência, a modalidade de educação escolar quilombola registrou a maior taxa: 11,9%. Em seguida, estão a educação indígena (10,7%), a rural (5,2%) e a especial (3,7%) . Já as escolas urbanas têm uma taxa de repetência de 3,9%. Quanto à evasão nessa etapa de ensino, a taxa do público masculino é maior, com 7,3%, enquanto a do feminino é de 4,5%. (MEC, 2024).

A evasão e a repetência escolar são tragédias silenciosas que amplificam desigualdades sociais e impactam a diversos jovens no país. A falta de acesso igualitário à educação de qualidade não é apenas uma falha do sistema educacional, mas sim uma característica do próprio sistema econômico que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar humano. Esses fatores, combinados com a falta de oportunidades econômicas, podem levar os jovens a abandonarem a escola em busca de formas alternativas de sustento, perpetuando assim o ciclo de pobreza e desigualdade.

Durante o ano letivo, muitos jovens precisam abandonar a escola para ajudar financeiramente suas famílias, refletindo a omissão do Estado brasileiro para com esses jovens. Essa perspectiva compromete o futuro de mais de meio milhão de jovens brasileiros (Agência Brasil, 2020).

A década de 1990 foi marcada por contrarreformas e privatização na educação brasileira, com a Lei de Diretrizes Base da Educação de número 9.394/1996, nos dizeres de Pereira (2003, p. 35),

[...] contraria os propósitos educacionais voltados aos interesses da sociedade em seu conjunto, principalmente os interesses das camadas populares. E acrescenta, 'agora a educação profissional parece acompanhar a desregulamentação da economia, ou seja, está também a serviço da competitividade dos mercados'.

A educação ao longo dos anos passou a ser um jogo de interesse de setores produtivos e embate ideológicos. Uma verdadeira luta de interesse por parte dos financiadores para a empregabilidade em um mercado de trabalho cada vez mais

escasso e de pouca qualificação em mão de obra. Desse modo, alinhamo-nos ao pensamento de Frigotto (2018, p. 42), quando diz que

[...] o desmanche do setor público e da escola pública está ligado à valorização do mercado empresarial voltado à educação, criando poderosos grupos que fazem do ensino um lucrativo negócio. A referência é o mercado, para o qual os direitos são escassos e a competição constitui-se no principal horizonte. Se esse processo já era evidenciado nas últimas décadas do século XX, principalmente em decorrência da globalização, ele tem sido retomado sob o atual governo, de modo que a política educacional encampa inexoravelmente essa perspectiva.

De acordo com Frigotto (2018), observa-se que precisamos refletir sobre como políticas públicas moldam o cenário educacional, principalmente onde se tem um jogo de interesse de setor privado. A mercantilização da educação e a privatização do ensino público são temas centrais que devem ser debatidos para garantirem que o direito à educação de qualidade seja preservado, evitando que os interesses comerciais sobreponham os objetivos educacionais e sociais da sociedade. O principal objetivo da educação voltada para o mercado é preparar os estudantes para atender às necessidades das empresas ou setores produtivos visando a competitividade e à produtividade. Podemos destacar, também, a influência do financiamento e interesse do Banco Mundial¹⁰ na educação brasileira.

Essas mudanças curriculares já estavam em pauta desde a década de 1990 no Ministério da Educação, sendo as medidas para o Ensino Médio elaboradas desde 2014 durante o governo da presidente Dilma Rousseff. Na época, enfrentando desafios políticos e diversos obstáculos, a proposta avançou lentamente na comissão de educação da Câmara dos Deputados. No entanto, o Brasil não apenas enfrentava uma crise política, mas também dava sinais de uma profunda crise econômica que persiste até os dias atuais. Nesse contexto, o sistema capitalista começou a mostrar sinais de instabilidade em um país frequentemente visto como uma semicolônia.

Evidentemente, esse processo gerou muita mobilização e resistência por parte dos movimentos sociais contra a Lei 13.415/2017. Segundo a União Brasileira dos

¹⁰ O Banco Mundial, como instituição financeira internacional, exerce forte influência nas políticas educacionais, promovendo diretrizes que resultam na precariedade do setor educacional. Entre suas recomendações mais recorrentes estão a privatização do ensino e a redução dos investimentos públicos, sob a justificativa de melhorar a eficiência e a gestão dos recursos. No entanto, essas medidas aprofundam desigualdades estruturais, pois limitam o acesso à educação pública e de qualidade, sobretudo para populações vulneráveis. Cf. Amorim Luz e Leite dos Santos.

Estudantes Secundaristas (Ubes), mais de mil escolas e outros espaços foram ocupados por estudantes em todo o país em 2016. De acordo, com o balanço divulgado são 995 escolas e institutos federais, 73 campus universitários, 3 núcleos regionais de Educação e a Câmara Municipal de Guarulhos, totalizando 1.072 locais ocupados, (ESQUERDA DIÁRIO, 2016).

Ademais, a educação é um pilar fundamental e resistir ao retrocesso e lutar por direitos é essencial na sociedade. Porém, ao longo dos governos presidenciais após a Constituição Federal de 1988 e a “redemocratização” do país, não houve, por parte de nenhum presidente que governou o país, um compromisso com um projeto estrutural para a educação pública brasileira.

Atrelado a setores econômicos para atender demanda dos setores produtivos e de organismos internacionais, o governo implementou uma política semicolonial, Souza, 2014. Uma agenda reformista em diversas pastas estratégicas do Estado brasileiro resultou em conta-reformas e mudanças sociais com ênfase ao “Novo” Ensino Médio. O caráter “reformista” do governo Temer não abordou as necessidades reais dos estudantes, nem, muito menos, fez com que eles fossem escutados ou até mesmo aceitas sugestões sobre a reformulação do currículo. Essa política curricular do NEM é uma política nefasta em que fortalece uma agenda imperialista introduzida no Brasil na contemporaneidade. Essa ação atrelada política perpetua as desigualdades educacionais.

A análise ressalta a desigualdade educacional e social presente no sistema educacional, apontando para a desvalorização das mesmas quando passam a ser ofertadas para as classes populares. Além disso, destaca a importância da qualidade do ensino oferecido às diferentes camadas da sociedade e como isso pode afetar as perspectivas futuras dos estudantes.

Entre alguns problemas enfrentados nas escolas públicas podemos destacar uma precária infraestrutura escolar, a falta de oferta por parte do Ministério da Educação – MEC em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de capacitação/formação para os profissionais que atuam no Ensino Médio, assim como, a valorização desses profissionais.

As Ciências Humanas e Sociais contemplam um vasto campo e dentre as disciplinas que a compõem estão a Sociologia, Filosofia, Geografia e História. Todas estas disciplinas têm como objetivo de estudo central investigar os homens e mulheres

em suas relações em sociedade, em determinados tempos e espaços sociais. Podemos afirmar que o campo das Ciências Humanas e Sociais forma uma teia de conhecimento. Essas disciplinas compartilham o objetivo comum de compreender as várias dimensões da experiência humana e das interações sociais, e, ao fazerem isso, acabam se entrelaçando de várias maneiras.

Dentro das razões pelas quais as Ciências Humanas e Sociais formam uma teia, estão presentes a interdisciplinaridade, a influência mútua e o contexto social. Além de ser campo recente no Brasil, as Ciências Humanas e Sociais oferecem uma larga contribuição nos currículos escolares da educação pública. Esse vasto campo é fundamental para explorar questões como desigualdade social, direitos humanos, mudanças políticas e dinâmicas econômicas. Além disso, por meio dessas disciplinas, é possível promover políticas públicas mais eficazes, visando a justiça social e o respeito à diversidade.

O Ensino Médio representa uma fase decisiva na trajetória educacional, sendo responsável por consolidar conhecimentos na vida dos estudantes. No entanto, no contexto brasileiro, essa etapa tem sido marcada por uma série de entraves históricos e estruturais. Entre os principais desafios estão as elevadas taxas de evasão escolar, a precariedade da infraestrutura em muitas unidades de ensino, a defasagem curricular que muitas vezes não dialoga com a realidade dos estudantes nem com as demandas contemporâneas e as dificuldades em articular uma formação sólida. Esses fatores comprometem o potencial emancipador da educação e evidenciam a urgência de políticas públicas mais eficazes e integradas para o Ensino Médio (Educação Pública, 2021).

De acordo com dados do último Censo Escolar, divulgados em 2022, aproximadamente 7 milhões de jovens estão matriculados na etapa do Ensino Médio, representando um enorme desafio em relação ao currículo. São complexos os desafios devidos à diversidade e dimensões regionais de um país continental como Brasil. Esse processo de transição, de 2017 para cá, vem trazendo uma problemática recorrente das diversas desigualdades atreladas ao currículo, afetando diretamente a prática pedagógica no cotidiano escolar.

As concepções desta reforma contribuíram para a flexibilização do currículo no Ensino Médio, prevista na reforma, é apresentada como uma forma de tornar a formação mais atrativa e personalizada, permitindo que os estudantes escolham

itinerários formativos de acordo com seus interesses. No entanto, essa aparente liberdade esconde desigualdades estruturais profundas do sistema educacional brasileiro.

Em um país marcado por fortes disparidades regionais e socioeconômicas, a implementação dessa flexibilização tende a ampliar ainda mais o abismo entre estudantes. Enquanto algumas escolas, geralmente nas regiões mais desenvolvidas, conseguem ofertar uma diversidade de itinerários com infraestrutura adequada e professores especializados, muitas outras, especialmente nas periferias urbanas e em zonas rurais, mal conseguem garantir o básico. Assim, a "escolha" do estudante torna-se limitada ou até inexistente, revelando um falso discurso de autonomia que, na prática, reforça a lógica de exclusão e fragmentação da educação pública. A flexibilização, sem a devida garantia de equidade nas condições de oferta, corre o risco de aprofundar desigualdades em vez de promover uma formação integral sólida e democrática.

A proposta também previa a ampliação da carga horária e a expansão das escolas de tempo integral, com o objetivo de aumentar o tempo dedicado à aprendizagem. Dessa forma, buscava-se promover uma maior dedicação aos estudos, alinhada aos objetivos da reforma. Segundo Ferreira e Ramos (2018, p. 1189),

A.pós muitos protestos, manifestações e ocupações de escolas contra o NEM, o governo teve que reformular alguns pontos dele, incluindo essa distribuição inicial da carga horária - embora tenha se mantido o problema da baixa carga horária para as disciplinas de CHS.

Outro aspecto relevante é o que se refere à distribuição da carga horária dos componentes curriculares no ensino médio. Quanto a essa questão, apesar do texto da MP 746 ampliar a carga horária anual para 1.400 horas, o tempo a ser dedicado à BNCC fica comprimido a 1.200 horas totais, o que confere 400 horas por ano para a BNCC. Fica a dúvida se o tempo é suficiente para o cumprimento mínimo de uma BNCC no ensino médio. Fica a dúvida, também, se o objetivo seria realmente direcionar a aprendizagem para conhecimentos que interessaria ao jovem para compor seu "projeto de vida" (Ferreira; Ramos, 2018, p. 1189).

Nesta perspectiva, ignora-se a necessidade de uma formação sólida no percurso do Ensino Médio e, com isso, aprofunda-se as desigualdades, não oferecendo uma educação de qualidade.

Nesse panorama, ressaltamos a importância de se repensar o Ensino Médio e as políticas educacionais de forma a garantir uma educação de qualidade para todos, superando a segregação histórica entre as diferentes modalidades de ensino e promovendo a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua origem social ou econômica.

O Ensino Médio no Brasil foi marcado por inúmeros “reformismos” que, entre políticas de Estado e políticas de governo, apresentaram mudanças curriculares que não foram capazes de abrandar ou solucionar os problemas e as necessidades das juventudes nessa etapa final da educação básica, caracterizada por ambíguos movimentos entre uma formação propedêutica, mais geral, e uma formação profissional, mais técnica (Silveira; Ramos; Vianna, 2018, p. 102)

De acordo com a citação de Silveira (2018), evidencia-se criticamente o que está posto no Ensino Médio com o ciclo contínuo de reformas. O que se percebe é que essas mudanças não lograram resolver os problemas que persistem e as necessidades da juventude.

Durante a implementação da nova grade curricular, surgem pontos críticos na proposta, como a expansão dos modelos integrais sem garantir investimentos que assegurem condições adequadas de acesso e permanência dos estudantes.

Um aspecto que demanda atenção no “Novo” Ensino Médio é a oferta, quando se trata dos filhos das classes populares, de itinerários tanto de formação geral como de qualificação profissional de baixa complexidade, muitas vezes disponibilizados de forma precária devido às limitações das infraestruturas escolares. Uma expressão do que Kuenzer, (2020, p. 60) denomina como dualidade invertida, que é a:

[...] inversão da proposta dual que, até os primeiros anos da década de 1990, apresentava a escola média de educação geral para a burguesia e a escola profissional para os trabalhadores. E, dadas as condições de precarização que as escolas médias públicas que atendem os que vivem do trabalho têm apresentado, a educação geral, antes reservada à elite, quando disponibilizada aos trabalhadores, banalizou-se e desqualificou-se. Ou seja, a burguesia, quando disponibiliza a versão geral para os trabalhadores, o faz de forma desqualificada; e o ensino médio de educação geral passou a ser escola para os filhos dos outros, enquanto a educação em ciência e tecnologia passou a ser a opção dos filhos da burguesia, mesmo que no ensino superior; para esses, o ensino médio é apenas um degrau necessário para o acesso aos cursos valorizados pelo mercado, no regime de acumulação flexível.

De acordo com Kuenzer (2020), as transformações na educação estão atreladas às mudanças na educação básica, refletindo uma mudança de paradigma, visto que, na época, enfatizava-se uma educação elitizada voltada para a burguesia. Dessa forma, as disparidades latentes e as desigualdades vão se estruturando.

Para melhor compreensão dos procedimentos metodológicos do primeiro capítulo, o qual visa analisar a crise do capitalismo instalada a partir do ano de 2008, destacando as relações das principais reformas feitas no país durante a última década.

A melhor expressão de medidas levadas a cabo no Brasil para conter essa crise foram da reforma do Teto dos Gastos Públicos (2016), Trabalhista (2017), do Ensino Médio (2017) e da Previdência (2019), quatro grandes contrarreformas que impactaram uma grande massa da população brasileira. Desse modo, inúmeros direitos foram retirados a partir das mudanças com as novas medidas instaladas no país.

Cada documento passou por uma análise, buscando identificar os principais pontos das reformas propostas, suas implicações políticas, econômicas e sociais. Além disso, foram examinados os impactos anunciados e reais das contrarreformas após sua implementação e sua relação com sistema educacional brasileiro.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Assim, o material utilizado para a produção da pesquisa se destaca em analisar os documentos oficiais das reformas disponibilizados no site do Governo Federal, além de uma análise científica feita em artigos acadêmicos publicados. Essas fontes foram selecionadas devido à sua relevância para compreendermos as reformas econômicas e políticas implementadas no período investigado.

A caracterização da pesquisa se dá diante dos fundamentos teóricos metodológicos contextualizando-se com o método histórico-dialético de Karl Marx.

Nesta perspectiva o materialismo histórico pode ser entendido como a concepção marxista que trata dos modos de produção da sociedade, de seus elementos constituintes e determinantes, de sua gênese, da transição e da sucessão de um modo de produção a outro. Não diz respeito apenas ao modo de produção capitalista, mas a todos os modos de produção historicamente determinados: como o das comunidades primitivas, da antiguidade, da escravidão, do feudalismo, do capitalismo e do socialismo (Oliveira; Hespanhol, 1985, p. 143).

Portanto, o método visa compreender a sociedade através do materialismo histórico, considerando que as contradições nos *modos de produção* (em particular a luta de classes) são o motor da transformação social. E, de acordo com o pensamento de Marx, durante os últimos anos, a história é marcada por constantes *lutas de classes* em decorrência das relações materiais de produção.

Primordialmente, o materialismo histórico de Karl Marx na pesquisa analisa a educação como parte de superestrutura que visa refletir como se sustenta a base econômica e as relações de poder reproduzindo e legitimando as desigualdades e a divisão de classe, bem como a resistência à tais imposições, enquanto sistema educacional sempre visará a reprodução das relações sociais e ideologia dominante em seu interior; porém, os sujeitos que fazem o chão da escola sempre terão formas de resistência em diferentes níveis e graus de organização em face da dialética relacionado com a práxis.

Com efeito, a lógica dialética não é outra coisa senão o processo de construção do concreto de pensamento (ela é uma lógica concreta) ao passo que a lógica formal é o processo de construção da forma de pensamento (ela é, assim, uma lógica abstrata). Por aí, pode-se compreender o que significa dizer que a lógica dialética supera por inclusão/incorporação a lógica formal (incorporação, isto quer dizer que a lógica formal já não é tal e sim parte integrante da lógica dialética). Com efeito, o acesso ao concreto não se dá sem a mediação do abstrato (mediação da análise como escrevi em outro lugar ou “detour” de que fala Kosik). Assim, aquilo que é chamado lógica formal ganha um significado novo e deixa de ser a lógica para se converter num momento da lógica dialética. A construção do pensamento se daria pois da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto. (Saviani, 1991; p.11)

Segundo Saviani, ao longo do trabalho, é importante observar a interação entre a lógica dialética e a lógica formal. Para entender de maneira mais profunda um fenômeno, é preciso seguir um caminho que começa pela observação empírica, ou

seja, pela experiência concreta e prática do que estamos estudando. A partir dessa base, devemos fazer uma análise teórica e abstrata, que nos ajude a entender melhor as ideias e conceitos por trás do fenômeno. Por fim, ao juntar esses dois momentos – a experiência prática e a análise teórica – conseguimos chegar a uma compreensão mais completa e concreta do que estamos investigando.

Para responder o segundo objetivo específico da pesquisa, o qual visa, observar a implementação do “Novo” Ensino Médio no Estado da Paraíba, especialmente, no Cariri paraibano e no município de Caraúbas, também utilizamos a abordagem documental. Neste caso, as leituras foram orientadas a partir de Decretos de Leis que instituem o modelo de Escolas Cidadãs Integrais na Paraíba juntamente com os documentos que implementam as políticas educacionais no Estado.

Por conseguinte, o material utilizado para a produção do capítulo, foi obtido nos sites oficiais do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa da Paraíba. Com isso, os textos passaram por uma análise de dados por meio de leitura crítica e interpretação dos documentos selecionados. Dentre os documentos foram identificados elementos como objetivos, diretrizes, estratégias de implementação e metas. A principal coleta de fonte se deu por meio da internet - esse método foi escolhido devido à facilidade de acesso a uma ampla gama de materiais relevantes para o estudo, permitindo uma abordagem abrangente e atualizada sobre o tema.

E para responder o terceiro objetivo específico, que investiga a intermitência da disciplina de Sociologia no Brasil e mais especificamente no chão da escola ECI “Serveliano” desde a obrigatoriedade no ano de 2008, através da Lei Nº 11.684/2008, e a partir daí analisar as mudanças introduzidas pelo “Novo” Ensino Médio, buscando compreender como a redução da carga horária tem afetado a disciplina.

A fonte de análise para este objetivo específico se deu a partir da análise do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, além de aplicação de entrevistas/questionários aos docentes e discentes da instituição e, com isso, realizamos um estudo de caso a começar dos dados obtidos. O método do estudo de caso também é visto como “(...) uma estratégia de pesquisa diferente que permite ao pesquisador construir seus próprios caminhos e ajustar seu projeto metodológico na busca dos objetivos propostos” (Clemente jr, 2012).

Portanto, retoma-se o objetivo da dissertação que tem, como foco principal, observar quais foram os principais impactos e mudanças no Ensino Médio, haja visto

a disciplina de Sociologia. Além disso, essa pesquisa utiliza métodos qualitativos, que visou descrever as ações, compreender os fatos postos e observar as diferenças do objeto da pesquisa. Considerando as observações críticas, o caráter subjetivo e os critérios valorativos tanto do/a pesquisador/a quanto do/a sujeito da pesquisa.

Nas palavras de Brandão (2001, p. 13),

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa.

Desse modo, a pesquisa qualitativa busca compreender o problema e da resposta base num conjunto de relações dinâmicas e nela se adota instrumentos que buscam captar esse dinamismo e complexidade, nas análises interpretativas.

O método qualitativo fornece na pesquisa uma dinâmica rica que detalha o estudo, possibilitando uma análise mais flexível, permitindo que o pesquisador aprofunde e contextualize os fenômenos sociais (MARTINS, 2004). Como também é abordagem básica que objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.

Ademais, preconiza o cunho exploratório, sendo um estudo de campo no qual vai buscar-se compreender os conhecimentos sobre o tema “Os impactos do ‘Novo’ Ensino Médio na disciplina de Sociologia na ECI Serveliano de Caraúbas — PB: um processo de luta e resistência em tempo de crise do capitalismo”.

Essa pesquisa, com objetivo de compreender os impactos da implementação do “Novo” Ensino Médio na escola e de que modo afetou o processo de ensino e aprendizado na disciplina de Sociologia, buscou capturar a subjetividade e a diversidade de perspectivas dos participantes, reconhecendo que as pessoas constroem significados com base na sua história, contexto social, cultura e valores individuais e sociais.

Em suma, o trabalho desempenhou um papel crucial na geração de conhecimento profundo, no entendimento de fenômenos complexos, na contextualização dos eventos, na geração de teorias, na inclusão de perspectivas subjetivas e na luta pela promoção de mudanças sociais.

2 A ÚLTIMA GRANDE CRISE DO CAPITALISMO E SEUS AJUSTES AOS PAÍSES COLONIAIS E SEMICOLONIAIS

Para compreender a natureza e os efeitos das reformas implementadas no Brasil na última década, é fundamental situá-las em um contexto mais amplo de reestruturação do capitalismo global. A crise econômica de 2008 representou um marco importante nesse processo, pois desencadeou uma série de ajustes fiscais e políticas neoliberais em diversas partes do mundo — inclusive no Brasil. É nesse cenário que se inscrevem as reformas do Teto de Gastos Públicos (2016), Trabalhista (2017), do Ensino Médio (2017) e da Previdência (2019), cujos impactos ultrapassam o campo econômico, atingindo diretamente as condições de vida da população, o mercado de trabalho e o sistema educacional. A seguir, será analisado como essas medidas se articulam entre si e expressam um projeto mais amplo de desmonte de direitos e aprofundamento das desigualdades sociais.

2.1 A “bolha” imobiliária de 2008 e as consequências sobre os países coloniais e semicoloniais: as reformas do Teto dos Gastos Públicos (2016), Trabalhista (2017) e da Previdência (2019)

Inicialmente, ao perpassar a história recente da redemocratização do Brasil a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, passaram pela Presidência da República diversos presidentes, desde Fernando Collor de Mello até um dos maiores privatista, e entreguistas de todos os tempos, Michel Temer. E com isso vamos descrever um pouco os governos que fizeram reformas e privatização na sua gestão e desse modo da ênfase na Educação Pública brasileira, e as suas controversas durante esse período.

Agendas neoliberais marcam a história recente do Brasil e com isso, a década de 90 se inicia com o governo de Fernando Collor de Mello (1990 - 1992), e, nesse governo, o Brasil começa a introduzir uma agenda neoliberal em suas ações.

a quem convencia pelo passado (jovem líder da ARENA), pelas alianças políticas, pela posição social (proprietário de terras e de meios de comunicação em Alagoas, seu estado natal) e, sobretudo, pelas propostas de abrir o país para o mercado internacional e enfraquecer o Estado

regulamentador e intervencionista, núcleo da tradição nacional estatista. (Reis, 2014, p. 113).

Cada vez mais os discursos atrelados ao imperialismo afincavam raiz na história do Brasil principalmente pregando peças que ao longo do tempo ocorreriam diversas contradições em área primordial instituídas relações sociais junto ao sistema capitalista.

Ao abraçar as políticas neoliberais, o governo brasileiro optou por uma abordagem que se baseava na liberalização do comércio, na promoção de privatizações e na diminuição da intervenção estatal na economia. Neste contexto, agenda neoliberal, ao promover a liberalização do comércio, privatizações e redução do papel do Estado na economia, serve primariamente aos interesses da classe dominante capitalista em detrimento da classe trabalhadora.

[...] uma disciplina orçamentária, com contenção dos gastos com o bem-estar e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de mão-de-obra de reserva de trabalho, para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. (Anderson, 1995, p. 11 *apud* Costa e Oliveira, 2011, p. 91).

Uma agenda neoliberal que promovem diversos cortes em setores cruciais e com isso gera um enfraquecimento nas mobilizações de grande massa da população. Com isso ocorre a flexibilização das leis trabalhistas a precarização do emprego e o aumento da exploração da força do trabalho abraçam essa agenda.

Em virtude de um escândalo de corrupção dentro do seu Governo Fernando Collor de Melo sofre o impeachment em 1994, e desse modo o seu vice-presidente Itamar Franco assume a presidência do Brasil. O governo de Itamar Franco, que durou pouco mais de dois anos (1992–1994), foi marcado por contradições significativas, especialmente no que diz respeito à condução da política econômica. Apesar de seu declarado descontentamento com o Plano Nacional de Desestatização (PND), iniciado no governo Collor, sua gestão deu continuidade ao processo de privatizações. Exemplo disso foi a venda de ativos da Petrobrás, como sua empresa subsidiária de fertilizantes, evidenciando a permanência de diretrizes liberais no campo econômico. Ao final de seu mandato, cerca de 17 processos de desestatização haviam sido concluídos, o que demonstra como seu governo, mesmo sob críticas internas e resistência social, acabou dialogando com o contexto global de expansão das políticas neoliberais, que pressionavam por redução do papel do Estado na economia (O GLOBO, 2011).

Ademais a continuação dessa agenda, e ainda mais alinhado com as demandas neoliberais, chega à presidência da república Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), ao longo dos seus dois mandatos como presidente do Brasil conseguia a façanha de privatizar aproximadamente cerca de 35 empresas do Estado Brasileiro, (Politize, 2023). E desse modo o seu governo marca a história recente como uma grande doença, na qual o paciente é o Estado Brasileiro que agoniza na mão de políticas neoliberais.

Surfando nessa onda de privatização, no contexto da Educação brasileira FHC como é conhecido, institui avaliações que medem o índice de aprendizagem dos brasileiros, sob fortes influências internacionais. Como ressaltava a teoria neoliberal, como justificativa para a privatização total das empresas estatais e entrega das mesmas para o capital financeiro monopolista estrangeiro, a crise que perpassava o mundo no referido contexto supostamente não emanava diretamente do sistema capitalista, e sim do aparelho estatal (Peroni, 2007) burocratizado, assistencialista e totalitário.

Dentre as diversas avaliações que temos atualmente, podemos citar a primeira delas, que é da Educação Básica nos anos iniciais instituída no ano 1990, porém colocado em prática no governo de FHC foi o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico – SAEB, (Educabrazil, 2023). Com base em avaliar a qualidade na educação nas disciplinas de Português e Matemática alunos do Ensino Fundamental I e II e do Ensino Médio realizam provas a cada dois em dois anos.

Como os currículos das escolas públicas são pensados, criam-se diversas avaliações cujos modelos são baseados em outros países ¹¹ que não são semicolônias. Dessa forma, sem um currículo inclusivo, acabamos estudando mais o que acontece fora do país do que na nossa própria região, em específico.

Antes de mais nada vale ressaltar avaliações realizadas na Educação Básica, entre elas estão, Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA (criada em 2012 e

¹¹ O Brasil figura em diversas avaliações sobre a educação pública nas últimas posições e, dessa forma, passa a avaliar cada vez mais o índice de aprendizagem dos alunos nesse sistema. Desta forma, os currículos, atrelados às reformas instituídas ao longo dos anos, buscam incluir uma parcela cada vez maior dos estudantes brasileiros. Conhecidas como "super potências" da educação, a Finlândia e a Coreia do Sul dominam as duas primeiras colocações do ranking e, na sequência, figuram Hong Kong, Japão e Cingapura. Alemanha (15), Estados Unidos (17) e França (25) estão em grupo intermediário e México (38), Brasil (39), e Indonésia (40) integram as posições mais baixas. Entre os sul-americanos, Chile (33), Argentina (35) e Colômbia (36) estão em melhor colocação que o Brasil. Cf. Associação Brasileira de Educação, 2024.

aplicada a partir de 2013), Programa Internacional de Avaliação de Estudante – PISA, Prova Brasil, Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e Avaliação de Larga Escala entre outras. Além disso, essas avaliações costumam homogeneizar realidades escolares muito distintas, desconsiderando desigualdades regionais, sociais e econômicas que impactam diretamente o desempenho dos alunos.

Aparelhado com as avaliações ocorre a abertura para o mercado, algumas mudanças significativas no campo da educação marcaram a política educacional do país, iniciando uma era de reformas que visavam alinhar o sistema educacional brasileiro aos princípios do imperialismo.

Como bem se sabe, o Governo de FHC, colocou em prática o fim do monopólio estatal sobre diversas empresas e com isso foi um dos maiores presidentes que privatizou diversas empresas públicas nas quais atualmente se tornaram maiores exportadoras do mundo, a exemplo, da Vale do Rio Doce – VALE, segundo o site Politize! (2024).

No que diz respeito à educação, a lógica mercantilista se intensificou. Com o avanço da privatização e da mercantilização da educação, o ensino passou a ser tratado cada vez mais como uma mercadoria. Escolas e universidades foram transformadas em empresas, onde o objetivo principal passou a ser o lucro, em detrimento do acesso universal à educação de qualidade. Frigotto (2011), em seus estudos acerca da relação entre projeto societário e educação, afirma que as reformas provocadas ao longo do governo de FHC, de cunho neoliberal, optaram pela modernização e dependência frente a um projeto ortodoxo de caráter monetarista e rentista.

Logo em sequência a esse governo (2003–2010), teve início um novo governo esquerdista, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de esquerda, o governo deu continuidade a uma longa agenda estabelecida na década de 90, alinhada com uma política econômica capitalista, que adotou uma abordagem pragmática em relação à economia, mantendo muitas das políticas neoliberais implementadas por seus antecessores.

E com isso se ampliaram os horizontes da atuação empresarial na educação, iniciando-se uma intensa parceria público-privada alinhada com essa agenda. Isso concretiza o que Saviani (2003) denominou de “pedagogia dos resultados” e o que

Duarte (2003) critica como a “pedagogia do aprender a aprender” — uma lógica que fragmenta o conhecimento, esvazia os conteúdos e privilegia competências instrumentais em detrimento da formação crítica. Trata-se de uma valorização do modelo político neoliberal, alinhado às demandas do sistema capitalista por produtividade, eficiência e controle de resultados.

Essa lógica não se restringiu à educação básica, mas se expandiu também para o ensino superior, especialmente por meio do fortalecimento de programas estudantis com orientação mercantilista, como o Fundo de Financiamento Estudantil FIES¹² e o Programa Universidade para Todos PROUNI¹³, ambos impulsionados durante os governos Lula I e II. Embora ampliem o acesso ao ensino superior, esses programas também reforçam a lógica de financiamento privado da educação pública, consolidando o protagonismo das instituições privadas e aprofundando a inserção do mercado no campo educacional.

Esses programas educacionais profissionalizantes, ao invés de priorizarem o fortalecimento do ensino superior o que beneficiaria toda a cadeia por meio de investimentos estruturais, ampliação de vagas e valorização acadêmica, acabaram por canalizar recursos públicos para o setor privado, criando parcerias duradouras com grupos empresariais da educação. Nesse meio-tempo, discursos políticos se intensificam, com representantes do poder legislativo e executivo defendendo esses programas como conquistas sociais, enquanto na prática o modelo aprofunda a lógica de privatização indireta e consolida um ciclo em que a educação se transforma em mercadoria, e o acesso, em dívida ou em concessão controlada por interesses econômicos.

¹² O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é uma ação do Governo Federal destinada a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação. O programa financia até 100% do valor dos encargos educacionais cobrados pelas instituições de ensino com adesão ao Fundo, de acordo com a renda familiar mensal bruta do estudante e do comprometimento dessa renda com o pagamento da mensalidade. Tal Fundo foi criado ainda no governo FHC, e havia forte crítica do PT ao mesmo, porém ao assumir a presidência, Luís Inácio fortaleceu ainda mais tla política de salvamento dos grandes empresários da educação no Brasil. Cf. Brasil, 2024.

¹³ O Programa Universidade Para Todos (Prouni) oferta bolsas de estudo, integrais e parciais (50% do valor da mensalidade do curso), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. O público-alvo do programa é o estudante sem diploma de nível superior. Essa política também foi fortemente criticada por associações de docentes e sindicais, por significar a transferência de verbas públicas para o setor privado, nova modalidade de privatização implementada. Cf. Brasil, 2024.

Desde a sua criação na década de 90, vale ressaltar que, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o programa educacional profissionalizante FIES registraram um número recorde de contratos. Em 2014, segundo dados do Ministério da Educação, foram contabilizados aproximadamente 732.243 contratos, representando o maior volume até então (Brasil, 2024).

As disputas pela hegemonia entre as grandes potências mundiais exercem um papel significativo nos países subdesenvolvidos, moldando suas políticas econômicas e sociais. Sob apoio do imperialismo, que se alinha às demandas do sistema global, ocorrem grandes medidas antipovo estruturais.

Logo depois, veio o PROUNI, mais recente e com 100% do DNA de Lula, o programa promoveu a renúncia fiscal promovendo a expansão do setor privado mercantil com altos custos aos cofres públicos. Após sua criação o PROUNI ultrapassa, mas de meio milhões de inscritos e cerca de 1.338 instituições ofertas a parceria (Brasil, 2024).

Antes de tudo, ressalta que durante o governo de Lula o mundo adentra na maior crise do sistema capitalista mundialmente, que foi estalada na América do Norte e se expandiu por todo o globo.

Os principais bancos norte-americanos, mais especificamente o Lehman Brothers, protagonizaram um colapso financeiro em 2008 que deu origem a uma das maiores ondas de inadimplência da história recente, impulsionada por práticas altamente especulativas no setor imobiliário especialmente na concessão desenfreada de créditos hipotecários de alto risco, os chamados *subprimes*, mais conhecida como bolha imobiliária. Os impactos desta crise financeira que se espalhou rapidamente levaram o Brasil a diversas contrarreformas

Como argumenta David Harvey (2005), o neoliberalismo utiliza as crises como um meio de redistribuir a riqueza, onde os prejuízos são socializados e os lucros, concentrados. Além disso, Marilena Chauí (2003) observa como essa lógica de mercado se reflete nas políticas públicas, transformando direitos sociais em mercadorias e ampliando a desigualdade. Em um contexto semelhante, Ladislau Dowbor (2017) alerta para a crescente financeirização da economia, que favorece o capital improdutivo e agrava as desigualdades sociais, criando um ciclo no qual a população é forçada a arcar com os custos das falências e falhas do sistema financeiro.

Uma fala bem “famosa” do então presidente Luiz Inácio a época, mais especificamente entre os anos de 2008/2009 foi a seguinte, “Lá (nos EUA), ela é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esqui” (O Globo, 2024).

O Brasil foi sacudido por contrarreformas desde essa crise, aniquilaram direitos conquistados há décadas e séculos, indo contra os interesses de uma grande parte da população brasileira. Essas contrarreformas foram planejadas e implementadas em diversas partes do mundo, e o Brasil se submeteu a esse complexo de vira-latas¹⁴.

Sob pressão do imperialismo e das instituições financeiras internacionais, o país se vê compelido a adotar contrarreformas profundas, muitas vezes sacrificando políticas sociais em prol de uma agenda econômica neoliberal. E em 2012 é eleita a primeira mulher presidenta da República Dilma Rousseff (2011–2016) e começa surgir os primeiros reflexos econômicos atrelado a crise da bolha imobiliária

No início de 2013, o Brasil foi tomado por uma onda de protestos que impulsionou uma grande locomotiva atrelada a uma gigantesca crise política em ascensão, pela qual o Estado brasileiro passava. A princípio, uma grande massa foi às ruas do Brasil em protesto contra os sucessivos aumentos nas passagens nas grandes capitais do país, o que se alastrou como uma grande onda de revolta popular contra as condições de vida, o sistema político vigente e os diferentes governos, somando-se à histórica greve dos garis no RJ, greves de professores em vários estados, protestos em massa da juventude de periferia e estudantil.

Em seguida contrarreformas são apresentadas como “necessárias” para a “estabilidade econômica”, frequentemente exacerbam as desigualdades sociais e agravam os problemas estruturais do país, gerando tensões políticas e sociais. Nesse universo “reformista” se destacam três grandes reformas até 2017, entre elas estão: Tetos de Gastos (2016), Reforma Trabalhista (2017) e Reforma do Novo Ensino Médio (2017).

Num país como o Brasil, a crise capitalista e os seus impactos são de grande proporção, haja vista ainda ser uma semicolônia. Nesse caso, as disputas pela hegemonia frequentemente se entrelaçam com o domínio do conhecimento, sendo influenciadas por interesses dos grandes sistemas econômicos.

¹⁴ O escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues criou a expressão “complexo de vira-lata”, que se refere a um sentimento de inferioridade por parte dos brasileiros em relação a outros países, especialmente os desenvolvidos. Cf. Associação Brasileira de Ciência (ABC), 2025.

Os sistemas econômicos postos na sociedade atendam a uma agenda neoliberal promovida por poderosos financiadores da educação pública brasileira. Essa agenda busca moldar as políticas educacionais de acordo com princípios econômicos neoliberais, muitas vezes em detrimento dos valores e objetivos sociais da educação. Nesse cenário de criação do Projeto de Lei 13.415/2017 as principais instituições e fundações que implantaram e cuidaram da proposta foram:

Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras – além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemman (controladores da cervejaria Anheuser-Busch InBev e do fundo de participações 3G Capital, que, por sua vez, é dono do Burguer King, da BeW [que reúne Lojas Americanas, Submarino e Shoptime]), CENPEC, Todos pela Educação (organização não governamental criada por empresários) (Macedo, 2014, p. 1532).

Para os países em subdesenvolvimento, essa agenda se torna uma prioridade, e a reformulação do currículo do Ensino Médio, denominado “NOVO”, emerge como o principal objetivo nesta etapa de Educação Básica. A estratégia de integrar estruturas do Ministério da Educação com instituições bancárias e fundações visa atender às prioridades do capitalismo dentro do âmbito educacional. Isso reflete uma busca por alinhamento com os interesses econômicos dominantes.

As políticas em vigor no Brasil, um país que tem um passado marcado pela colonização e exploração, agora o colocam em uma posição de submissão a influências externas. No entanto, esse processo não ocorre de forma tranquila; pelo contrário, está envolto em intensas crises que permeiam todas as esferas da sociedade brasileira. Essas crises abrangem desde questões econômicas e políticas até desafios sociais e ambientais, impactando diretamente a vida das pessoas. A sensação de desamparo e a percepção de que decisões importantes são tomadas além das fronteiras nacionais geram um clima de incerteza e instabilidade, moldando as experiências cotidianas dos cidadãos brasileiros.

Porém, destaca-se o período cíclico desse declínio como bem frisou Lênin, “De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante.” (Lênin, 1979, p.125). Conseqüentemente, essas crises desse sistema irão buscar uma maneira de assegurar lucros mediante a sobrevivência desse processo.

As relações de trabalho segundo Marx e Engels (1977), as ideias humanas se objetivam na materialidade do contexto por meio do trabalho, atividade tipicamente humana que distingue os homens dos animais e que o permite produzir seus meios de subsistência e indiretamente produzir-se. A agenda neoliberal perpetua as injustiças fundamentais do capitalismo ao sacrificar os interesses dos trabalhadores em favor da acumulação de riqueza pelos capitalistas, criando assim uma sociedade cada vez mais desigual e alienada.

Paralelamente às crises cíclicas ¹⁵ do sistema capitalista, nas décadas passadas emergiu um modelo de reestruturação conhecido como neoliberalismo. Esse processo representa não apenas uma mudança no imperialismo, mas também marca o início de um declínio desse sistema, resultando na materialização de sua agonia.

Pouco depois resulta na formação de monopólios que impactam diretamente a sociedade, influenciando a dinâmica econômica e social de forma significativa. Durante a evolução dessa nova fase da economia, emergiram dois setores estratégicos: a privatização e a desregulação de mercado. Em meio às crises cíclicas do capitalismo, uma estratégia para manter o sistema funcionando é o acúmulo de capital.

Com a acumulação de capital e o desenvolvimento da força produtiva do trabalho que a acompanha, cresce a súbita força de expansão do capital (...) também porque o crédito, sob qualquer estímulo particular, põe, num instante, à disposição da produção, como capital adicional, parte incomum dessa riqueza (Marx, 1984, p. 20).

Do ponto de vista de Marx, a dinâmica de crescimento do capital se baseia no processo de expansão produtiva, o Estado capitalista tem enfrentado uma crise sem precedentes, resultando em ataques crescentes à classe trabalhadora. Essa crise financeira desencadeou uma reavaliação do sistema econômico, impulsionando uma ordem sem precedentes para a desregulamentação dos mercados. Esse cenário reflete a tensão entre o Estado, a economia e a sociedade, evidenciando a

¹⁵ Destacou a elevação da ociosidade da capacidade produtiva resultante em contrapartida à criação do exército de reserva industrial como fatores de desbalanceamento. As crises seriam as catástrofes capazes de, periodicamente, restabelecerem os ciclos de reforços de *feedback*, isto é, quanto mais se tem, mais se ganha. O balanceamento, via “queima dos valores de capital excedente”, impediria o sistema de explodir ou implodir ao amplificar o movimento em círculos virtuosos ou viciosos. Cf. AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias, 2008.

necessidade de repensar as políticas econômicas e regulatórias diante dos desafios emergentes.

Segundo Anderson (1996, p. 23),

[...] economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muito dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria.

A dicotomia entre os resultados econômicos e sociais do chamado “neoliberalismo” destaca suas limitações em impulsionar o crescimento econômico sustentável, ao mesmo tempo em que aprofunda as disparidades socioeconômicas.

No contexto denominado “Nova Ordem Mundial” dada pelo imperialismo para EUA desde 1990, as privatizações emergiram como uma lógica do sistema. Conforme o site Politize! O “entendimento que o papel do Estado na sociedade deve ser o mínimo possível para que o Estado consiga entregar serviços públicos de qualidade para a sociedade” (Brasil Escola, 2013).

Da mesma forma, alinhado aos interesses do capital, as empresas estatais foram frequentemente retratadas como fontes de problemas, o que justificou sua transferência para iniciativas privadas, especialmente no final da década de 1990. Esse movimento reflete a influência da ideologia neoliberal, que promove a crença na superioridade da gestão privada e na redução da intervenção estatal na economia, moldando assim as políticas de privatização adotadas nesse período.

Nessa perspectiva, observa-se uma mudança de paradigma em relação ao setor privado em comparação com o setor público no Brasil, impulsionada por um discurso que enfatizava a suposta ineficiência e atraso do setor público. Essa narrativa a qual foi impulsionada desde os governos militares pós-golpe de 1964, quando a privatização da economia, endividamento do país e inúmeros acordos foram criados entre o Estado brasileiro e as agências internacionais, principalmente dos EUA, como a USAID e outras contribuiu para elevar a imagem do setor privado como superior, promovendo a ideia de que a iniciativa privada era mais eficiente e avançada em comparação com as estruturas públicas. Essa percepção, embora possa refletir desafios reais enfrentados pelo setor público, também ressalta a influência da retórica neoliberal na valorização do setor privado em detrimento do setor público.

Outro campo dentro dessa perspectiva neoliberal são as fundações e instituições privadas que financiam a educação pública do Brasil. Dentre essas instituições está o Banco Mundial, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD.

Ao se apresentarem como “parceiros” da educação pública, entidades passam a influenciar as Secretarias e o Ministério da Educação, ganhando assento em conselhos nacionais educacionais de relevância. Nesse contexto, os financiadores da educação pública implementam diretrizes a serem seguidas de forma sistemática. Um exemplo incontestável desse cenário é a reformulação do Ensino Médio, conhecida como “Novo” Ensino Médio.

O principal objetivo dessas instituições é o controle de conhecimento por parte das ideologias dominantes dentro dos currículos escolares. “Devido às suas elaborações ideológicas¹⁶, as instituições escolares são um dos espaços privilegiados para construção de novas subjetividades economicistas, para a formação de seres humanos com habilidades mecânicas e técnicas.” (Santomé, 2003, p.31).

As relações de interesse ideológico facilitam o controle dos sistemas nacionais de educação, resultando na materialização dessas relações, onde o mercado passa a regular o cenário educacional. Essa dependência da espaço à teoria que foi imposta no imperialismo ainda na década de 1960 com reformas no campo educacional. A teoria do Capital Humano, que mantém algumas hegemonias:

A tese do capital humano então, quando apreendida na sua gênese histórica, revela-se como uma especificidade das teorias do desenvolvimento produzidas inicialmente e preponderantemente no interior da formação social capitalista mais avançada e que chama a si a tarefa e a hegemonia na recomposição do imperialismo capitalista. [...] O conceito de capital humano vai mascarar, do ponto de vista das relações internacionais, a questão do imperialismo, passando à idéia de que o subdesenvolvimento nada tem a ver com as relações de poder, mas se trata fundamentalmente de um problema de diferença ou modernização de alguns fatores, onde os recursos humanos qualificados – capital humano – se constitui no elemento fundamental. (Frigotto, 2005, p.126).

Ocorre um processo de dominação do imperialismo no contexto que o monopólio do capital financeiro é mais evidente. Essa recomposição envolve a

¹⁶ O processo de dominação ideológica se constitui numa série de concepções e ideias reproduzidas pela classe dirigente para manter consenso sobre as demais classes sociais. Nesse momento, a ideologia toma a forma de um véu que encobre uma realidade contraditória da exploração, da alienação e da subordinação das classes subalternas ao domínio exercido pela burguesia. Cf. Brasil Escola, 2024.

concentração e centralização de capitais, a busca por controle de mercados, mão de obra, matérias-primas, oportunidades de negócios, vias de transporte, comunicação e territórios, resultando em uma lógica de dominação que gera tensões constantes no cenário global. Conforme discutido por Gustavo Roberto da Silva (2024), apesar do fim formal do colonialismo europeu há séculos, a América Latina ainda enfrenta desafios para alcançar sua autonomia econômica. A região continua vulnerável a influências externas, como sanções e conflitos, que afetam sua política e economia.

Com efeito, a proposta de “reforma do Brasil” é acompanhada por um cenário político complexo, que busca legitimá-la diante de enormes desafios. Durante o processo eleitoral de 2014, o país foi marcado por turbulências políticas significativas.

O desgaste político da presidente Dilma se intensificou ao longo de 2014, prolongando-se até o ano seguinte. O descontentamento popular seguiu crescendo, particularmente em meio a Copa da FIFA de 2014, para a qual milhares de famílias foram desalojadas de suas casas e terrenos, uma GLO e intervenção direta do exército foi realizada para assegurar a “segurança” do evento e reprimir a população que aproveitava tal momento para protestar. Em 2015, a crise atingiu seu ápice, com o início do processo de impeachment em dezembro, liderado pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, um aliado anterior e membro do mesmo partido do vice-presidente da República. Esse processo tumultuado culminou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016, abrindo espaço para uma mudança radical no cenário político brasileiro.

A frente da presidência da República, estava um governo interno, o de Michel Temer (2016-2018), mais do que nunca alinhado com as demandas do imperialismo, e sua trajetória teve início com inúmeras contrarreformas. Essa crise financeira internacional e o cenário político brasileiro revela como a lógica neoliberal global se impõe também sobre economias periféricas como a do Brasil. O colapso gerado pelas hipotecas subprime, originado na financeirização desenfreada da economia americana, não ficou restrito aos Estados Unidos: seus efeitos atravessaram fronteiras e justificaram, em diversos países, a adoção de políticas de austeridade e contrarreformas estruturais.

Esses empréstimos, conhecidos como hipotecas *subprime*, permitiram que muitos americanos adquirissem casas além de suas capacidades financeiras reais. O setor financeiro se beneficiou com a embalagem dessas hipotecas em produtos

financeiros complexos, como os famosos títulos lastreados em hipotecas (MBS, na sigla em inglês), os quais eram então vendidos a investidores em todo o mundo. De acordo com Angela Negrão (2024), "de maneira resumida, pode-se dizer que a bolha imobiliária americana foi causada pela maior facilidade nos financiamentos de imóveis no país, pela ampliação da securitização e pela intensa desregulamentação do mercado financeiro neste período".

No entanto, quando o mercado imobiliário começou a declinar e os mutuários começaram a entrar em inadimplência em massa, os valores dos ativos lastreados em hipotecas despencaram, desencadeando uma crise nos mercados financeiros globais. Como consequência aos problemas enfrentados ocorreu recessão econômica global uma vez que se tem um efeito dominó, aumento na desigualdade e pobreza, redução no comércio Internacional além de decorrência de uma crise política.

Essa crise teve consequências devastadoras, incluindo falências de instituições financeiras, desemprego em massa e uma recessão econômica prolongada nos Estados Unidos e em todo o mundo, destacando as fragilidades e interconexões do sistema financeiro global.

(...) a consequência desse desastre econômico que colocou em xeque o capitalismo foi desemprego em massa, retração financeira internacional, principalmente na Europa. Com isso, houve o aumento da dívida pública externa por conta da necessidade de empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). (Stoudi, 2024).

Com o desenrolar desse desastre, vários bancos foram levados à falência, desencadeando uma crise financeira que se espalhou rapidamente pelo mundo. A falência de importantes instituições financeiras nos Estados Unidos, como Lehman Brothers, Bear Stearns e Merrill Lynch, enviou "ondas de choque" pelos mercados globais, minando a confiança dos investidores e levando a uma crise sistêmica que afetou economias em todos os continentes.

De acordo com Kelly Oliveira, Pedro Rafael Vilela e Wellton Máximo (2018),

"[...] o colapso dos mercados mundiais naquele dia e pelas semanas seguintes foi tão grave que obrigou o Federal Reserve (FED), o Banco Central dos Estados Unidos, e o Banco Central Europeu (BCE), a injetar centenas de bilhões de dólares e euros no sistema financeiro. A crise alastrou-se mundo afora e causou impactos sem precedentes em países como Grécia, Espanha, Irlanda, Islândia e Portugal. Em todo o planeta, mais de 400 milhões de pessoas ficaram desempregadas na pior crise econômica desde a Segunda Guerra Mundial, só comparável à quebra da Bolsa de Nova York, em 1929."

O colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos reverberou em todo o sistema financeiro global, desencadeando uma recessão econômica profunda e prolongada que teve repercussões sociais e econômicas de longo alcance em todo o mundo.

Apesar de não terem sido imediatamente perceptíveis no Brasil durante a crise mundial de 2008, devido à alta dos preços das commodities seus impactos foram gradualmente se tornando evidentes ao longo dos anos. O país não conseguiu se desvincular completamente das influências das grandes potências, permanecendo sujeito ao imperialismo global principalmente estadunidense.

Com isso, após os primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência da República, os quais foram marcados por desafios e alinhados com as políticas “neoliberais” os primeiros sinais de crise começaram a surgir, mais frequentemente no terceiro mandato do partido, da gestão da presidente Dilma Rousseff, tornando-se mais evidentes nesse período.

Com uma agenda, aberta a privatizações e contrarreformas, em contraste com suas promessas de campanhas, a gestão se arrastava a um longo desgaste econômico e político e, desse modo, não consegue caminhar com agendas prometidas anunciadas inicialmente. Em consequência dos desgastes e por grupos de poder da direita e extrema-direita no país se aproveitarem da instabilidade e baixa popularidade do governo, ocorre o processo de impeachment.

Uma das primeiras medidas do presidente Michel Temer (2016-2018) foi a contrarreformas do "Teto de Gastos" por meio do Novo Regime Fiscal. A Emenda Constitucional 95 limita os gastos públicos de acordo com o montante gasto no ano anterior em determinadas áreas prioritárias e retira a obrigatoriedade de 15% de investimento na Saúde e 18% na Educação. Uma medida audaciosa que ataca uma grande parcela da população que necessita dos serviços básicos no Brasil.

A Emenda Constitucional de nº 95, foi aprovada no Senado brasileiro no corrente ano de 2016. Essa PEC tem um efeito gigantesco que impacta políticas que são fundamentais para população, a exemplo, dos investimentos com Saúde, Educação, Assistência Social e Ciência e Tecnologia.

Ao limitar e fixar os recursos financeiros durante 20 anos os gastos primários, cria-se um efeito dominó no qual o impacto negativo se propaga para outras áreas, comprometendo todo o sistema. E, dessa maneira, os que mais sofreram são as

peças que estão sendo oprimidas pelo sistema. Tal medida estava em total consonância com os ditames do Banco Mundial e FMI, a exemplo do documento descarado publicado pelo BM no final de 2017, denominado: *Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil*, no qual as medidas de privatização e redução de investimentos no setor público são explicitamente impostas como supostas soluções para o problema fiscal brasileiro Buczek e Pereira (2021).

Os gastos com saúde passaram a ser limitados, afetando uma das políticas mais importantes que o país possui: o Sistema Único de Saúde (SUS). Esse programa de saúde pública abrange as cinco regiões do Brasil, chegando às áreas mais remotas e levando atendimento de qualidade à população. Com mais de 30 anos de existência, o SUS representa uma conquista histórica, sendo o único sistema de saúde pública do mundo que oferece atendimento gratuito e universal a todos os cidadãos brasileiros. Fazendo um parêntese contemporâneo, o que seria da população brasileira na maior crise sanitária de saúde COVID-19¹⁷ sem o SUS.

Alinhado com a Emenda Constitucional 95, outra área crucial que foi bastante afetada foi a Educação. Ocorreu um sucateamento da educação pública brasileira, de acordo com Diplomatique, 2024.

Desde o começo das políticas de austeridade em 2015, mas agravando-se a partir da EC 95 já se contabiliza uma perda de R\$ 99,5 bilhões (USD 20 bilhões), sendo R\$ 32,6 bilhões só em 2019 (USD 7 bilhões), segundo cálculos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Essa contenção de investimentos compromete não apenas o presente das políticas públicas, mas também o futuro do país, pois impede a universalização de direitos sociais garantidos constitucionalmente. A política do teto parte de uma lógica econômica que prioriza o equilíbrio fiscal em detrimento das necessidades da população, aprofundando desigualdades históricas e fragilizando o papel do Estado como garantidor do bem-estar social.

Ainda dentro da Reforma do Teto de Gastos, outra área também afetada foi a Assistência Social, área que é de extrema importância e que lida diretamente com a

¹⁷ A pandemia de Covid-19 foi uma doença altamente contagiosa, causada por um vírus, que rapidamente se espalhou pelo mundo, tornando-se uma das maiores crises sanitárias da história da humanidade. Milhares de brasileiros perderam a vida nessa batalha contra o vírus, e a maioria da população infectada contou com o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que teve papel fundamental no enfrentamento da doença e na garantia do acesso à saúde pública em todo o país.

formulação e implementação de políticas estratégicas de combate à desigualdade social. Assistência Social executa políticas públicas destinadas a atender às necessidades daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Segundo Reinholz (2018), “A Política de Assistência Social é a que sofre mais diretamente os impactos da EC 95, uma vez que diferentemente da Saúde e Educação, ainda não possui um mínimo percentual da arrecadação pactuado para cada esfera de governo” (Brasil de Fato, 2022).

Os impactos da promulgação da Emenda Constitucional 95 para Assistência Social foram gigantes. Pode-se destacar que o orçamento para políticas públicas que promova a inclusão social das camadas mais vulneráveis foi afetado drasticamente.

Essa área de atuação não apenas está interligada com a luta contra a desigualdade social, mas também desempenha um papel crucial na implementação de políticas educacionais voltadas para a juventude. Nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), essas parcerias se traduzem em oficinas educativas, que vão além de simplesmente transmitir conhecimento. Para Anastasiou e Alves (2004, p. 95), oficinas seriam um tipo de

Estratégia do fazer pedagógico onde o espaço de construção e reconstrução do conhecimento são as principais ênfases. É lugar de pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido pela forma horizontal na qual a relação humana se dá.

Desse modo, essas oficinas são projetadas para despertar a criatividade e habilidades dos participantes, proporcionando oportunidades de aprendizado significativas e práticas.

A importância da Assistência Social para o Brasil é de suma relevância, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil, que abriga uma população de aproximadamente 204 milhões de habitantes, conforme dados do último censo do IBGE (2022). Nesse contexto demográfico diversificado, a Assistência Social desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar e na redução das desigualdades sociais.

Semelhante aos cortes da Reforma do Teto de Gastos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, outra pasta que foi afetada e passou pelo negacionismo foi a Ciência e Tecnologia no país. O governo ilegítimo instalado no Brasil a partir de 2016 “cria o ambiente favorável e necessário para aprofundar a

avassaladora política de destruição dos direitos e das políticas públicas” (Boschetti; Teixeira, 2019, p. 68).

Este campo desempenha um papel crucial no avanço da sociedade por meio de pesquisas essenciais. Para o progresso de uma nação, é uma área fundamental, no entanto, foi severamente atingida, por medidas que resultaram em escassez de investimentos. Os danos decorrentes dessa falta de investimento são potencialmente irreparáveis. Faz parte de uma política neoliberal que estala desde 1990 (Silva Júnior; Sguissardi, 1999) e sustentam o regime de predominância financeira que desde a década de 1990 estabelece mudanças em toda esfera pública no Brasil.

Em países semicoloniais como o Brasil, surge o questionamento sobre a viabilidade do investimento em ciência e tecnologia, devido à nossa dependência de grandes potências mundiais. No entanto, é importante destacar que priorizar esse setor tão crucial para a sociedade vai ao encontro do fortalecimento da autonomia nacional, reduzindo nossa dependência externa e promovendo o avanço para o país.

Segundo Lombardo Toledano (1951),

As causas históricas que contribuíram para tornar difícil o desenvolvimento econômico de nossos países (latino-americanos — C.F.) são as sobrevivências da sua estrutura econômica feudal do passado e a interferência constante das forças do imperialismo estrangeiro em sua vida doméstica.

Uma relação clara e evidente foi publicada em (2016), no documento intitulado "Um ajuste (IN)justo: análise das recomendações do banco mundial para a educação brasileira no contexto do novo regime fiscal" do Banco Mundial, que afirma ser insustentável a situação do Brasil e que o país precisaria adotar medidas econômicas sob o discurso de "estabilizar a dívida pública". No entanto, toda essa prática está em consonância com uma agenda já pré-estabelecida após a "bolha imobiliária" de (2008) a qual o sistema capitalista agoniza, em Países Semicolônias como o Brasil.

Ao longo das discussões, o texto do Banco Mundial faz menção ao sistema tributário e discute a eficiência econômica para a arrecadação, visto que o Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, com a maior parte desse peso recaindo sobre as costas dos trabalhadores. Com o discurso de falência de alguns Estados, o arcabouço fiscal é justificado como necessário para reduzir as despesas primárias e evitar uma crise sistêmica. Nesse contexto, começam expandir as contrarreformas, sendo a primeira delas a Reforma da Previdência. "O Brasil também

gasta mais com aposentadorias do que pode, e o sistema é altamente insustentável" (IPEA, 2025), declara o documento, deixando claro quem são os oprimidos e opressores dessa sociedade, ocultos por trás de discursos neoliberais.

A Reforma da Previdência foi promulgada em 2019, por meio da Emenda Constitucional nº 103. As regras estabelecidas para a aposentadoria trouxeram mudanças significativas para os trabalhadores. Uma das principais alterações foi a instituição de uma idade mínima para a aposentadoria: 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, exigindo ainda um tempo mínimo de contribuição de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens. Nesse modelo, foram definidas cinco regras de transição. No entanto, com a precarização do trabalho ao longo do tempo e as dificuldades enfrentadas por milhares de brasileiros, o acesso ao benefício tem se tornado cada vez mais difícil.

Defende-se cada vez mais um Estado mínimo, na prática significando mais privatizações e contrarreformas, e mais lucro para o imperialismo. A maneira de atingir diretamente essa meta é através do Orçamento da União, e foi nesse contexto que a Emenda Constitucional 95/2016 foi implementada.

Da mesma forma, seguindo o modelo econômico pré-estabelecido, outra medida que já vinha sendo amadurecida em governos anteriores ao de Michel Temer é a contrarreforma do "Novo Ensino Médio", que foi implementada a partir de 2017, com sua chegada à Presidência da República.

O aprofundamento drástico de tais medidas privatistas durante o governo Bolsonaro e sua continuidade nos 2 primeiros anos do governo Lula-3 - especialmente na manutenção na política fiscal, favorecimento do agronegócio exportador, corte de verbas para setor social, repasses de verbas públicas para monopólios privados da educação e nova aprovação do NEM com alguns ajustes em função das lutas e resistências de estudantes e professores, mas que mantém o núcleo central do NEM anterior, baseado na BNCC, na imposição do tempo integral que exclui estudantes trabalhadores e na manutenção da precarização da oferta das disciplinas de caráter mais reflexivo e crítico como filosofia e sociologia.

2.2 A “bolha” imobiliária de 2008 e o “Novo” Ensino Médio (2017)

As demandas políticas internacionais que têm influenciado o Brasil desde 1990 estão alinhadas com as agendas das grandes potências e, naturalmente, têm um impacto significativo nas políticas educacionais do país. Ao longo dos anos, o Brasil nunca havia experimentado uma contra-reforma educacional tão abrangente e drástica como as implementadas em 2017. Nesse pacote, vieram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as diretrizes da Base Nacional Comum de Formação de Professores (BNC), e o Novo Ensino Médio (NEM) todas essas medidas atreladas a um sistema nacional de avaliação em larga escala com viés hierarquizante e punitivista.

As recessões econômicas já apontavam para os impactos mais significativos que a crise do capitalismo teria sobre os trabalhadores. O país já apresentava sinais alarmantes de que em breve mergulharia em uma crise econômica e política. No ano de 2017, uma das maiores contrarreformas foi posta em prática, mesmo sendo gestada ainda no ano de 2013.

A reformulação do Projeto de Lei 13.415/2017, já se avizinhava há tempo já vinha sendo construída nos anos anteriores e teve seus fundamentos gestados ainda no governo do Partido do Trabalhadores – PT, a época a frente da presidência da República Dilma Rousseff (2011-2016). Na verdade, sua aplicação por seguidas gestões de diferentes partidos políticos demonstra que não se tratava de um projeto educacional de partido A ou B, mas sim de imposição do Banco Mundial para os países dominados, tal como demonstrou Luís Carlos de Freitas ao fazer a crítica ao Projeto “Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional”, apresentado em 2015 por Roberto Mangabeira Unger, então ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo Dilma. Neste projeto estavam já previstas todas as diretrizes que posteriormente deram origem ao NEM, tais como a redução da quantidade de disciplinas no ensino médio, a padronização da formação docente, caráter punitivista e excludente baseado em resultados (notas) escolares, aumento da carga horária/ensino integral e a “flexibilização” dos percursos formativos aprofundando desigualdades, que mais tarde viriam a ser chamados de “itinerários formativos” no NEM. “Responsabilização, meritocracia e privatização” foram as marcas deste documento (Freitas, 2015) totalmente alinhado com as diretrizes do

Banco Mundial para a educação brasileira. A forte rejeição da comunidade acadêmica e profissional, bem como estudantil e sindical, levou à retirada do Projeto e ao fim mesmo da existência de tal Secretaria naquele mesmo ano.

A gestão da presidente Dilma Rousseff enfrentou uma série de desafios, que iam desde questões econômicas como o aumento da inflação, o déficit fiscal e a recessão até impasses políticos, marcados por embates diretos com o Congresso Nacional, culminando em seu impeachment em 2016. A crise econômica de 2008, originada nos Estados Unidos, agravou ainda mais as tensões internas e contribuiu para o processo que resultou na instauração de um novo governo, mais alinhado com os interesses do mercado e com suas próprias diretrizes políticas.

Na história recente do Brasil República, um presidente nunca preconizou tantas “contrarreformas” como o presidente Michel Temer (2016-2018), em curto espaço de tempo. Se inicia com logo com a Emenda Constitucional 95 (2016), que congela os gastos públicos para os exercícios financeiros de 20 anos seguintes. Em seguida, foram aprovadas as Reformas Trabalhistas (2017), Reforma do Novo Ensino Médio (2017), atrelado a essa reforma veio a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e a Reforma da Previdência (2019). Explicitou que tudo isso cumprir a cartilha do Banco Mundial.

A reforma do Ensino Médio, aprovado em 2017, afeta uma grande massa de jovens do Brasil. De acordo com Censo de 2023, cerca de 7,7 milhões de jovens estão inseridos nessa reforma. Que aprofundou ainda mais as desigualdades curriculares no País.

O cenário atual do Novo Ensino Médio no Brasil é marcado por uma gama de desafios, abrangendo desde a disparidade curricular até as deficiências na infraestrutura escolar. De acordo com a Marx (2008).

No fundo é, portanto, como todos direitos, o direito da desigualdade. O direito só pode consistir, por natureza, na aplicação de uma medida igual; mas os indivíduos desiguais (...) só podem ser medidos por uma medida sempre e quando sejam considerados sob um ponto de vista igual (p. 232, grifos de Marx).

Ao longo da história, as desigualdades sociais têm persistido e estão intrinsecamente ligadas à educação. A priorização da educação nunca foi uma constante entre os governantes que passaram pelo poder até hoje. Nesse contexto, surge a implementação do Novo Ensino Médio.

As mudanças mais significativas introduzidas pelo Projeto de Lei 13.415/2017 incluíram a implementação de “Itinerários Formativos”, o aumento da carga horária do ensino e a inclusão da “Base Diversificada”, em conformidade com a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os Itinerários Formativos fazem parte de uma proposta pensada pelos grandes financiadores da educação pública brasileira¹⁸, no mundo das ideias a medida visa permitir que os alunos se aprofundem em áreas de conhecimento específicas entre elas estão Ciências Humanas e Sociais, Linguagens e Códigos e Ciências Exatas e da Natureza. No entanto, na prática, essa ideia não se mostra coerente com o cotidiano escolar. Desde sua implementação em 2017, tem sido observada uma gigantesca desigualdade, a partir desses Itinerários Formativos, é retirado de carga horária da formação geral para atender a essa demanda pouco faz sentido no contexto escolar.

Na aprovação do texto do Novo Ensino Médio em (2017), a carga horária do currículo foi distribuída em 3000 horas, entre a Formação Geral Básica e a Base Diversificada que inclui os Itinerários Formativos. Na distribuição dessas horas, 1800 horas são destinadas para Geral atrelada as disciplinas da BNCC que compõem a Formação Geral e as outras 1200 são distribuídas entre os Itinerários Formativos e a Base Diversificada.

Fazendo um paralelo após o ano de 2024, ocorreu uma recente reformulação da antiga 13.415-17 para a recente proposta de Lei de nº 14.945/24, que diz o seguinte

A nova lei prevê que, de um total de no mínimo, 3 mil horas nos três anos do ensino médio, 2.400 horas devem ser destinadas à Formação Geral Básica (FGB). O conteúdo da FGB é definido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desse modo, com a implementação da nova lei, haverá um aumento da carga horária mínima de formação geral básica ao longo dos três anos do ensino médio, que era de 1.800 horas (Brasil, 2025).

Essa pequena mudança traz um ganho para a Formação Geral Básica, no entanto, embora o aumento da carga horária pareça positivo em termos formais, a eficácia da medida dependerá da forma como será implementada nos diferentes contextos escolares.

¹⁸ Fundação Lemann, do empresário João Paulo Lemann, e o Instituto Natura, o Itaú Social. Cf. Fundação Lemann, 2024.

O Estado da Paraíba tem diretrizes curriculares específicas dentro da Base Diversificada, e sua estrutura curricular está distribuindo desse modo, (Eletiva, Tutoria, Protagonismo Juvenil, Pós – Médio, Estudo Orientado, Avaliação Semanal e Colabore e Inove). "O currículo escolar conta com as disciplinas obrigatórias da base, parte diversificada, componentes integradores e as disciplinas eletivas que são elencadas a partir da escolha dos estudantes de acordo com seu interesse e aptidão" (Paraíba, 2024).

Neste ano de 2024, o Novo Ensino Médio passou por modificações significativas, impulsionadas por uma intensa mobilização do movimento estudantil, de professores e de entidades científicas e educacionais. Essas pressões resultaram em uma reformulação aprovada pela Câmara dos Deputados, que revogou alterações propostas pelo Senado e ajustou a carga horária do currículo. A Formação Geral Básica foi ampliada de 1.800 para 2.400 horas, enquanto os Itinerários Formativos e a Base Diversificada foram reduzidos de 1.200 para 600 horas. Apesar de não ser considerada a reformulação ideal por muitos especialistas, essa mudança representou um avanço em relação às propostas anteriores, tanto do Novo Ensino Médio de 2017 quanto da reformulação de 2024, ambas defendidas pelo Deputado Federal de Pernambuco, Mendonça Filho, que foi o relator do NEM em 2017. Ele havia sugerido a obrigatoriedade de dois Itinerários Formativos, mas essa exigência foi retirada, passando a ser exigido apenas um Itinerário por área do conhecimento (BRASIL, 2024). Mesmo com as alterações, permanecem elementos centrais do modelo anterior, a manutenção dos Itinerários Formativos ainda que reformulados e a baixa carga horária destinada a disciplinas como Sociologia e Filosofia, o que limita a formação crítica e cidadã dos estudantes.

O Movimento Social Estudantil desempenha um papel fundamental nessa conquista, no que diz respeito à ampliação da carga horária da formação geral básica. Estudantes de todo o território brasileiro resistiram durante todos esses anos com muita luta e persistência para a revogação dessas medidas. Diversos estudantes realizaram greves, protestos e manifestações pela revogação da Lei 13.415/2016, ocuparam escolas e universidades, mobilizaram professores e se engajaram nesta luta. "Nas últimas semanas, um vigoroso movimento de greve de ocupação tem crescido no Brasil como parte da mobilização nacional de estudantes e professores

pela revogação imediata do reacionário 'Novo Ensino Médio' (NEM)" (A Nova Democracia, 2024).

As modificações propostas nessa nova reformulação foram feitas de forma cuidadosamente planejadas pelos agentes financiadores da educação. Nada foi deixado ao acaso. Entretanto, em nenhum momento foi considerada uma política educacional que abordasse as desigualdades curriculares existentes; ao contrário, essas desigualdades foram ainda mais aprofundadas com a introdução da Base Diversificada e dos Itinerários Formativos.

A implementação da flexibilização do currículo do Novo Ensino Médio se baseia em propostas desenvolvidas e refinadas em países desenvolvidos que já superaram a semicolonização e têm projetos educacionais robustos para suas nações.

Utiliza-se de contradições, levando em consideração avaliações desiguais que não consideram as condições e as diversidades que o país enfrenta, além de currículos que não se adequam à realidade exigida nas provas.

As escolas no Brasil passam por problemas básicos, superado em décadas passadas, a exemplo, falta de água portátil, o acesso à internet, que na atualidade se tornou prioridade, e outras demandas prioritárias como a infraestrutura escolar. Isso afeta o ensino e aprendizagem dos jovens do Brasil.

E com essas contrarreformas posta os jovens brasileiros, muitas vezes, têm que escolher entre trabalhar ou estudar, pois como seres humanos, temos uma necessidade básica de nos alimentar diariamente para sobreviver. Para atender a essas necessidades, recorreremos ao trabalho, onde vendemos nossa força de trabalho em troca de sustento e sobrevivência. Na perspectiva marxista, o trabalho pode ser compreendido, de forma genérica, como uma capacidade de transformar a natureza para atender necessidades humanas (Marx, 1993).

Essas mudanças, ocorridas tem um foco que é a classe trabalhadora.

A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às "leis naturais da produção", isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. Diferente era a situação durante a gênese

histórica da produção capitalista. A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva. (MARX, 2013, p. 983-984).

Essa citação, destaca como se organiza o sistema capitalista em suas faces de acumulação. O controle coercitivo exercido pelas relações econômicas consolida a dominação do capitalista sobre o trabalhador. O Estado, nas fases iniciais do capitalismo, intervém para regular os salários e manter os trabalhadores em um Estado de dependência necessário para a acumulação de capital. No entanto, na fase do capitalismo monopolista, cada vez mais se lança mão das coerções extra-econômicas, dado o grau máximo de exploração do imperialismo sobre as nações e povos oprimidos, em busca do lucro máximo - por outro lado, tal grau de exploração irá gerar ainda mais revolta e resistência.

As faces da crise de 2008 norte-americana, surtiu seu grande efeito no Brasil na educação pública brasileira, e se expressou no ano de 2017 com a implementação do novo currículo escolar, haja vista que uma grande parcela da juventude entre 15 e 19 anos estão inseridos nesta mudança.

Mais adiante, os impactos da crise geral do imperialismo nas contrarreformas educacionais nos países semicoloniais, chega ao Cariri paraibano, especificamente por volta do ano de 2020, tendo em vista que um pouco antes havia chegado ao Estado da Paraíba, com a implantação e expansão do Modelo de Ensino de Tempo Integral, juntamente com o modelo veio o “Novo” Ensino Médio. De acordo com a Secretaria da Educação da Paraíba (2016), "o Programa de Escola Cidadã Integral é um novo modelo de escola pública implantado na Paraíba em 2016 e que tem a proposta de organização e funcionamento em tempo único (integral)."

Portanto, para dar sequência às discussões, no terceiro capítulo faremos uma análise sobre esse processo de implantação no Cariri, a partir da realidade da ECI Serveliano de Farias Castro, situada na cidade de Caraúbas, no Estado da Paraíba.

3 O “NOVO” ENSINO MÉDIO NO ESTADO DA PARAÍBA: O CASO DO CARIRI PARAIBANO

A implementação do “Novo” Ensino Médio no Brasil tem provocado significativas transformações na estrutura e na organização do ensino nas redes estaduais, especialmente com a adoção do modelo de Escolas de Tempo Integral. No Estado da Paraíba, essas mudanças vêm se materializando de forma particular em diferentes regiões, como é o caso do Cariri paraibano. Este capítulo tem como foco analisar como se deu esse processo de implementação nas Escolas Estaduais de Tempo Integral localizadas nessa região, com destaque para o município de Caraúbas. A partir dessa análise, busca-se compreender os efeitos dessa transição no cotidiano escolar, bem como os desafios e repercussões enfrentados por gestores, professores e estudantes.

3.1 A implementação das Escolas Estaduais de Tempo Integral no Cariri da Paraíba.

As Escolas Estaduais do Cariri paraibano passaram, na última década, por constantes mudanças em sua estrutura curricular e no seu funcionamento diário. Foram implementadas medidas como a ampliação da carga horária dos estudantes na escola e a adoção de um currículo implantado nos últimos anos, que abarca a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Diversificada e dependendo da instituição de ensino, há ainda a oferta de cursos técnicos, como é o caso das Escolas Cidadãs Integrais Técnicas.

Saviani (1987), reforçando a ideia de que a dualidade entre Educação Profissional e Educação Geral deve ser compreendida a partir das relações capitalistas de produção, explica que a fragmentação existente no processo educacional é a própria expressão de apropriação desigual da produção material existente.

Essa perspectiva está enraizada na análise crítica da relação entre educação e estrutura social. Saviani (1987), argumenta que, em uma sociedade marcada pelo sistema capitalista, a educação é influenciada e moldada por essas relações, refletindo as desigualdades e contradições existentes na sociedade como um todo.

A dualidade entre a Educação Profissional e a Educação Geral é, muitas vezes, percebida como uma separação entre conhecimentos teóricos e práticos. Saviani chama atenção para o fato de que essa divisão não é uma questão meramente pedagógica, mais sim uma expressão da forma como o capitalismo estrutura o processo educacional.

Dessa forma, a fragmentação do processo educacional pode ser vista como uma estratégia do sistema capitalista para perpetuar e reforçar as desigualdades sociais. Ao separar os conhecimentos teóricos daqueles que são mais voltados para o trabalho prático, a sociedade capitalista acaba perpetuando apropriação dos meios de produção¹⁹ e a divisão entre aqueles que detêm o poder econômico e os que são explorados.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que estabelece as diretrizes e os parâmetros curriculares da educação básica nas escolas públicas de todo o país. Aprovada em 2017, sua implementação ocorreu de forma impositiva, com consulta a um número restrito de especialistas, impondo mecanismos de controle sobre o trabalho docente, inclusive por meio da codificação de competências. É com base na BNCC que são desenvolvidas, ao longo dos dias letivos, as competências e habilidades no ambiente escolar.

A BNCC é um documento que estabelece as competências gerais para as 3 etapas da educação básica e, para o ensino médio, as competências e habilidades para as diferentes áreas do conhecimento que todo estudante brasileiro, de escolas públicas e privadas, deverá desenvolver ao longo da Educação Básica. As unidades curriculares e os conteúdos serão definidos com base nos referenciais das redes e no planejamento de aula de professores e professoras, de acordo com a particularidade de seus estudantes e de sua região e da proposta pedagógica das escolas. (Brasil, 2022).

¹⁹ Os modos de produção da sociedade incluem: Primitivo, Asiático, Escravista, Feudal, Capitalista, Socialista e Comunista. O modo primitivo é baseado na coletividade e na troca de serviços, com a produção agrícola sendo distribuída sem gerar excedentes (Quintanilla, 1985). O modo asiático surge das necessidades econômicas, dando origem ao Estado e à exploração de classe, mas sem a propriedade privada (Quintanilla, 1985). O modo feudal envolve relações de subordinação e propriedade agrária, com a instituição do "feudo" sendo central, refletindo a vassalagem (Anderson, 1974). O modo capitalista caracteriza-se pela sociedade assalariada, onde a classe dominante controla os meios de produção, enquanto os trabalhadores são livres, mas sem poder sobre os recursos (Quintanilla, 1985). O modo socialista é uma resposta ao capitalismo, buscando uma sociedade mais igualitária e justa. Finalmente, o modo comunista idealiza uma sociedade sem divisões de classe, onde todos são iguais.

De acordo com o documento, os alunos precisam desenvolver competências que os credenciem no processo de ensino e aprendizagem. Alinhado com a BNCC e a Base Diversificada - BD, essa parte pode variar até 40% do conteúdo total, traz um “currículo comum” que, nesse caso, no Estado da Paraíba, abarca as disciplinas citadas durante a discussão no texto, além dos Itinerários Formativos. Porém, à medida que esse currículo comum é implantado, perde-se a carga horária das disciplinas científicas. Desse modo, os alunos das escolas públicas de todo o Brasil e do Cariri paraibano acabam sendo prejudicados devido à redução da carga horária.

Nesse contexto, a região do Cariri paraibano está situada a aproximadamente 200 km da capital da Paraíba, João Pessoa. O Cariri, como é conhecido, abrange 29 municípios com características semelhantes entre as pequenas cidades. De acordo com o IBGE (2022), o maior município é Monteiro e o menor é Parari, e, juntos, todos os municípios somam aproximadamente 200 mil habitantes.

Uma característica também recorrente é a renda per capita nesses municípios, que sobrevive de repasses do Governo Federal e Estadual. Semelhante a essa dependência, outra questão que chama atenção é a relacionada à economia da população que reside nestas localidades. Tradicionalmente de economia preponderantemente camponesa, território de antigos e fortes coronéis latifundiários, embora até os dias atuais parte significativa da população camponesa se mantenha da pequena produção agrícola e criação de animais, como caprinos e ovinos, caracterizando-se como pequenos municípios rurais, nas últimas décadas este cenário tem se modificado com a exploração da mão-de-obra barata da população local pela grande indústria de roupas e tecidos, que se estrutura por meio da exploração articulada de centenas de pequenos “fabricos”, sem ter que arcar com quaisquer direitos trabalhistas. Deste modo, os que não estão ligados ao Poder Executivo do Município estão ligados as dependências do setor de confecções do “Polo de Confecções do Agreste Pernambucano” do vizinho Município de Santa Cruz do Capibaribe – PE, segundo Oliveira.

O Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco é um aglomerado de iniciativas produtivas e comerciais relacionadas ao setor de confecções, com foco em roupa casual (masculina e feminina), brim (jeans, bermudas, saias, shorts e camisas), malharia (camisetas, tops, blusas, vestidos), outras vestimentas (calças, saias, camisas e blusas), moda infantil e lingerie. Se estabeleceu, a partir dos anos 1950/1960, em torno das “Feiras da Sulanca”, em Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama, mas hoje seu raio de influência se estende por dezenas de municípios do Agreste de Pernambuco e repercute na Região e no país. (Oliveira, 2013. p. 01).

Desse modo, o polo de confecções do Agreste é um dos grandes motores da economia das cidades do Cariri. Por outro lado, observa-se que essa economia está atrelada à exploração e à precariedade no trabalho. Com a falsa sensação de liberdade que o capitalismo vende aos trabalhadores, essa suposta liberdade tem um alto custo: uma exploração intensa e a falta de direitos. Com longas jornadas de trabalho e condições insalubres, percebe-se que a escravidão apenas se modernizou ao longo da história.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (Marx, 2004b, p. 211).

Assim, o trabalho molda não apenas os recursos naturais, mas também os próprios trabalhadores, e o trabalhador enfrenta uma única prioridade todos os dias: se alimentar. Para isso, ele vende sua força de trabalho e se submete a inúmeras realidades de precariedade nos serviços, uma situação comum nos municípios do Cariri paraibano. Essa dinâmica evidencia a luta diária dos trabalhadores em busca de sobrevivência, muitas vezes em condições adversas e sem garantia de direitos, refletindo as desigualdades estruturais da região.

Nestes pequenos municípios, a educação também é um fator relevante, porém é um divisor de águas em muitos casos, haja vista as necessidades de trabalhar para o sustento da família muitos tem que abandonar os estudos devido a escola não ofertar o Ensino Regular como opção de escolha para a classe trabalhadora. A maioria dos educandários oferece o modelo integral de educação, ou, espera completar a idade, e busca a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O governo divulgou nesta quinta-feira (22) o Censo da Educação Básica. O ensino médio se manteve com os piores índices de repetência e de abandono dos estudos. O Censo Escolar é o principal retrato da educação básica, formada por três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O Censo reúne dados das escolas, professores e alunos nas redes pública e privada. É nesse levantamento que os problemas aparecem e as políticas públicas devem começar a agir. (Jornal Nacional, 2024).

Eventualmente, como o Censo mostra, os jovens nessa fase de transição entre o *Ensino Fundamental II* e o Ensino Médio enfrentam desafios que vão desde a precariedade da infraestrutura escolar até o currículo do “Novo” Ensino Médio, que foi implantado na Rede Estadual de Ensino da Paraíba antes de ser implementado na Rede Municipal de Educação. Sem falar que essa evasão também pode estar relacionada à necessidade de trabalhar para o sustento familiar.

Perpassando por esses recortes, vamos nos debruçar sobre a implantação do “Novo” Ensino Médio nestes municípios. Nas últimas décadas, a implementação de escolas em regime de tempo integral tem se consolidado em diversos Estados do país como um modelo na oferta de educação pública. Nesse contexto, em meados de 2015 e seguindo o postulado pelo Banco Mundial e o “Pátria Educadora” de Mangabeira Unger, o Estado da Paraíba aderiu a essa tendência, incorporando o sistema de ensino em tempo integral como parte integrante de sua estratégia educacional.

De acordo com o Programa de Escola Cidadã Integral, "é uma política pública e está inserida no Plano Nacional de Educação, de acordo com a meta 6: 'Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da educação básica'" (Paraíba, 2024).

O modelo de educação em tempo integral destaca uma política de expansão em todo o país. No entanto, trata-se de uma meta ambiciosa por parte do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais, que implementam medidas sem consultar as partes envolvidas ou levantar questões sobre a viabilidade da implantação, desde a infraestrutura até os recursos necessários para o funcionamento. Contrapondo-nos a essa perspectiva, compreendemos que o papel da educação é o de contribuir para que o homem adquira os instrumentos necessários para refletir sobre sua realidade e refletindo sobre ela, possa transformá-la. Trata-se de uma educação como um instrumento essencialmente político, caracterizando a ação educativa como uma ação político-pedagógica, pautada numa consciência de classe que favorecesse a luta pela libertação dos sujeitos da situação de oprimidos.

O Estado da Paraíba não ficaria de fora de uma das maiores contrarreformas instauradas em 2017, o Projeto de Lei 13.415/2016, que instituiu as políticas curriculares do 'Novo' Ensino Médio, reformulado no corrente ano de 2024. As mudanças realizadas alteraram o número da proposta, que agora passa a ser o PL nº 14.945/2024, dada o nome de “Novíssimo” Ensino Médio.

Apesar da mudança de nomenclatura para “Novíssimo” Ensino Médio com o PL nº 14.945/2024, as diretrizes continuam reproduzindo a lógica da reforma anterior, marcada por uma agenda neoliberal. A flexibilização curricular, a redução da carga horária das disciplinas científicas e a valorização de competências voltadas ao mercado de trabalho aprofundam as desigualdades educacionais.

Assim, buscamos entender como se deu o crescimento do ensino em tempo integral no Estado da Paraíba, iniciado em 2016 com a expansão desse modelo, que atualmente abrange aproximadamente 307 Escolas Cidadãs Integrais - ECI e 157 Escolas Cidadãs Integrais Técnicas - ECIT (Paraíba, 2024). De acordo com a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, o Programa de Escola Cidadã Integral representa um novo paradigma de escola pública, implementado em 2016, cuja proposta envolve a organização e funcionamento em tempo integral único. (Paraíba, 2024).

No século XX, particularmente na década de 1950, o Nordeste brasileiro testemunhou as primeiras iniciativas de implementação de escolas em tempo integral. Essas experiências pioneiras tiveram seu destaque inicial no Estado da Bahia, onde, em 1950, foi estabelecido o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR). Essa escola representou um marco na educação e foi idealizada pelo renomado educador Anísio Teixeira²⁰, que na época ocupava a posição de Secretário de Estado da Educação na Bahia.

Já no século XXI, o Estado do Pernambuco passou a ser pioneiro, no então Governo de Eduardo Campos (PSB). Segundo Dutra (2014, p. 13), no governo de Eduardo Campos foi criado o Programa de Educação Integral, pela Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, que deu início à política pública de educação integral no estado (Pernambuco, 2008).

O Estado da Paraíba passou a adotar gradualmente o modelo de escolas em tempo integral, seguindo como referência a experiência implementada no Estado de Pernambuco. No entanto, apesar das intenções declaradas de melhoria na qualidade

²⁰ Anísio Teixeira (1900-1971) foi um importante teórico da educação no Brasil. Foi o principal idealizador das grandes mudanças que ocorreram na educação brasileira no século XX. Fez parte do movimento de renovação do ensino chamado de Escola Nova. Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) nasceu em Caetité, no sertão baiano, no dia 12 de julho de 1900. Filho de fazendeiros estudou no colégio jesuíta São Luís Gonzaga em sua cidade natal. Em 1914 ingressou no colégio Antônio Vieira, em Salvador. Sendo um influente educador democrata e progressista, foi morto pelo regime militar fascista em 1971 e depois teve seu corpo jogado no vão de um elevador para simular ter sofrido um acidente. Cf. Ebiografia. Anísio Teixeira, 2025.

do ensino, a adoção desse modelo na Paraíba ocorreu em um contexto de limitações estruturais e desigualdades regionais, o que levantou questionamentos sobre sua real eficácia e adaptabilidade, especialmente em áreas como o Cariri paraibano.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi aprovada por meio do Projeto de Lei nº 9394/1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 20 de dezembro de 1996. A LDB é um marco importante na legislação educacional brasileira, composta por 91 artigos que delineiam as diretrizes para a educação no país. O parágrafo que trata de Escola em Tempo Integral (Artigo 34, Parágrafo 2º da LDB), estabelece que o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Desse modo, o processo veio ocorrendo ao longo dos anos em todo o país, o ensino em tempo integral não é uma imposição imediata e uniforme, mas sim uma possibilidade que pode ser implementada conforme as decisões e diretrizes dos sistemas de ensino em âmbito federal, estadual e municipal.

Com isso, no segundo mandato do então Governador Ricardo Coutinho (PSB) no Estado da Paraíba, que abrangeu o período de 2015 a 2019, destaca-se a implementação da Educação em Tempo Integral. Esta iniciativa teve início em meados de 2016, sob a gestão de Aléssio Trindade de Barros, que estava à frente na Pasta da Educação durante esse período.

Inspirado no projeto que já havia sido implementado no Estado vizinho e disseminado como uma prática eficaz no Governo Pernambucano, iniciou-se o desenvolvimento de uma iniciativa semelhante na Paraíba. Este processo teve início por meio de um Decreto do Poder Executivo Paraibano, o número 36.408, datado de 30 de abril de 2015. Esse decreto estabeleceu a criação da Escola Cidadã Integral, detalhando e regulamentando suas diretrizes por meio de 23 artigos de lei.

Já a concretização do Tempo Integral foi formalizada por meio do projeto de Lei nº 11.100, datado de 06 de abril de 2018, o qual estabeleceu e normatizou o Programa de Educação em Tempo Integral no Estado da Paraíba. Dessa forma começa um processo de expansão por toda a rede estadual de educação na Paraíba no ano de 2016, com a seguinte proposta:

Com foco no Protagonismo Juvenil e na Formação Integral do estudante, as Escolas Cidadãs Integrais da Rede de Educação do Estado da Paraíba, apresentam uma proposta de organização curricular diversificada com oferta de aulas de Projeto de Vida, Estudo Orientado, Disciplinas Eletivas e Tutoria.

A articulação dos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular - BNCC com o currículo da Parte Diversificada visa formar cidadãos autônomos, solidários, competentes e socialmente ativos, com capacidade para o exercício da cidadania e habilidades para o mundo do trabalho. Nesse modelo de escola, práticas pedagógicas incentivam o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, bem como a ampliação de conhecimentos e valores necessários ao processo de formação humanista. A equipe pedagógica fará formação contínua e será valorizada para que possa oferecer aos estudantes práticas eficazes de ensino e processos verificáveis de aprendizagem que assegurem o pleno domínio, por parte do estudante, do conhecimento a ser desenvolvido na educação básica (Paraíba, 2017).

Com a proposta ao longo da implementação da nova grade curricular na educação pública, introduzida pelo Novo Ensino Médio, trouxe consigo uma oferta expandida de disciplinas na chamada Base Diversificada. Contudo, observa-se uma crítica relevante quanto à pertinência e aplicabilidade prática dessas disciplinas no cotidiano dos alunos.

A inclusão de diversas disciplinas, muitas vezes pouco conectadas com a realidade dos estudantes ou com perspectivas práticas para o seu futuro, resulta em um currículo excessivamente abrangente e, em alguns casos, desconexo em sua grande totalidade. A implementação da BNCC e a ampliação da Base Diversificada têm inúmeras consequências, como a fragmentação do conhecimento e a ampliação das desigualdades já existentes nos currículos, que foram expandidos sob o discurso de 'sanar as lacunas do currículo'. Considerando que temos milhares de estabelecimentos escolares espalhados por todo o país, outro ponto crítico é a redução da carga horária das disciplinas científicas para a implantação das disciplinas da Base Diversificada e dos itinerários formativos.

Desde a implementação do “Novo” Ensino Médio em meados de 2017, evidencia-se uma tendência de redução na carga horária de todas as disciplinas científicas do currículo. Essa alteração no currículo é percebida como uma constante ameaça, muitas vezes fundamentada em discursos com inclinações fascistas, para a retirada de disciplinas consideradas pelo viés ideológico como irrelevantes para serem lecionadas nas escolas públicas, a exemplo, de Sociologia e Filosofia, ou por um discurso de fim das disciplinas científicas e de flexibilização curricular foi preconizado por amplos setores da academia ditos democráticos, mas defensores do “fim da ciência” e em defesa da “pós-modernidade”

Conforme apontado por pesquisadores da USP (2024), o avanço de propostas como a “Escola sem Partido” revela uma preocupação crescente com a tentativa de

alinhar a educação a uma ideologia política específica, o que compromete princípios fundamentais como a pluralidade de ideias e a liberdade de expressão. Nesse contexto, a exclusão de disciplinas com justificativas ideológicas pode ser compreendida como um esforço de controle e homogeneização do pensamento, prejudicando o desenvolvimento do pensamento crítico e da diversidade pedagógica nas escolas.

O Estado da Paraíba, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), conta com aproximadamente 683 escolas de Ensino Médio, abrangendo tanto instituições públicas quanto privadas. Dentro desse universo, destaca-se a presença de 306 Escolas Cidadãs Integrais (ECIs) e 157 Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECITs).

Desse modo, para o aprofundamento da pesquisa de campo, optamos por focalizar nas Escolas Cidadãs Integrais (ECIs) localizadas no Cariri paraibano, visto que nossa investigação foi desenvolvida em uma dessas escolas, situada no município de Caraúbas – PB. Essa região, localizada no Agreste²¹ do Estado, destaca-se por apresentar uma diversidade significativa em termos de condições socioeconômicas. A escolha específica do Cariri paraibano como área de estudo se mostra estratégica, pois permite a análise de diferentes realidades e contextos que influenciam diretamente o funcionamento e os resultados das ECIs.

Com 29 municípios, a região do Cariri paraibano tem uma população estimada em 191.268 pessoas de acordo com o último censo do IBGE (2023). Nesses municípios há, aproximadamente, 41 escolas de Ensino Médio públicas e privadas, sendo notável que a maioria, ou seja, 30 dessas instituições, opera no regime de tempo integral e está sob a gestão da Secretaria de Educação do Estado (Inep, 2024). A implementação de escolas em tempo integral reflete um compromisso com o Plano Nacional de Educação em ampliar a quantidade de oferta de matrículas em tempo integral no Estado. No quadro 1 apresenta-se o quantitativo de estabelecimentos escolares no Cariri Paraibano de Ensino Fundamental e Médio.

²¹ O agreste paraibano é uma das mesorregiões do estado da Paraíba, localizado na Região Nordeste do país, é uma região que possui características próprias, sejam elas físicas, econômico-sociais e humanas. Cf. Brasil Escola, 2024.

Quadro 1 - Número de estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio no Cariri paraibano de acordo com último Censo do IBGE

Município	População [2022]	Nº de estabelecimentos de Ensino Fundamental [2022]	Nº de estabelecimentos de Ensino Médio Público/Privado [2022]
Cariri Ocidental			
Amparo	2.234	2	1
Assunção	4.152	6	1
Camalaú	6.085	8	1
Congo	4.933	7	1
Coxixola	1824	5	1
Livramento	6.877	14	1
Monteiro	32.277	19	6 ²²
Ouro Velho	2.918	4	1
Parari	1.720	7	1
Prata	3.915	4	1
São João do Tigre	4.263	7	1
São José dos Cordeiros	3.411	10	1
São Sebastião do Umbuzeiro	3.279	2	1
Serra Branca	13.614	15	3
Sumé	17.166	13	2 ²³
Taperoá	14.068	16	2
Zabelê	2.228	1	1
Cariri Oriental			
Alcantil	5.578	6	1
Barra de Santa	8.059	17	1
Barra de São Miguel	5.906	4	1
Boqueirão	17.598	22	3 ²⁴
Cabaceiras	5.335	5	2
Caraúbas	3.944	7	1
Caturité	5.254	7	1
Gurjão	3.242	4	1
Riacho de Santo Antônio	1.955	3	1
Santo André	2.622	1	1
São Domingos do Cariri	2.585	1	1
São João do Cariri	4.226	8	1
TOTAL	191.268	216	41

Fonte: Censo Escolar (IBGE, 2022). Quadro elaborado pela autora.

Como principal fonte de receita da região do Cariri paraibano é o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, Aposentadorias Rurais, Agricultura Familiar, Caprinocultura, e o Polo de Confecção do Agreste de Pernambuco os pequenos municípios enfrentam desafios financeiros, que refletem diretamente no cotidiano do jovem no Ensino Médio nessas localidades.

Uma vez que sua arrecadação está vinculada a fatores econômicos mais amplos e às políticas fiscais do governo federal, isso cria uma situação em que a

²² 4 das quais são privadas e 1 funciona com ensino regular. Cf. Censo Escolar, 2024.

²³ 1 das quais é privada. Cf. Censo Escolar, 2024.

²⁴ 1 das quais é privada. Cf. Censo Escolar, 2024

estabilidade financeira da região está fortemente ligada a decisões e variações econômicas em nível nacional. A falta de recursos financeiros pode impactar diretamente a permanência do jovem no programa educacional de tempo integral por conta de ser um período, mais extenso com cerca de 9 horas ao dia de permanência na escola.

Outro dado do IBGE é que a renda mensal por domicílio na Paraíba não chega a um salário-mínimo, sendo cerca de 1096 reais. Assim, o desafio enfrentado pela região vai além da questão econômica, alcançando a esfera social e educacional, com implicações diretas na formação dos jovens na educação.

Ao nos debruçarmos sobre os dados coletados, emergiu uma perspectiva abrangente da região do Cariri. Notamos que a área abriga um total de 41 escolas de Ensino Médio, tanto públicas quanto privadas. Dentre essas instituições, 16 são classificadas como Escolas Cidadãs Integrais, enquanto 14 são identificadas como Escolas Cidadãs Integrais Técnicas. Além disso, o levantamento inclui dados sobre 216 escolas de nível Fundamental I e II, incluindo tanto instituições públicas quanto privadas.

A seguir mapeamos o número de Escolas Estaduais no Cariri paraibano e identificamos quando elas adotaram o modelo de escola em tempo integral. Desde 2019, a região do Cariri tem aderido ao conceito de Escolas Cidadãs Integrais, o que resultou na consolidação de 14 ECITs desse tipo, além de 16 ECI. Vejamos as primeiras:

Quadro 2 – Levantamento das Escolas de Tempo Integral Técnicas (ECIT) no Cariri Paraibano

Escolas	Município	População
ECIT José Leite de Sousa	Monteiro	32.277
ECIT José Braz do Rêgo	Boqueirão	17.598
ECIT José Gonçalves de Queiroz	Sumé	17.166
ECIT Melquiades Vilar	Taperoá	14.068
ECIT Inácio Antonino	Serra Branca	13.614
ECIT João Lelyes	Livramento	6.877
ECIT Pedro Bezerra Chaves	Camalaú	6.085
ECIT Professora Maria Celina de Castro	Alcantil	5.578
ECIT Alcides Bezerra	Cabaceiras	5.335
ECIT Manoel Alves Sobrinho	Congo	4.933
ECIT José Leal Ramos	São João do Cariri	4.226
ECIT Francisco de Assis	Prata	3.915
ECIT Juarez Maracajá	Gurjão	3.242
ECIT Francisco Deodato do Nascimento	São Domingos do Cariri	2.585

Fonte: Censo Escolar (2024). Tabela elaborado pela autora.

A ECIT José Leite de Sousa, na cidade de Monteiro, oferece os cursos Técnicos em Instrumento Musical e Design de Moda; a ECIT José Braz do Rego, na cidade de Boqueirão, oferece os cursos Técnicos em Administração e Nutrição; na ECIT José Gonçalves de Queiroz, em Sumé, são oferecidos os cursos Técnicos em Serviços Públicos e Desenvolvimento de Sistemas; na ECIT Melquiades Vilar, em Taperoá, é oferecido o curso Técnico em Agronegócio; na ECIT Inácio Antonino, em Serra Branca, são oferecidos os cursos Técnicos em Desenvolvimento de Sistemas e Produção em Moda; na ECIT João Lelys, em Livramento, é oferecido o curso Técnico em Agropecuária; na ECIT Pedro Bezerra Chaves, em Camalaú, é oferecido o curso Técnico em Agroecologia; na ECIT José Leal Ramos, em São João do Cariri, é oferecido o curso Técnico em Agronegócio; na ECIT Alcides Bezerra, é oferecido o curso Técnico em Agronegócio; na ECIT Francisco Deodato do Nascimento, é oferecido o curso Técnico em Informática; na ECIT Francisco de Assis da Prata, são oferecidos os cursos Técnicos em Agropecuária e Desenvolvimento de Sistemas; na ECIT Juarez Maracajá, em Gurjão, é oferecido o curso Técnico em Agropecuária; na ECIT Manoel Alves Sobrinho, no Congo é oferecido o curso Técnico em Informática; por fim, na ECIT Professora Maria Cecilia de Castro, em Alcantil, é oferecido o curso Técnico em Produção de Moda.

Continuamos apresentando as 15 Escolas Cidadãs Integrais distribuída por os municípios do Cariri paraibano.

Quadro 3 – Levantamento das Escolas de Tempo Integral (ECI) no Cariri Paraibano

Escolas	Município	População
ECI Prof. Neir Alves Porto	Barra de Santana	8.059
ECI Melquiades Tejo	Barra de São Miguel	5.906
ECI Felix Araujo	Caturite	5.254
ECI Mário de Oliveira Chaves	São João do Tigre	4.263
ECI João Rogério Dias de Toledo	Assunção	4.152
ECI Serveliano de Farias Castro	Caraúbas	3.944
ECI Bartolomeu Maracajá	São José dos Cordeiros	3.411
ECI Malaquias Batista Feitosa	São Sebastião do Umbuzeiro	3.279
ECI Nossa Senhora das Graças	Ouro Velho	2.918
ECI Prof. Neir Alves Porto	Santo André	2.622
ECI Amparo	Amparo	2.234
ECI Prof. Maria Celeste do Nascimento	Zabelê	2.228
ECI Ana Ferreira da Costa	Riacho de Santo Antônio	1.955
ECI Manoel Honorato Sobrinho	Coxixola	1.824
ECI Jairo Aires Caluête	Parari	1.720

Fonte: Censo Escolar (2024). Tabela elaborado pela autora.

Vejam os que o processo de expansão das escolas em tempo integral no Estado da Paraíba, que começou em 2016, na grande João Pessoa capital do Estado, e se efetivou no de 2019, passando a ter 153 ECI's e 68 ECIT's. Já no ano de 2020, passou para 229 ECI e 100 ECIT chegando, desse modo, a todo os municípios paraibanos. No ano seguinte, em 2021, ampliou a quantidade chegando a 306 ECI e 157 ECIT.

Ao analisarmos a implementação do ensino integral nos 29 municípios do Cariri paraibano, conforme apresentado nos quadros 2 e 3, observamos que apenas em alguns poucos municípios existe a possibilidade de os estudantes não aderirem obrigatoriamente a esse novo regime de ensino. São eles: Taperoá, Boqueirão, Cabaceiras e Monteiro. Nesses casos, percebe-se uma “relativa” opção quanto ao modelo adotado. Vale destacar que dois desses municípios Boqueirão e Taperoá possuem uma população superior a 14 mil habitantes, enquanto Cabaceiras ultrapassa os 5 mil, o que pode influenciar diretamente na oferta.

3.2 A implementação do “Novo” Ensino Médio nas Escolas Estaduais de Tempo Integral na Paraíba: o caso do Cariri paraibano

As pequenas cidades do Cariri têm características semelhantes em seus traços, desde sua fundação até a educação. Na maioria das vezes, contam apenas com um estabelecimento de ensino médio, e nessas semelhanças chega o “NOVO” Ensino Médio às pacatas cidades.

No ano de 2022, a cidade de Caraúbas passou a fazer parte do processo de expansão de Escola Cidadã Integrals do Estado da Paraíba por meio do Decreto de Nº 42.223 em janeiro do corrente ano. A escola estadual passou a ser uma Escola Cidadã Integral sem consulta à comunidade, sem infraestrutura para as condições mínimas de funcionamento. Por ser um ano atípico, novas adaptações foram implementadas desde o currículo do “NOVO” Ensino Médio, com ressalva que estava no tempo da pandemia e tinha que se cumprir o isolamento, mas as aulas passaram a ser ministradas em tempo integral.

O perfil dos estudantes, uma vez que a cidade de Caraúbas, localizada na macroregião do Cariri Paraibano, do mesmo modo como as outras cidades com as quais é limítrofe, apresenta aspectos socioeconômicos bastante particulares. Há, tanto no perímetro urbano como fora dele, forte presença de atividades agrícolas. O

curso do Rio Paraíba atravessa a cidade que, além disso, conta com reservatório de água, o açude dos Campos, ainda que de pequena proporção. Isso contribui não apenas para o abastecimento de água, mas para a realização de atividades fundamentais para a economia local, como a pecuária, a caprinocultura e o cultivo de tubérculos, leguminosos e outros vegetais locais. Isso porque muitos dos agricultores da cidade habitam o perímetro urbano, mas têm as propriedades em que realizam essas atividades fora dele. Não há portanto uma cisão de atividades econômicas clara e absoluta no que diz respeito às zonas rural e urbana da cidade. Esse aspecto econômico inside sobre o perfil cultural da população, toda embebida das tradições caririzeiras ainda fortemente ligadas ao gado, aos caprinos, à agricultura, ou seja, ao trabalho na “roça”, ao contato com a terra.

Assim como a cidade de Caraúbas, os demais municípios do Cariri passaram a fazer parte dessa lógica de expansão de escolas em tempo integral, num processo simultâneo, chegando ao total de 29 escolas. Vale ressaltar que a classe trabalhadora, que constitui boa parte dos alunos, muitas vezes fica sem opções, já que se oferece apenas a Escola Integral ou a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com uma ressalva: para o EJA, no caso do Ensino Médio, os alunos precisam ter acima de 18 anos para se matricular, e, dessa forma, muitos acabam se perdendo no caminho para a conclusão do ensino médio devido às circunstâncias econômicas.

O "Novo" Ensino Médio representa grandes desafios em sua implementação nas pequenas cidades, especificamente no Cariri Paraibano. As dificuldades econômicas estão diretamente ligadas ao acesso e à permanência dos jovens na escola, já que, como descrito anteriormente, muitos precisam trabalhar para complementar a renda familiar. Assim, o Novo Ensino Médio, que em sua proposta "visa flexibilizar e aprofundar a formação do estudante," não garante nem sequer o requisito mínimo de permanência dos jovens, ampliando ainda mais as desigualdades.

Segundo o IBGE, ao todo, no Brasil, 20,2% dos jovens de 14 a 29 anos não completaram o ensino médio, seja porque abandonaram a escola antes do término dessa etapa, seja porque nunca chegaram a frequentá-la. Isso equivale a 10,1 milhões de jovens. A maior parte é homem, o equivalente a 58,3%, e preta ou parda, o equivalente a 71,7% de todos que não estavam estudando (IBGE, 2025).

Segundo o IBGE, as desigualdades no acesso à educação se aprofundam ainda mais quando relacionadas a questões de gênero e raça, revelando o caráter excludente do sistema educacional. A ausência de políticas públicas eficazes para sanar essas dificuldades resulta em um cenário de evasão escolar elevado, especialmente entre jovens que enfrentam barreiras adicionais devido a condições socioeconômicas e discriminatórias. Sem suporte adequado, esses estudantes veem-se obrigados a abandonar a escola, comprometendo seu desenvolvimento e perpetuando o ciclo de desigualdade.

A região do Cariri Paraibano também enfrenta essa dura realidade, marcada pelas dificuldades no processo de expansão das escolas integrais e pela implementação do Novo Ensino Médio. Apesar dos esforços para ampliar o acesso, o sistema educacional local ainda lida com grandes desafios, como a falta de infraestrutura adequada e o impacto das desigualdades de gênero e raça. A ausência de políticas públicas efetivas que atendam às necessidades específicas da região agrava o cenário, levando muitos jovens a abandonarem a escola em busca de alternativas para ajudar no sustento da família. Dessa forma, o sistema educacional se torna insuficiente para garantir a permanência e o desenvolvimento dos estudantes, perpetuando o ciclo de exclusão e desigualdade.

Segundo dados levantados sobre a região do Cariri paraibano, vale ressaltar que está ainda enfrenta desafios significativos em relação à infraestrutura educacional, o que impacta diretamente a qualidade do ensino oferecido. Em 2023, o Censo Escolar revelou que mais de 50 mil alunos da rede pública do Cariri estudam em escolas sem biblioteca, laboratório de informática e quadra de esportes, evidenciando a carência de recursos essenciais para uma educação de qualidade (Notícia no Campus, 2024).

Esses dados ressaltam a necessidade urgente de investimentos contínuos e estratégias eficazes para garantir que todas as escolas da região disponham da infraestrutura necessária para proporcionar uma educação de qualidade, para a comunidade escolar.

4 O “NOVO” ENSINO MÉDIO E SEUS IMPACTOS SOBRE A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA: O CASO DE CARAÚBAS

A disciplina de Sociologia, desde sua inclusão no currículo do ensino médio brasileiro, tem passado por períodos de avanços e retrocessos, refletindo disputas políticas e educacionais em torno do papel da escola na formação crítica dos estudantes. Com a implementação do “Novo” Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017, essas tensões se intensificaram, especialmente diante da redução da carga horária das disciplinas das ciências humanas. Este capítulo propõe-se a investigar os impactos dessas mudanças sobre o ensino de Sociologia, tomando como referência o município de Caraúbas, na Paraíba, e analisando como a intermitência histórica dessa disciplina se manifesta nas escolas públicas locais diante da nova configuração curricular.

4.1 A disciplina de Sociologia ao longo dos anos no Brasil

A Sociologia no Brasil passou por momentos de ascensão e interrupção entre os séculos XX e XXI, enfrentando períodos de avanço e retrocesso influenciados por diferentes contextos políticos, sociais, econômicos e educacionais. Compreender a sociedade atual está diretamente relacionado ao significado da Sociologia uma ciência que desperta o olhar crítico, permitindo a compreensão da realidade social por meio da análise dos fatos. Trata-se de uma disciplina insubstituível na formação cidadã, e discutir sua trajetória é fundamental neste trabalho.

Ao longo desses anos várias nomenclaturas foram dadas a disciplina, Estudos Sociais, Economia, Política, Antropologia, Ciências Sociais e Sociologia. Sem falar em determinados períodos da história recente do Brasil tem-se o nome de Educação Moral e Cívica no período da ditadura militar 1964 – 1985.

No início do século XX, a Sociologia começou a ser introduzida nas universidades brasileiras, influenciada, principalmente, pelas correntes europeias de pensamento, como o positivismo²⁵ e o marxismo. Ainda assim, seu estudo era restrito

²⁵ Positivismo propõe a aplicação de métodos científicos das ciências naturais para o estudo da sociedade, com o objetivo de identificar leis que regem os fenômenos sociais. Comte acreditava que a sociedade deveria ser analisada de forma objetiva e empírica, utilizando a observação e a experimentação, tal como nas ciências físicas. Ele argumentava que o conhecimento humano evolui

a poucas instituições de ensino superior e a disciplina não tinha uma presença significativa no currículo educacional.

O processo de institucionalização da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, se relaciona ao contexto de muitas lutas e disputa de campos ideológico e político no Brasil. Ao longo desse século e meio de história, com a redemocratização, a Sociologia foi reintegrada como disciplina obrigatória no ensino médio em 2008, mas a recente reforma, como a do “Novo” Ensino Médio, têm novamente colocado a sua presença em risco, com a redução da carga horária e a flexibilização dos currículos, desafiando a sua função de promover uma análise crítica das estruturas sociais e políticas.

A primeira menção da palavra SOCIOLOGIA no tempo do Brasil Império em 1882, como disciplina, Rui Barbosa apresenta como uma proposta de reestruturação do ensino. Nesse tempo o Brasil passaria por uma grande mudança econômica e social.

Rui Barbosa foi influenciado pelas discussões de sua época. Tanto que, empenhado num projeto de modernização do país, interessou-se pela criação de um sistema nacional de ensino gratuito, obrigatório e laico, desde o jardim de infância até a universidade. Para a elaboração do seu projeto buscou inspiração em países onde a escola pública estava sendo difundida, procurando demonstrar os benefícios alcançados com a sua criação. [...] Barbosa, ao analisar a situação escolar do país concluiu que em matéria de instrução tudo estava por ser feito. As bases para suas observações obedeciam a ideias gerais sobre educação obtidas de estudos sobre experiências desenvolvidas em todos os países civilizados. Fez uma incursão atenta aos dados obtidos sobre o estado da instrução em diversos países, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França, a Suíça, a Alemanha, a Áustria, a Austrália etc. (Machado, 2001, p. 3-4).

Influenciado pelo contexto europeu e pelas ideias iluministas²⁶ e positivistas em voga na época, Rui Barbosa destacou-se como um defensor da ciência e do progresso como caminhos para a modernização do Brasil. Ele reconhecia a importância da Sociologia como ferramenta para compreender a organização social e propor soluções para os desafios do país em sua busca por desenvolvimento (Souza, 2008).

por três estágios: teológico, metafísico e, finalmente, positivo, onde a ciência é capaz de explicar e organizar a sociedade de forma racional. Cf. Giddens Anthony, 2014.

²⁶ O Iluminismo se iniciou como um movimento cultural europeu do século XVII e XVIII que buscava gerar mudanças políticas, econômicas e sociais na sociedade da época. Para isso, os iluministas acreditavam na disseminação do conhecimento, como forma de enaltecer a razão em detrimento do pensamento religioso. Vale ressaltar que os iluministas não eram ateus, porém, eles acreditavam que o homem chegaria a Deus por meio da razão. Cf. Politize, 2024.

A visão de Rui Barbosa inseria a Sociologia no contexto educacional como uma disciplina capaz de fomentar o pensamento crítico e preparar os cidadãos para atuar na construção de uma sociedade mais moderna e equilibrada, conectando os ideais de progresso científico à formação cidadã (Pesso, 2020).

Perpassado alguns anos à frente o Brasil tem a transição do Império para a República em 1889 e a disciplina passa a ser introduzida nas salas de aulas brasileira baseada nos pensamentos de August Comte (Aranha, 2006).

Em meio a mudanças nas áreas política, social e econômica, teve na mudança do Império para a República a influência do positivismo de Augusto Comte na educação do país. Benjamin Constant, juntamente com outros intelectuais daquele momento, empenhou-se em propagar o positivismo no país. Assim, frente aos acontecimentos históricos, como a imigração crescente e o início da industrialização, visavam o desenvolvimento do Brasil naquele momento, nesse processo a educação foi colocada como um elemento importante (Seki; Machado, 2008, p. 10).

Em 1891, a Sociologia foi incorporada ao currículo do Ensino Médio no Brasil, impulsionada por um contexto de valorização do pensamento científico e racionalista, fortemente influenciado pelo positivismo. Essa corrente filosófica, predominante na época, defendia a ideia de que o progresso social seria alcançado por meio do conhecimento científico e da ordem. A introdução da Sociologia nos currículos refletia essa perspectiva, com a disciplina sendo concebida como um instrumento para analisar e organizar a sociedade de maneira sistemática, promovendo a modernização e o desenvolvimento do país em consonância com os ideais positivistas (Seki; Machado, 2022).

Nas décadas seguintes uma nova reforma foi imposta no currículo, mas específico em 1901, na Reforma Epitácio Pessoa, deixando de ser obrigatória a disciplina de sociologia na Escola Secundária sem nem ter sido efetivamente oferecida em todo o sistema (Freitas; França, 2016, p. 42).

Passados 24 anos para uma nova inserção da disciplina nos currículos, nesse tempo um outra Reforma foi criada dessa vez a Reforma Rocha Vaz criada em 1925, por um Decreto de nº 16.782-A, em janeiro do corrente ano.

O Ensino Secundário, segundo a Reforma Rocha Vaz, era entendido como prolongamento do ensino primário, para fornecer a cultura média geral do país, compreendendo um conjunto de estudos com a duração

de 6 anos. No sexto ano, de acordo com esta reforma, era oferecida a disciplina de Sociologia, ocupando uma cadeira e ensinada mediante o número de horas, por semana, que fosse fixado no regimento interno. Ao estudante que fizesse o curso do sexto ano e fosse aprovado em todas as matérias que o constituem, era conferido o grau de bacharel em ciências e letras. O candidato ao vestibular devia apresentar certificado de aprovação nas matérias do quinto ano do curso secundário. [...] Mas aqueles que cursassem o sexto ano tinham preferência na matrícula, independente da ordem de classificação. Portanto, o sexto ano do Ensino Secundário, no qual a Sociologia foi inserida, conferia aos alunos que o concluíssem um privilégio (Soares, 2009, p. 51).

A Reforma Rocha Vaz, traz uma perspectiva inovadora para época incluído a disciplina de Sociologia como matéria para formação crítica dos cidadãos com isso propondo o Ensino Secundário como continuação do Ensino Primário. Porém observa-se com essa reforma que o ensino contempla uma educação elitista com controle ideológico (Seki; Machado, 2022).

Em adição a essas reformas, em curto espaço de tempo, a Sociologia sofre mais uma intermitência com outra reforma, conhecida como Reforma Capanema. Nessa nova alteração, a disciplina é excluída das escolas secundárias. Desse modo, a Sociologia passa a figurar apenas nos cursos normais, como Sociologia Educacional, e em algumas faculdades e cursos, como Pedagogia e Ciências Sociais.

Na década de 1940, surgiram conflitos oriundos de processos tais como: industrialização do Brasil, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, fim do nazifascismo e descolonização da África e da Ásia. O pensamento sociológico passa a tentar explicar esta nova realidade, caracterizada por conflitos étnicos e sociais e por possibilidades de dispersão das origens e tradições culturais brasileiras em decorrência desses processos. Em 1942, a Reforma Capanema desobriga o ensino da sociologia na escola secundária, pois havia uma preocupação, por parte da aliança da Igreja com o governo, de infiltração socialista e comunista no país (Paiva e Jimenez, 2010, p. 282).

De acordo com a citação, a década de 1940 foi marcada por diversos acontecimentos globais, desde a industrialização até os conflitos da Segunda Guerra Mundial, que exigiam uma análise crítica e uma reflexão sociológica. No entanto, a Reforma Capanema desobrigou o ensino da disciplina no Ensino Secundário, impondo limitações ao desenvolvimento de uma formação mais reflexiva e crítica dos estudantes.

Deste modo, foi desde a década de 1930, com a ascensão do Estado Novo (1937) sob Getúlio Vargas, que a Sociologia sofreu um revés. O governo autoritário limitou a liberdade acadêmica e promoveu uma repressão às correntes de pensamento consideradas subversivas. Isso levou à marginalização da Sociologia e de outras Ciências Sociais durante esse período.

Com o fim do Estado Novo e a “redemocratização” do país em 1945, na década de 1940 e 1950, houve um ressurgimento da Sociologia no Brasil, principalmente influenciada pela Sociologia estadunidense. Como destaca a literatura sobre a Escola de Chicago:

"Marcada inicialmente pela sociologia qualitativa, seus sociólogos fizeram importantes contribuições, desenvolvendo métodos originais de investigação, como a utilização científica de documentos pessoais (autobiografias, correspondência particular, diários e relatos), o trabalho de campo sistemático (a observação, a entrevista, o testemunho) e a exploração de diversas fontes documentais. Em Chicago, a sociologia quantitativa (entre 1930 e 1940), que foi desenvolvida em paralelo à qualitativa, veio a suplantá-la a partir da Segunda Guerra Mundial" (MATOSINHO, 2011).

Sociólogos como Florestan Fernandes e Gilberto Freyre contribuíram para a consolidação da disciplina, e para forma de entender a Sociologia desenvolvida e praticada no Brasil.

Contudo, durante a Ditadura Militar que começou em 1964, novamente a Sociologia foi afetada negativamente. O governo militar promoveu uma repressão intensa ao pensamento crítico e à produção intelectual que questionasse o regime. Isso resultou em censura, perseguição a professores e estudiosos, e um enfraquecimento das Ciências Sociais no Brasil, conforme apontam Paiva e Jimenez (2010):

O golpe militar de 1964 e seus respectivos Atos Institucionais trouxeram à sociologia dificuldades de continuar seu desenvolvimento no mesmo viés perseguido até então. [...] Extinguiu-se a sociologia dos currículos, substituindo a por Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), ou por Organização Social e Política do Brasil (OSPB), ou, ainda, por Educação Moral e Cívica (EMC), que incorporavam e difundiam concepções conservadoras de sociedade, de nação e de modernidade defendidas pelos ideólogos do regime militar (Paiva e Jimenez, 2010, p. 283).

A Sociologia sofreu um golpe significativo durante o período militar no Brasil, sendo praticamente extinta do currículo escolar, o que resultou em um verdadeiro apagão na área. O regime militar, ao implementar um novo modelo educacional,

alterou até mesmo a nomenclatura da disciplina, visando desarticular sua essência crítica. Essa reestruturação foi acompanhada por uma forte ideologização do sistema educacional.

A partir da década de 1980, com o processo de “redemocratização” e a abertura política, a Sociologia passou por um período de renovação e ampliação em termos de pesquisa e ensino. A retomada do debate democrático possibilitou uma maior diversificação de abordagens teóricas e a incorporação de temas como estudos de gênero, movimentos sociais, desigualdades e identidades culturais.

Ao longo do século XXI, a Sociologia continuou a se desenvolver no Brasil, ganhando espaço nas universidades e contribuindo para a compreensão dos desafios sociais enfrentados pelo país. As mudanças políticas e sociais ocorridas nesse período influenciaram a pauta de pesquisa dos sociólogos brasileiros, que buscaram investigar questões relacionadas a políticas públicas, globalização, tecnologia, entre outros temas relevantes para a sociedade contemporânea.

E no ano de 2008, passou a vigorar a Lei N° 11.648, de 2 de junho de 2008, que alterou o Art. 36 da Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio.

Sendo assim, houve um avanço significativo ao longo dessas décadas. No entanto, vale ressaltar que, menos de dez anos após a Sociologia ter sido instituída como disciplina obrigatória, ela passou a sofrer constantes ameaças por parte do governo federal. A partir de 2017, com a reformulação dos currículos da Educação Básica no Ensino Médio, sua obrigatoriedade foi colocada em risco com a imposição da Lei nº 13.415/2017.

Em seguida, baseado nesses avanços e desafios da disciplina de Sociologia nos últimos anos vamos observar seus impactos no chão da escola ECI Serveliano no município de Caraúbas.

No que diz respeito à disciplina de sociologia, o que a primeira versão do NEM definia a respeito (inclusive retirando sua obrigatoriedade) e com os protestos explicitar como ficou na última versão, de 2024 (com a qual retoma-se a obrigatoriedade da disciplina porém não em todos os anos do EM, mantendo-se carga horária ainda menor do que existia antes da contrarreforma) pois com a lei de 2008, tanto filosofia como sociologia passam a ser obrigatórias nos 3 anos do EM, com o

NEM em 2017 ela tinha deixado de ser obrigatória, voltando a ser apenas no terceiro ano do EM e apenas em 2024 retoma sua obrigatoriedade para todos os anos desta etapa de ensino sobre os itinerários formativos, explicitar que inicialmente apenas 1 era obrigatório que fosse ofertado em cada escola, e após as lutas estudantis e de professores, passou a ser no mínimo 2 itinerários por escola // ademais, a carga horária deles passou de 1.200 horas para 600h - exceto nos casos de formação técnica, na qual ainda a carga horária deste itinerário será entre 900 a 1200 horas; outro ponto, o NEM inicialmente permitia EaD no EM, e na atual versão há um recuo embora com dubiedades, ao afirmar que será admitido, excepcionalmente, o ensino mediado por tecnologia (ver caso da educação indígena no MA e a revolta que fez reverter tal legislação danosa de ensino à distância para povos indígenas);

A norma diz que os estados devem manter, na sede de cada um dos seus municípios, pelo menos uma escola da rede pública com oferta de ensino médio regular no turno noturno, mas pondera, “quando houver demanda” - o que abre brecha para que não seja ofertado.

4.2 O NEM e seus impactos na disciplina de Sociologia na ECI Serveliano de Caraúbas-PB

Mesmo depois da sua obrigatoriedade no Ensino Médio em 2008, a disciplina de Sociologia trilha no último século grandes desafios para permanência nos currículos das escolas brasileiras, dentre as mais de 29,754 escolas de Ensino Médio, segundo o Ministério da Educação e o Inep (2024). A Escola Estadual do Município de Caraúbas – PB, ECI Serveliano oferta o Ensino Médio desde o ano de 2022, com a transição do ensino regular para o ensino integral. E neste formato cabe uma breve retrospectiva sobre a disciplina de Sociologia no chão da escola nos últimos anos.

No ano de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.684, de junho de 2008 que altera o art. 36 da Lei nº 9.394 de 1996 que estabelece as novas diretrizes curriculares com a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio.

Durante o período entre os anos de 2008 e 2024, diversos professores lecionaram a disciplina de Sociologia na ECI Serveliano. Vale destacar que a primeira docente a ministrar a disciplina foi Maria Auxiliadora Vasconcelos de Farias,

professora aposentada com significativa contribuição para a educação do município, com formação em Polivalente.

Durante esses 16 anos, cerca de 9 professores lecionaram a disciplina de Sociologia, após a obrigatoriedade estabelecida em 2008 nos currículos da educação básica do Ensino Médio, com diversas formações, desde licenciatura plena em História e Geografia até a licenciatura interdisciplinar em Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais.

Quadro 4- Levamento dos professores que lecionaram a disciplina de Sociologia na ECI Serveliano entre os anos de 2011 até 2024

Nome do Professor(a)	Ano de Atuação	Formação
LCL	2014-2015	Licenciatura plena em Geografia
AJS	2017	Licenciatura plena em Geografia
J S F	2018	Licenciatura plena em Pedagogia
J A F	2019	Licenciatura plena em História
M K Q N	2011-2012	Cursava licenciatura plena em Português (à época)
J B N O	2013	Licenciatura plena em História
D F	2020-2022	Licenciatura plena em Ciências Sociais
I N A	2023 -2024	Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (ênfase em Ciências Humanas e Sociais); Mestre em Sociologia pelo Profsocio

Fonte: ECI Serveliano de Farias Castro (2024). Tabela elaborado pela autora.

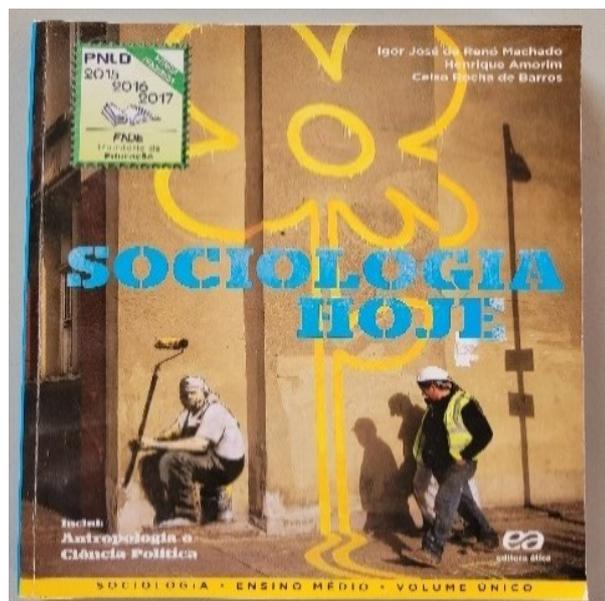
Os dados foram levantados com base em documentos oficiais fornecidos pela escola, a exemplo, dos livros de ponto e diários de classe. Observou-se que, no ano de 2016, a disciplina não foi ofertada na grade curricular baseado nas informações fornecidas por a escola.

Outra informação levantada também se refere ao livro didático utilizado para lecionar a disciplina durante esses anos na escola. Segundo informações da biblioteca da escola, não há livros suficientes para todos os alunos do educandário desde a

obrigatoriedade da disciplina. No ano de 2024, a escola contava com 176 matrículas no Ensino Médio Integral e não possui livros em quantidade suficiente para atender a demanda. Foram realizados alguns registros fotográficos dos exemplares disponíveis na escola, porém o bibliotecário não repassou a informação de quantos exemplares tinha disponível.

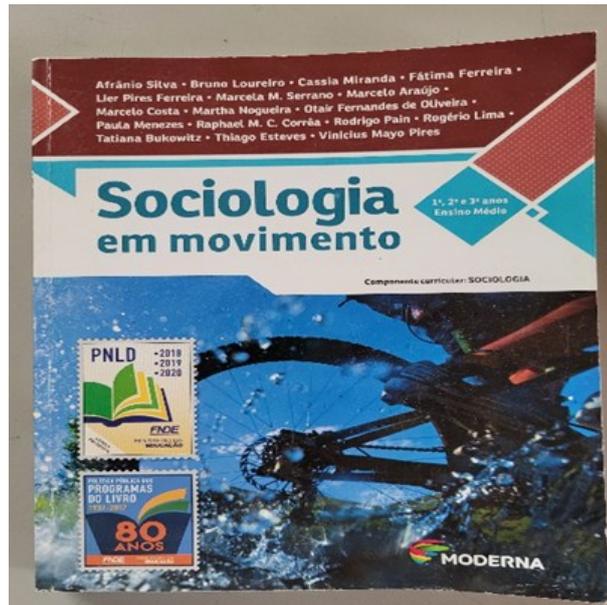
Os livros disponíveis para os alunos são de volume único. As imagens 1 e 2, referentes aos exemplares, apresentam data de validade vencida. Já a imagem 3 corresponde a um exemplar da coleção Moderna Plus, que está de acordo com a Reforma nº 13.415/2017. No entanto, esse exemplar também não está disponível em quantidade suficiente para os discentes.

Imagem 1 - Livro didático da disciplina de Sociologia no Ensino Médio.



Fonte: acervo da autora (2024)

Imagem 2 - Livro didático da disciplina de Sociologia no Ensino Médio.



Fonte: acervo da autora (2024)

Imagem 3 - Livros didáticos da disciplina de Sociologia no “NOVO” Ensino Médio.



Fonte: Google Images.

Fazendo uma análise de acordo com as informações, o que se demonstra é que a área de Ciências Humanas e Sociais ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em relação às disciplinas recentemente reintroduzidas no currículo, Sociologia e Filosofia. Isso ocorre porque essas disciplinas possuem menos de duas décadas de obrigatoriedade na grade curricular e sofreram uma forte ameaça em 2017 com a promulgação da Lei nº 13.415/2017, que instituiu o "Novo" Ensino Médio.

Ainda neste trabalho, foram aplicados três questionários com o objetivo de analisar como era o ensino antes da implementação do Novo Ensino Médio na ECI Serveliano de Farias Castro. O questionário foi estruturado em blocos de perguntas, caracterizando uma pesquisa de campo. O primeiro bloco trata da caracterização do profissional; o segundo aborda o planejamento e os recursos didáticos utilizados ao longo da trajetória docente; o terceiro explora a avaliação e a prática pedagógica; e o quarto e último bloco discute os desafios e as mudanças no Ensino Médio. Entre os nove professores que já lecionaram a disciplina, foram selecionados três docentes da instituição, considerando que alguns não residem mais no município e outros já se encontram aposentados. A escolha levou em conta a facilidade de acesso e a disposição dos professores em contribuir com a pesquisa.

Cada participante desta pesquisa vai ser descrito com letras em ordem alfabética do A, B e C. O participante A, formado na licenciatura plena em Geografia, ministrou a disciplina por 5 anos e não está, mais em exercício da função. Já o participante B, formado na licenciatura plena em História, ministrou a disciplina por 3 anos, está em exercício da docência na licenciatura em História e por fim, o participante C, formado na licenciatura plena em Pedagogia está em exercício dá docência e ministra a disciplina há 30 anos, sendo funcionário efetivo da Secretária de Educação do Estado da Paraíba. Ainda neste bloco foi perguntado sobre a quantidade de aulas ministradas na semana e todos responderam que semanalmente a disciplina possui apenas uma aula em cada turma. A respeito do uso do livro didático apenas o participante C utilizava, os demais não. Esse bloco caracteriza o perfil do profissional.

Já o segundo bloco sobre o planejamento e recurso didático 3 perguntas foram feitas. Primeiro sobre quais recursos eram mais utilizados em suas aulas, todos responderam Debates, já os participantes A e C utilizam também Pesquisa e B Vídeos. Sobre de que forma o planejamento das aulas era realizado, todos os participantes responderam, que este é realizado de forma autônoma e com base nos temas atuais. Por fim, a última pergunta do bloco pergunta se o docente costumava adaptar o material do livro didático, o participante B, sim, frequentemente é o participante A, não, utilizava o livro conforme apresentado.

O terceiro bloco sobre avaliação e práticas pedagógicas, na primeira questão quais métodos de avaliação os docentes utilizavam, todos os participantes

responderam: prova escrita, trabalho em grupo e reflexões escritas e orais. Outra pergunta, com que frequência o docente abordava temas atuais ou polêmicos nas aulas de Sociologia, todos os participantes responderam que “sempre”.

O quarto e último bloco fala sobre desafio e mudança no ensino, a primeira pergunta, quais foram os principais desafios enfrentados ao lecionar Sociologia, o participante C, respondeu que tinha dificuldade em conseguir o livro didático para todos os alunos, o número de aulas ser de apenas uma por semana e a falta de apoio pedagógico da área, pode problematizar a gravidade disso tendo em vista que a formação do docente é em pedagogia talvez também por isso seja o único a utilizar o livro didático, pois o livro acaba servindo de organizador curricular, podendo ser muito útil principalmente para quem não tem formação na área - o que, por outro lado, não deveria acontecer. O participante B, respondeu que a falta de leitura dos alunos e a falta de material didático, o docente se queixa da falta de material didático, mas ao mesmo tempo informa que não utiliza o livro didático...será por que razão? Talvez pelos livros estarem organizados por área e não por disciplina seja um dificultador de seu uso? eram as maiores dificuldades encontradas. O participante A, relatara que seu maior desafio era não ter conhecimento na área, mas o sistema obrigava. Em seguida foi perguntado “como você avalia o impacto das mudanças no currículo do Novo Ensino Médio sobre a disciplina”, o participante C, respondeu que “a disciplina Sociologia por ser tão importante deveria ser obrigatória nas aulas do ensino médio de todas as escolas e não ficar a critério apenas das instituições de forma facultativa”. O participante B, disse que as mudanças limitaram e reduziram bastante o tempo de aula. O participante A, não respondeu. A última pergunta desse bloco, foi: “há algo que você faria de forma diferente na condução das aulas de Sociologia?”. O participante C, respondeu que aumentaria a carga horária com tempo hábil para as reflexões orais. O participante B, disse “creio que o aumento de utilização de textos e clássicos da Sociologia”. O participante A, não respondeu; vale destacar que ele relatou dificuldade uma vez que não está mais em sala de aula, por isso não respondeu as duas últimas perguntas desse bloco.

Por serem disciplinas que potencialmente despertam a criticidade da sociedade ainda é uma ameaça que vai de encontro com sistemas econômicos de exploração. Além disso, não é cobrado nos modelos preexistentes de avaliação da educação básica, colocam um peso maior nas disciplinas de Português e Matemática e, dessa

forma, não se percebe a relevância das demais. Essa visão equivocada ignora a importância da interdisciplinaridade, especialmente com a disciplina de Sociologia, que tem o potencial de despertar a criticidade nos alunos.

Entre os anos de 2008 até 2021 a ECI Serveliano ofertava o Ensino Regular entre os turnos matutino e noturno, com duas turmas por série de ensino. O turno da noite era ofertado para os jovens que residiam no campo e migravam para a cidade a noite para estudar, visto que muitos deles trabalhavam durante o dia, já o turno matutino era ofertado para os alunos que moravam na zona urbana da cidade. [isso mudou após 2021?? seria importante deixar claro se a oferta do EM regular noturno ainda existe na escola.

Outra característica da disciplina de Sociologia na escola é que durante um bom tempo, serviu como um complemento para completar a carga horária de outras disciplinas, a exemplo, de Geografia, História e até mesmo Pedagogia esse dado foi devido à formação dos profissionais que a lecionavam. Apenas recentemente, passou a contar com um profissional habilitado, com formação específica na área, para ministrar a disciplina.

No ano de 2022, a escola passar a ser ofertada em tempo integral, de acordo com o Decreto Estadual nº 42.223, de 18 de janeiro de 2022, as escolas das 4ª e 5ª Gerências Regionais de Educação teve seu Corpo Diretivo alterado, conforme disposto no art. 1º da Lei nº 11.101, de 06 de abril de 2018. Neste decreto a escola passa a ser Escola Cidadã Integral mudando de regular para o ensino integral. A seguir imagem com a descrição do ato governamental, um recorte da publicação do diário oficial do Estado da Paraíba.

O Estado da Paraíba adotou essa política de expansão em todos os 223 municípios de no mínimo ter uma ECI ou ECIT. Esse decreto de janeiro de 2022, trouxe consigo mudanças que refletem diretamente na dinâmica da escola, que vai além do funcionamento em tempo integral a oferta de forma oficial o então “NOVO” Ensino Médio implementado no Brasil no ano de 2017.

Essa reforma impactou todos os estudantes das escolas públicas do Brasil, com as novas medidas implementadas. Nesse contexto também foi implementado a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e Base Diversificada – BD no corrente ano de 2017. Com diversas disciplinas da Base Diversificada e Itinerários Formativos o “Novo” Ensino Médio se arrasta com diversos problemas que aprofundam as

desigualdades já existentes e se tornam um desafio para inúmeros jovens brasileiros de todos os recantos do Brasil.

Após a publicação do Decreto Estadual durante no ano de 2022, a escola ECI Serveliano implementou não só a mudança no horário integral, mas implementou na sua grade currículos o “NOVO” Ensino Médio. Nessa nova grade curricular que passou a ser ofertada nas escolas públicas da educação básica disciplinas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e da Base Diversificada.

Na proposta de Lei de 2017 passou a vigorar uma nova carga horária para o Ensino Médio. No Art. 24. § 1º diz que a carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no Ensino Médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecerem, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos, mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Porém, no último ano corrente, ocorreu uma pequena ampliação da carga horária passando de 1800 para 2400 ampliando a carga da base científica, além disso, continuou os itinerários formativos com carga mínima de 600 horas. Não apenas os itinerários ameaçam o ensino de sociologia, pois o fato de a BNCC não organizar o ensino por disciplinas e sim por “áreas de conhecimento” já dilui o ensino de sociologia ameaçando-o também.

De acordo com a nova proposta

Os itinerários formativos são disciplinas, projetos, oficinas e núcleos de estudo que os estudantes podem escolher nos três anos da última etapa da educação básica. Da forma como foram aplicados, no entanto, os itinerários receberam muitas críticas por proporem conteúdos e atividades de pouca valia para a trajetória educacional dos estudantes. (Brasil, 2024)

Segundo a reformulação, os itinerários formativos fragmentam o currículo, sem contar que, na prática, a maioria das escolas básicas não os aplica adequadamente. A carga horária desses itinerários poderia ser ampliada para as disciplinas científicas e para a área de Ciências Humanas e Sociais (CHS).

Como forma de resistência às disciplinas da Base Diversificada, a ECI Serveliano de Farias Castro, sob a orientação da Coordenação Pedagógica e com uma visão progressista por parte de alguns professores, utiliza as aulas de “Eletiva, Prática Integradora, Pós-Médio, Protagonismo Juvenil, Tutoria, Estudo Orientado e

Aprofundamento” para reforçar a base científica. Em vez de ministrar as aulas de Práticas Integradoras, ou Pós Médio, aprofunda-se as disciplinas de Sociologia e Filosofia, por exemplo, essas matérias fazem parte da Base Científica. Assim, amplia-se a carga horária das disciplinas que haviam sido reduzidas, configurando uma forma de resistência à contrarreforma.

Enquanto professora do educandário, ministrando as disciplinas de Sociologia e Filosofia da escola, na grande maioria das vezes, ministro 2 aulas semanais, visto que essas disciplinas são de enorme relevância para a sociedade, com princípios de formar cidadãos críticos e reflexivos. Sem contar que, enquanto licenciada na graduação, nossa formação voltada para atuação nas disciplinas científicas e não *Itinerário Formativos* e Base Diversificada.

Seguindo as orientações da distribuição de aulas por disciplina, de acordo com as orientações da Secretária de Educação do Estado da Paraíba, as disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais, contam oficialmente com a seguinte carga horária: Sociologia e Filosofia contam com uma aula semanal, Geografia e História contam com duas aulas semanais no Ensino Médio.

Diante de tal situação do Novo Ensino Médio na Escola, comecei a ministrar aula no ano de 2022, e me inquietava em muitas aulas os questionamentos por parte dos alunos da Instituição por que desta Lei 13.415/2017, que de certa forma era uma “reformulação” do Ensino Médio. E resolvi prestar processo seletivo para o curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Sociologia no ano de 2023.

Sendo contemplada no processo seletivo com a vaga, no Programa do ProfSocio ofertado pela Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, no ano de 2023.

O mestrado oportunizou uma série de discussões enquanto discente da instituição e docente da escola. Mostrando como isso tudo surgiu mediante a Bolha Imobiliária que eclodiu no ano de 2008 e se expandiu por toda a parte do mundo mediante a grandes contrarreformas que atacam as Classes Trabalhadoras.

No Brasil, país que mesmo após a última Constituição Federal de 1988 nunca deixou de ser semicolônia, sempre teve dependência do imperialismo norte-americano, um dos grandes agentes financiadores desta medida e de tantas outras contra - reformas colocadas em prática no Brasil a partir da década de 1990 em diante.

Esse programa de mestrado profissional tem uma grande importância diante desse tema tão pertinente que é o “Novo” Ensino Médio, debates e discussão dentro e fora das Escolas, Universidade e Movimentos Sociais de diversas partes do Brasil. Trazer à luz a discussão para a sala de aula discutindo os clássicos da Sociologia, a exemplo, de Karl Marx, mostrando o quanto o sistema capitalista é danoso à sociedade contemporânea, mais especificamente às classes trabalhadoras.

Mostrar os desafios que a disciplina de Sociologia enfrenta com essa reformulação, tanto com a Lei 13.415/17, como agora com a Lei 14.945/2024 do NEM, para os alunos instigante para que eles entendam que as coisas são sempre pensadas de cima para baixo, sem levar em conta os verdadeiros envolvidos no processo.

Posteriormente no ano de 2024, ocorreram debates e discussões importantes sobre esse atual cenário que enfrenta a Educação Básica brasileira. Ainda no mês de abril de 2024 ocorreu no CDSA/UFCG um evento promovido pela Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, a *XI SEMANA LECAMPO* intitulada como *“FORMAÇÃO DOCENTE E DEFESA DA DEMOCRACIA POPULAR”*, neste evento levamos um grupo de aproximadamente 30 alunos da escola para participar das discussões esplanadas em uma mesa redonda sobre o Ensino Médio, como representa a imagem abaixo.

Imagem 4 - XI Semana da Lecampo.



Fonte da Imagem: Perfil oficial do Instagram do CDSA - UFCG, o @cdsa.ufcg (2024).

Neste evento, participei enquanto professora da educação básica, juntamente com outros colegas, discutindo o atual cenário do Novo Ensino Médio (NEM). Além disso, buscamos conscientizar nossos estudantes sobre a importância do movimento estudantil pela revogação do NEM, como um ato legítimo de resistência. Durante o encontro, compartilhei minha pesquisa de mestrado, que dialoga diretamente com a reforma da Lei 13.415/2017, evidenciando o quanto essa proposta representa um desafio para milhões de jovens no país. Entre os principais problemas, destaca-se a fragmentação do currículo científico, que, em vez de resolver as dificuldades já existentes, tende a aprofundá-las.

Na mesa os professores da Educação Básica e do Ensino Superior, professor Gustavo Costa da ECIT José Gonçalves de Queiroz, professora Katia Carina da ECIT Inácio Antonino, e o Professor do Ensino Superior Junot Comélio Matos e Filipe Gervásio Barbosa. A mesa intitulada “Pela revogação do Novo Ensino Médio”, trazendo o atual cenário com ênfase as escolas do Cariri.

De modo similar com esse evento em parceria com a Escola e a Universidade, no mês subsequente ocorreu uma roda de conversa mediada pôr o Professor Doutor Faustino Teatino Cavalcante Neto com as turmas do 3º Ano da ECI Serveliano. Nesta roda de conversa o professor discutiu sobre a precarização da educação a partir da reforma do Novo Ensino Médio, que atrelado a mesma ocorre a fragilidade no mundo do trabalho, seguir abaixo as imagens.

Imagem 5 - Roda de Conversa com o 3º Ano do Ensino Médio da ECI Serveliano.



Fonte: acervo da autora (2024)

Imagem 6 - Professor Dr. Faustino Neto do CDSA/UFMG e os alunos da ECI.



Fonte: acervo da autora (2024)

Em consonância com essas palestras e rodas de conversa sobre o Novo Ensino Médio, ainda durante o ano de 2024, enquanto discente do CDSA/UFMG, participei, no Estado do Paraná, na Universidade Estadual de Maringá, de um evento Nacional 42º ENEPe²⁷, no qual levei parte da minha pesquisa para apresentação em grupos de trabalhos.

Esse encontro ocorreu de 17 a 21 de julho, na cidade de Maringá – PR, e foi intitulado “EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA! PELO CURRÍCULO CIENTÍFICO NAS ESCOLAS E NAS FORMAÇÕES DE PROFESSORES”. Além disso, esse encontro dialoga com a pesquisa de mestrado, uma vez que se tem um panorama de todas as regiões do Brasil do NEM.

²⁷ O ENEPe é um encontro nacional, bianual, de caráter político, científico e cultural organizado pela ExNEPe com o intuito de congrega estudantes de pedagogia, entidades estudantis, grupos de pesquisa e demais interessados de todo o Brasil para debater o atual cenário da educação em nosso país, bem como a luta para defender o ensino público e gratuito. Cf. ENEPe, 2025.

Imagem 7 - Apresentação de trabalho científico no 42º ENEPe na UEM – Maringá - PR.



Fonte: acervo da autora (2024)

Neste seminário, é mostrado o quanto são importantes os movimentos estudantis como ato de resistência aos ataques sofridos durante as últimas décadas em todo o país. Jovens secundaristas, discentes dos mais diversos cursos de graduação e pós-graduação, movimentos sociais e professores da educação básica e das universidades públicas de todo o Brasil demonstra o tamanho do ataque ocorrido após a reforma 13.415/2017, que, agora, em 2024, passa por uma reformulação com o projeto de Lei nº 14.945/24.

É necessário ressaltar, a conclusão deste capítulo que tem uma enorme significância para esta pesquisa é e com grande entusiasmo enquanto discente do mestrado. Em 2023 adentrei no programa com um grande anseio entender onde todo esse tsunami começou, para poder explicar para os meus alunos e com isso compreender que tudo impacta diretamente a vida de milhões de estudantes das escolas públicas com o olhar mais voltado par o Cariri paraibano, e, mais especificamente para a escola que estudei e ministro aula, extremamente importante e relevante.

Nessas trincheiras de lutas, durante o percurso da graduação, do exercício da docência e agora, enquanto estudante da pós-graduação, percebo a importância da participação e da defesa da educação como forma de resistência, mesmo em tempos sombrios. Cada conquista nessa nova reformulação conta com a participação em massa de diversos movimentos sociais, e, entre tantos, vale ressaltar o verdadeiro

protagonismo estudantil muito diferente e distante do “protagonismo” adestrado e centrado no indivíduo que é preconizado pelo NEM.

Enfim, chegar até aqui deixa uma enorme lição que durante todo esse processo do “Novo” Ensino Médio, os movimentos de resistência foram cruciais, até mesmo na pequena conquista com a nova reformulação prevista na Lei de nº 14.945/2024 do “novíssimo” Ensino Médio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre os impactos do “Novo” ensino médio na disciplina de sociologia na ECI Serveliano de Caraúbas – PB: um processo de luta e resistência em tempo de crise do capitalismo, mostra que crise da bolha imobiliária que eclodiu nos EUA no ano de 2008 impactou diretamente a vida de milhões de trabalhadores e estudantes de escolas públicas de todo o Brasil.

Analisamos a Lei de Nº 13.415/2017, que só chegou no chão da escola ECI Serveliano no ano de 2022, afetando não só a disciplina de Sociologia, mas fragmentado todo o currículo científico da educação básica. Atrelado ainda às contrarreformas na educação vieram outras tantas, a exemplo, da BNCC e da BD sem falar do Itinerário Formativo que faz parte desse pacote danoso financiado pelo sistema capitalista.

São diversas as contradições nesta proposta. Com um discurso de sanar tais contradições para que fosse aceita pela população, ela acabou por aumentar ainda mais as desigualdades entre as diversas regiões do país. Além disso, nessa contrarreforma do chamado "Novo Ensino Médio", há disciplinas com enormes contradições já existentes, chegando ao ponto de ensinar até mesmo “receita de bolo”, como é o caso da disciplina de Projeto de Vida.

Porém, em nenhum momento se pensa na grande massa os filhos dos trabalhadores. Fazendo um paralelo, percebe-se que, muito pelo contrário, os filhos das classes dominantes não tiveram o conteúdo científico reduzido. Isso evidencia que tal medida irá, portanto, ampliar o fosso educacional no país, tornando cada vez mais difícil o ingresso dos jovens das classes populares nas universidades. Quando o currículo é substituído por conteúdos simplificados ou meramente instrumentais, esvazia-se o papel formativo da educação e se acentua o abismo entre os estudantes das redes pública e privada

Para além disso, ainda que conteúdos como “bolo de pote” fossem, hipoteticamente, cobrados nos vestibulares, isso não os tornaria, por si só, relevantes do ponto de vista de uma formação crítica e integral.

Os possíveis impactos neste atual cenário vão desde um alto índice de evasão escolar, como mostram dados do IBGE: a maioria (53,6%) dos jovens de 15 a 17 anos que abandonaram a escola não chegou a concluir o ensino fundamental, e entre os

jovens de 18 a 24 anos, 59,6% deixaram os estudos antes de terminar o ensino médio. Esses números, detalhados pela pesquisa, evidenciam uma tendência alarmante que pode se intensificar ainda mais diante de uma formação cada vez mais superficial e voltada ao tecnicismo, alinhado às demandas imediatistas do mercado de trabalho uma vez que o despertar da consciência crítica dos estudantes é visto como uma ameaça ao próprio sistema.

Vale destacar que a função da Escola Pública, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades sociais, deveria ser justamente a de oferecer instrumentos para a leitura crítica da realidade e a emancipação dos sujeitos. Desse modo, temas pertinentes em muitos casos são deixados de lado devido à falta de tempo da disciplina de Sociologia, uma aula semanal com 50 minutos que na grande maioria das escolas sem infraestrutura adequada é insuficiente para o tamanho da relevância dessa Ciência.

Com a nova reformulação prevista na Lei 14.915/2024, do chamado "novíssimo" Ensino Médio, ampliou-se um pouco a carga horária das disciplinas científicas. No entanto, essa ampliação ainda está muito aquém do necessário. O "novíssimo", como vem sendo chamado por estudantes e professores, continua representando uma ameaça à disciplina de Sociologia, entre outras áreas do currículo científico.

Vivemos em um país que não valoriza a educação a única chave capaz de abrir tantas portas na vida de um jovem. Ainda assim, concluir essa etapa educacional segue sendo um enorme desafio. Trata-se, portanto, não apenas de uma escolha pedagógica equivocada, mas de um projeto político que restringe o acesso ao conhecimento e consolida uma lógica de exclusão.

Por outro lado, vale destacar também que há por traz do NEM os agentes financiadores de todas essas contrarreformas instituídas no Brasil com o apoio da classe política brasileira que dificilmente vão querer retrocesso suas ações. Vale ressaltar que os movimentos sociais de todas as entidades são importantes para a resistência contra essas medidas, foi só assim que conseguimos essa pequena vitória em 2024 com uma pequena reformulação da Lei 13.415/2017.

Ainda durante a pesquisa, foi realizada uma análise histórica da disciplina de Sociologia ao longo dos últimos dois séculos, destacando seu protagonismo em diversas lutas e movimentos de resistência desde sua primeira inclusão nos currículos

escolares até os dias atuais. Essa ciência possui enorme importância e relevância para a sociedade, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades sociais. O Brasil, que enfrenta atualmente uma das maiores tragédias humanitárias do século com milhões de pessoas passando fome é, paradoxalmente, um dos maiores produtores de alimentos do mundo.

Trata-se de um país que não valoriza a educação nem os seus professores, com inúmeras escolas em situação precária, muitas das quais sequer oferecem acesso à água potável para seus alunos. Que tipo de democracia é essa que vivemos, em que milhões não têm o mínimo para sobreviver, enquanto o país figura entre as dez maiores economias do mundo? Poucos têm tudo, enquanto muitos vivem com quase nada.

Sendo assim, todas essas contrarreformas contribuem para aprofundamento de diversas injustiças sociais neste País. Podemos afirmar diante dessa pesquisa que o futuro desse País depende da capacidade da sociedade civil e Movimentos Sociais em resistir diante desses atos.

Assim, esse estudo sobre a reforma do Novo Ensino Médio, mostra que precisamos continuar com os debates e discussões em torno desse projeto danoso que tanto ataca a Educação pública desse país. Uma medida que tem um risco significativo para a disciplina de Sociologia, mas que em 2024 volta a ser obrigatória em todos os anos do EM, porém não como disciplina especificamente, mas sim como parte da área de Ciências Humanas e Sociais.

Assim, conclui-se que essa flexibilização depois da implementação tem se tornado prejudicial e danoso a diversos estudantes de escolas públicas e precisamos continuar com as discussões sobre a revogação desta proposta. Que possamos lutar por uma educação pública, mais inclusiva e de qualidade para todos.

REFERÊNCIA

A Nova Democracia. (2024). **Estudantes ocupam escolas e universidades contra o Novo Ensino Médio**. Recuperado de: <https://anovademocracia.com.br/estudantes-ocupam-escolas-e-universidades-contra-o-novo-ensino-medio/>.

AGÊNCIA BRASIL. **Necessidade de trabalhar é principal motivo para abandonar a escola**. *Agência Brasil*, 28 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/necessidade-de-trabalhar-e-principal-motivo-para-abandonar-escola>. Acesso em: 1 jan. 2025.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*, v. 34, n. 4, p. 163–181, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/re.v34i4.17193>. Acesso em: 16 maio 2025.

AMORIM, Franciel Coelho Luz de; LEITE, Maria Jorge dos Santos. A influência do Banco Mundial na educação brasileira: a definição de um ajuste injusto. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 11, n. 1, p. 28–41, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v11i1.31889>. Acesso em: 16 maio 2025.

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. Estratégias de ensinagem. *Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula*, v. 3, p. 67-100, 2004.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILLI, P. (orgs.), **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.), **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **O liberalismo nos Pareceres de Educação de Rui Barbosa**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ZFrqTrFcMhqxNMQ95Mxy5xz/>. Acesso em: 16 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA (ABC). Globo de Ouro 3. ABC, 9 jan. 2025. Disponível em: <https://www.abc.org.br/2025/01/09/globo-de-ouro-3/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE). **Brasil fica em penúltimo lugar em ranking global de qualidade de educação**. Disponível em: <https://abe1924.org.br/56-home/257-brasil-fica-em-penultimo-lugar-em-ranking-global-de-qualidade-de-educacao>. Acesso em: 1 out. 2024.

BANCO MUNDIAL. Brazil Policy Notes: Educação. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/brazil-policy-notes#educacao123>. Acesso em: 14 out. 2024.

BBC. **Crise migratória venezuelana: para onde foram os milhões que deixaram o país.** *BBC News Brasil*, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48070180>. Acesso em: 14 ago. 2024.

BIOGRAFIA. Anísio Teixeira. Disponível em: https://www.ebiografia.com/anisio_teixeira/. Acesso em: 26 jan. 2025.

BOSCHETTI, I. S.; TEIXEIRA, S. O. O draconiano ajuste fiscal no Brasil e a expropriação de direitos da seguridade social. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. de L. (Orgs.). **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2019.

BRANDÃO, Z. **A dialética macro/micro na sociologia da educação**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, p. 153-165, jul. 2001. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL DE FATO. **Emenda 95: o enfraquecimento do pacto social**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/03/emenda-95-o-enfraquecimento-do-pacto-social>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL DE FATO. **Reforma trabalhista reduziu renda, não gerou emprego e precarizou trabalho**. 2018. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/11/11/reforma-trabalhista-reduziu-renda-nao-gerou-emprego-e-precariou-trabalho/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 09 abr. 2025.

BRASIL ESCOLA. **A ideologia imperialista**. [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/a-ideologia-imperialista.htm>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL ESCOLA. **Brasil República**. [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/brasil-republica.htm>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL ESCOLA. **Pandemia de COVID-19. 2024**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/pandemia-de-covid-19.htm>. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL ESCOLA. **Segunda Guerra Mundial**. [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/segunda-guerra-mundial.htm>. Acesso em: 31 mar. 2024.

Brasil, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e outras leis da área**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 fev. 1996. Acesso em: 09 de Março de 2024.

Brasil, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). (s.d.). **Programa de Implementação do Novo Ensino Médio na Paraíba.** (2017) Recuperado de: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/PLIPB.pdf>;

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposição nº PL [nº 241-A, de 2016] — Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal.** 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1495741. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Decreto Federal nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta a educação profissional. **Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 1997.** Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. **Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto; entenda o movimento.** Agência Brasil, 20 out. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. LDB — **Lei de Diretrizes e Bases.** Lei nº 9.394/1996, de 20 dez. 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. Saiba mais sobre a BNCC. Ministério da Educação, 14 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 18 out. 2024. Atualizado em: 1 ago. 2024.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da Geografia e a questão agrária nas séries iniciais do Ensino Fundamental.** 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Geografia, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

CARTACAPITAL. **Abandono escolar atinge recorde histórico entre crianças e adolescentes do ensino fundamental, mostra IBGE.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/abandono-escolar-atinge-recorde-historico-entre-criancas-e-adolescentes-do-ensino-fundamental-mostra-ibge/>. Acesso em: 12 out. 2024.

Censo Escolar. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclcfndmkaj/https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf). Acesso em: 7 abr. 2024.

CLEMENTE JR, Sergio dos S. **Estudo de caso x casos para estudo: esclarecimentos a cerca de suas características.** *Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*, Caxias do Sul, RS, 2012.

DIPLOMATIQUE. **A educação perdeu R\$ 32,6 bi para a EC 95 do teto de gastos.** 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-educacao-perdeu-r-326-bi-para-a-ec-95-do-teto-de-gastos/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. 1. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2017.

DUARTE, N. Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões. In: DUARTE, N.; OLIVEIRA, B. **A prática social global como ponto de partida e de chegada da prática educativa**. Campinas: Autores Associados, 2003.

DUTRA, Paulo F. V. **Educação integral no Estado de Pernambuco: uma política pública para o Ensino Médio**. Recife: UFPE, 2014.

EBC. **Ensino médio tem maior taxa de evasão da educação básica**. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/ensino-medio-tem-maior-taxa-de-evasao-da-educacao-basica>. Acesso em: 9 ago. 2024.

EDUCABRASIL. **Saeb: Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico**. Disponível em: <https://educabrasil.com.br/saeb-sistema-nacional-de-avaliacao-do-ensino-basico/>.

EDUCAÇÃO PÚBLICA. **Evasão escolar: um problema que se perpetua na educação brasileira**. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/evasao-escolar-um-problema-que-se-perpetua-na-educacao-brasileira>. Acesso em: 24 nov. 2024. Publicado em: 25 maio 2021.

ESQUERDA DIÁRIO. **Mais de 1.000 ocupações pelo país contra a PEC 241 e os ataques do governo golpista**. 2016. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/Mais-de-1000-ocupacoes-pelo-pais-contra-a-PEC-241-e-os-ataques-do-governo-golpista?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 09 abr. 2025.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA (ExNEPe). **Carta convite para o 42º ENEPe! ExNEPe**, 9 abr. 2024. Disponível em: <https://exnepe.com/2024/04/09/cartaconviteparao42oenepe/#:~:text=O%20ENEPe%20%C3%A9%20um%20encontro,bem%20como%20a%20luta%20para>. Acesso em: 09 abr. 2025.

FERREIRA, R. A.; RAMOS, L. O. L. **O projeto da MP nº 746: entre o discurso e o percurso de um novo ensino médio**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 26, n. 101, p. 1176-1196, out./nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601295>. Acesso em: 14 ago.2024.

FERREIRA, Wallace; FILHO, Alberto Alvadia. **“A serpente pedagógica: o projeto Escola sem Partido e o ensino de Sociologia no Brasil”**. In: Revista e-mosaicos, vol. 6, n.12, ago. 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/30272/21433>. Acesso em: 10 março 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAS, Bruno Alexandre. **Crise financeira de 2008: você sabe o que aconteceu?** [S. l.], 13 fev. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

FREITAS, M. C. L.; FRANÇA, C. E. **História da Sociologia e de sua inserção no ensino médio**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, v. 3, nº 5, p. 39-55, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/7218>. Acesso em: 24 novembro 2024.

FRIGOTTO, G. Delírios da razão: **crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In: GENTILI, P. (Org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p.77- 108

FRIGOTTO, G. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, 2011.

G1. **Ranking da educação: Brasil está nas últimas posições no PISA 2022; veja notas de 81 países em matemática, ciências e leitura**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/12/05/ranking-da-educacao-brasil-esta-nas-ultimas-posicoes-no-pisa-2022-veja-notas-de-81-paises-em-matematica-ciencias-e-leitura.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2024.

GAZETA DO POVO. **Quem são e quanto gastam as fundações privadas que investem na educação**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/quemsaoe-quanto-gastam-as-fundacoes-privadas-que-investem-na-educacao05pxperfz1kpe44fw0mny54pg/>. Acesso em: 7 abr. 2024.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 7. ed. São Paulo: Editora Person, 2014.

GUIA DO ESTUDANTE. **O que foi a crise de 2008, que também resultou na falência de bancos americanos?** Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/o-que-foi-a-crise-de-que-tambem-resultounafalenciadebancosamericanos#:~:text=Em%2015%20de%20setembro%20de,General%20Motors%20e%20a%20Crysler>. Acesso em: 31 mar. 2024.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 1. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

CHAI, Marilena. **Contra a universidade operacional e a barbárie da especialização**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

Histedbr. **A crise imobiliária de 2008 e a política internacional estadunidense**. Histedbr, (01/03/2024). Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/colunas/artigos/a-crise-imobiliaria-de-2008-e-a-politica-internacional-estadunidense>.

Inep. (2024). **Censo Escolar**. Recuperado em 20 de outubro de 2024, de <https://www.gov.br/inep/ptbr/areasdeatuacao/pesquisasestatisticaseindicadores/censo-escolar>.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Notas Estatísticas - Censo da Educação Básica 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2022.pdf. Acesso em: 28 de março de 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Portal do INEP*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>.

IPEA. **Efeitos redistributivos da reforma da previdência**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024. (Texto para Discussão, n. 2.424). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8900>. Acesso em: 16 maio 2025.

JORNAL NACIONAL. **Censo Escolar registra aumento na evasão escolar do ensino médio**. G1, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/02/22/censo-escolar-registra-aumento-na-evasao-escolar-do-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2024.

JUSBRASIL. Artigo 35 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11690799/artigo-35-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 28/03/2024.

KUENZER, Acácia Z. **Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível**. Ciência e Saúde Coletiva, v. 25, n. 1, 2020, p. 57–66. Acesso em: 09 de Março de 2024.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimento básico, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LÊNIN, V. I. Sobre o problema da dialética: escrito em 1915. In: _____. Obras completas. Moscou: Progresso, 1986a. v.29. p.321-328. _____. _____. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1979.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum Curricular: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação básica. **Revista e-Currículo**, São Paulo, v. 1, n. 3p. 1530-1555,out/dez. 2014. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: 20/03/2024.

MACHADO, M. C. G. **O projeto de Rui Barbosa: o papel da educação na modernização da sociedade**. In: V SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS - HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL. Campinas. *Anais...* 2001.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289–300, ago. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>. Acesso em: 16 maio 2025.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Tradução e introdução de Florestan Fernandes.

MARX, K. **Miséria da filosofia.** São Paulo: Ícone, 2004a.

MARX, K. **Miséria da filosofia.** Tradução de João Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985. Disponível em: http://ciml.250x.com/archive/marx_engels/portuguese/marx_miseria-da-filosofia.pdf. Acesso em: 1 jan. 2025.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** 23. ed. Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I – o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Os manuscritos econômicos e filosóficos: Vol. 22. Textos filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach).** São Paulo: Grijalbo, 1977.

MATOSINHO, Eduardo. **A Escola de Chicago e a Sociologia Urbana.** Artigo publicado originalmente no site Vivendocidade, de Carlos Correa Filho, em 24 nov. 2011. Disponível em: <https://www.ematosinho.com.br/?p=1694>. Acesso em: 7 maio 2025.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Dados mostram que privatizações não salvam a economia do Brasil.** Disponível em: <https://mab.org.br/2023/05/09/dados-mostram-que-privatizacoes-nao-salvam-a-economia-do-brasil/>.

MOVIMENTO PELA BASE. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br>. Acesso em: 7 mar. 2024.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Mais-valia.** Mundo Educação, [s.d.]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/mais-valia.htm>. Acesso em: 16 maio 2025.

NEGRÃO, Angela. **A bolha imobiliária americana: um estudo de caso.** *Brain Inteligência Estratégica*, [s.l.], 2024. Disponível em: <https://brain.srv.br/conteudos/post/a-bolha-imobiliaria-americana-um-estudo-de-caso>. Acesso em: 13 out. 2024.

NOTÍCIA NO CAMPUS. *Mais de 50 mil alunos da rede pública do Cariri estudam em escolas sem biblioteca, laboratório de informática e quadra de esporte.* 2024. Disponível em: <https://noticianocampus.ufca.edu.br/2024/03/11/mais-de-50-mil-alunos-da-rede-publica-do-cariri-estudam-em-escolas-sem-biblioteca-laboratorio-de-informatica-e-quadra-de-esporte/>. Acesso em: 1 maio 2025.

Nova Ordem Mundial"; **Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/nova-ordem-mundial.htm>. Acesso em 30 de abril de 2025.

O GLOBO. **Itamar Franco iniciou processo de privatizações de empresas estatais.** Rio de Janeiro, 2 jul. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/itamar-franco-iniciou-processo-de-privatizacoes-de-empresas-estatais-2715651>. Acesso em: 30 abr. 2025.

O GLOBO. **Lula sobre crise: ‘Tsunami nos EUA, se chegar ao Brasil, será marolinha’.** O Globo, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>. Acesso em: 2 out. 2024.

OLIVEIRA, Kelly; VILELA, Pedro Rafael; MÁXIMO, Wellton. O colapso dos mercados financeiros e seus efeitos globais. **Agência Brasil**, Brasília, 15 set. 2018. Acesso em: 13 out. 2024.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de.. O Polo de confecções do agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. **ANPOCS**: s.l, [20013] Disponível em: < <http://www.anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt36-5/1250-o-polo-deconfecoes-do-agreste-de-pernambuco-ensaiando-uma-perspectiva-de-abordagem/file> >. Acesso em: 18 out. 2024;

OLIVEIRA, Robson Munhoz de.; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **O método na teoria marxista e a renda da terra.** *Revista Formação* (Online). v. 1, n. 10, 2003.

OMBARDO TOLEDANO, Vicente. **As causas históricas que contribuíram para tornar difícil o desenvolvimento econômico de nossos países.** Trabalho apresentado à 4ª Reunião da Comissão Econômica para a América Latina, 12 maio 1951. *Noticiero de la C.T.A.L.*, México, 1 jul. 1951.

PAIVA, Isadora Barreto; JIMENEZ, Susana. A Sociologia no Ensino Médio: uma revisão crítica de estudos selecionados In: **Revista Eletrônica Arma da Crítica.** 2010. P. 277292.

PARAÍBA. Governo do Estado. **Altera o Corpo Diretivo das escolas da rede pública estadual no âmbito das 4ª e 5ª Gerências Regionais de Educação.** Disponível em: <inserir URL>. Acesso em: 5 dez. 2024.

PARAÍBA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Governo divulga a lista das 73 Escolas da Rede Estadual que serão Cidadãs Integrais em 2021.** [S.l.], 2 fev. 2021.

PARAÍBA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Plano de Ação das Escolas Cidadãs Integrais. João Pessoa, 2024.**

PENNA, Fernando. Fernando Penna (UFF) **sobre a Reforma do Ensino Médio**. Vídeo. Publicado em 5 de abril de 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=L6nQ8PyzYkA>. Acesso em: 15 set. 2017.

PEREIRA, Maria Zuleide; MOITA, Filomena M^a Gonçalves da S. Cordeiro. **Políticas Educacionais no Brasil (re)lendo a história da educação profissional**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2003. Acesso em: 09 de Marco de 2024.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Reforma do Estado e a Tensão entre Público e Privado**. SIMPE-RS, POA, v. 1, n. 1, p. 11-33, ago. 2003.

PESSO, Ariel Engel. **Rui Barbosa e a Sociologia: os pareceres de 1882**. Disponível em: https://www.academia.edu/42019691/Rui_Barbosa_e_a_Sociologia_os_pareceres_de_1882. Acesso em: 16 maio 2025.

POLITIZE. **Privatização no Brasil**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/privatizacao-no-brasil/>. Acesso em: 16 março 2025

QUINTANILLA, Miguel A. Dicionário de filosofia contemporânea. 3.ed.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. Manuel de recherche en sciences sociales. Paris: Dunod, 1995.

REINHOLZ, Fabiana. Emenda 95, o enfraquecimento do pacto social: Por trás da aprovação da lei de teto dos gastos, um programa de privatização, concentração de renda e exclusão social. *Brasil de Fato*, Porto Alegre, 03 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 14 out. 2024

REIS, Daniel Aarão. A vida Política. In: Daniel Aarão Reis Filho. (Org.). **Modernização, ditadura e democracia, 1964-2010**. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundación Mapfre, 2014, v. 1, p. 75-125.

ROCHA, Telma Brito. **Currículo e tecnologias: refletindo o fazer pedagógico na era digital**. In: PRETTO, Nelson de Lucca (Org.). *Tecnologias e novas educações*. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 141-149. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14159/1/_tecnologia.pdf. Acesso em: 18 agos. 2024.

SANTOMÉ, J. T. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Introdução. Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

SAVIANI, D. A função docente e a produção de conhecimento. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 11, n. 21/22, p. 127-140, jan./dez. 1997.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SEKI, A. L. S.; MACHADO, M. C, G. **A disciplina de Instrução Moral e Cívica na reforma educacional de Benjamin Constant de 1890**. In: VIII JORNADA DO HISTEDBR, 2008, São Carlos. *Anais...* São Carlos: UFSCar, 2008. v. 1. p. 1-22.

SEKI, Maria José; MACHADO, Maria de Fátima. A Sociologia no Ensino Médio: uma análise histórica de suas idas e vindas no currículo escolar brasileiro. **Revista Educação Pública**, [S.l.], 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/29/a-sociologia-no-ensino-medio-uma-analise-historica-de-suas-idas-e-vindas-no-curriculo-escolar-brasileiro/>. Acesso em: 16 maio 2025.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil - Reforma do Estado e mudanças na produção**. Bragança Paulista: Edusf, 1999. Acesso em: 16 março 2025

SILVA, Gustavo Roberto da. Avanço do imperialismo impulsionou o processo de desestabilização política na América Latina. *Agência Universitária de Notícias*, São Paulo, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2024/03/12/avanco-do-imperialismo-impulsionou-o-processo-de-desestabilizacao-politica-na-america-latina/>.

SILVA, João. **A bolha imobiliária estoura e deflagra a crise mundial em 2008**. *Exame*, 3 ago. 2023. Última atualização em: 15 ago. 2023. Disponível em: <https://exame.com/brasil/melhores-e-maiores-50-anos-bolha-imobiliaria-estoura-e-deflagra-a-crise-mundial-em-2008/>. Acesso em: 13 out. 2024.

SOUZA, Maria de Fátima. **Rui Barbosa e o pensamento social no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2008. Acesso em: 13 out. 2024.

STOUDI. **Crise de 2008**. *Blog Stoodi*, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://blog.stoodi.com.br/blog/historia/crise-de-2008/>. Acesso em: 13 out. 2024.

SUNO. **A bolha imobiliária**. *Suno Research*, [s.l.], 2024. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/bolha-imobiliaria/>. Acesso em: 13 out. 2024.

Toda Matéria". **Brasil República**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/brasil-republica/>. Acesso em: (07/04/ 2024).

TOKARNIA, Mariana. **Necessidade de trabalhar é principal motivo para abandonar escola**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/necessidade-de-trabalhar-e-principal-motivo-para-abandonar-escola>. Acesso em: 13 nov. 2024.

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná". **Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) - Limite dos Gastos Públicos**. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br>. Acesso em: (07/04/ 2024).

UFRN. Pesquisas apontam que pobreza influencia desempenho escolar. Disponível em: <https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=12616>. Acesso em: 9 ago. 2024

UOL Educação. Maquiavel: **a política e O Príncipe**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/maquiavel-a-politica-e-o-principe.htm>. Acesso em: (01/04/2024)

USP. (2024). **Escola sem Partido**. Recuperado em 20 de outubro de 2024, de <https://www4.fe.usp.br/escola-sem-partido>.

ANEXO



Universidade Federal
de Campina Grande



Centro de
Desenvolvimento
Sustentável do Semiárido



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL

Data do preenchimento do questionário: _____

Qual é sua graduação? _____

Quanto tempo você trabalha na sua função atual _____

Em quais anos você lecionou a disciplina de Sociologia? _____

Utilizava livro didático nas suas aulas? () Sim () Não

Se sim, qual livro didático utilizava? _____

Quantas aulas eram ministradas semanalmente na disciplina? _____

PLANEJAMENTO E RECURSOS DIDÁTICOS

1. Quais estratégias didáticas eram mais utilizados em suas aulas de Sociologia?

- () Livros didáticos
- () Vídeos
- () Debates
- () Pesquisas
- () Outros: _____

2. Você costumava adaptar o material do livro didático?

- () Sim, frequentemente
- () Sim, ocasionalmente
- () Não, utilizava o livro conforme apresentado

3. De que forma o planejamento das aulas era realizado?

- () Baseado no livro didático

- Seguindo o currículo escolar
- De forma autônoma com base nos temas atuais
- Outro: _____

AVALIAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA

4. Quais estruturas de avaliação você utilizava?

- Provas escritas
- Trabalhos em grupo
- Apresentações
- Reflexões escritas ou orais
- Outros: _____

5. Com que frequência você abordava temas atuais ou polêmicos nas aulas de Sociologia?

- Sempre
- Frequentemente
- Raramente
- Nunca

DESAFIOS E MUDANÇAS NO ENSINO

7. Quais foram os principais desafios enfrentados ao lecionar Sociologia?

8. Como você avalia o impacto das mudanças no currículo do Novo Ensino Médio sobre a disciplina?

9. Há algo que você faria de forma diferente na condução das aulas de Sociologia?